

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Patrimônio Imaterial:
Os debates, os critérios, e
o histórico de uma política cultural

Marcia Conceição da Massena Arévalo

Mariana – Minas Gerais
2007

Marcia Conceição da Massena Arévalo

Patrimônio Imaterial: Os debates, os critérios, e o histórico de uma política cultural

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Valdei Lopes de Araújo

Leitores críticos:

Prof. Dr Fábio Adriano Hering

Prof. Dr. Antônio Gilberto Ramos Nogueira

Mariana – Minas Gerais
2007

Marcia Conceição da Massena Arévalo

Patrimônio Imaterial:

Os debates, os critérios, e o histórico de uma política cultural

NOTA FINAL : _____

Orientador: Valdei Lopes de Araújo

Visto Chefe do Colegiado

Mariana, de abril de 2007.

RESUMO

A política de preservação do chamado patrimônio Imaterial é debatida no Brasil e no mundo desde a década de 1970, mas constituída no âmbito legal a partir do decreto 3551/2000. A mesma utiliza o conceito "Patrimônio Cultural Brasileiro" numa dimensão ampla, fruto do contexto em que surge: a abertura política e democrática do país.

O que desenvolvemos nesta monografia é o estudo da trajetória desta política: os debates que surgem em torno do uso de um novo termo para definir o acervo de bens culturais nacionais, Imaterial, a política cultural federal que é inaugurada em torno dele e os agentes desta política. O contexto político, a trajetória histórica, os conceitos e categorias utilizados, as personalidades chaves, os discursos atuantes, os cenários adotados, foram os elementos aqui estudados para a construção mínima da trajetória da atual política cultural hoje vigente em nossa sociedade.

PALAVRAS CHAVES: Patrimônio Imaterial, políticas públicas, cultura popular, tradição.

RESUMO

La política de preservación del Patrimônio Intangível es debatida em Brasil y en el mundo desde la década de 1970, mas solamente fué constituída legalmente en 2000, con la promulgación del decreto 3551. La misma utiliza el concepto de “Patrimonio Cultural Brasileiro” en una dimensión amplia, fruto del contexto en que surge: la redemocratización del país.

Lo que desenvolvimos en este estudio es la construcción de la trajetória histórica de esa política: los debates que surgen sobre el uso de esa nueva denominación, Intangível, la política cultural federal que se inaugura con esa denominación y los agentes políticos que la utilizan. El contexto político, la trajetoria histórica de la preservación del patrimonio, los conceptos y las categorías utilizadas, las personalidades claves, los escenarios adoptados, fueron los elementos aquí utilizados para la construcción mínima de una trajetoria para la actual política cultural de nuestra sociedade.

PALAVRAS CLAVES: Patrimonio Intangível, políticas públicas, cultura popular, tradición.

SUMÁRIO

Agradecimentos _____ 8

Introdução _____ 13

Capítulo I: Em busca da Nação: Dois momentos da política pública de preservação.

- *Modernismo e Mário de Andrade: o resgate como uma visão apocalíptica e o registro como única possibilidade.* _____ 22
- *Rodrigo Melo Franco de Andrade e o SPHAN: a nação personificada no monumento.* _____ 26
- *A década de 1970: mudanças estruturais no mundo. O Brasil e a reformulação da política preservacionista.* _____ 32
- *A Reformulação da política preservacionista brasileira.* _____ 34
- *Aloísio Magalhães : o binômio cultura/desenvolvimento* _____ 36

Capítulo II: Aloísio Magalhães: Conceitos.

- *A noção de bem cultural: novo parâmetro para inserção de bens no acervo patrimonial.* _____ 53
- *Cultura popular como portadora da diversidade nacional: a incipiente noção de imaterialidade da cultura.* _____ 60

Capítulo III: A década de 1980 e a consolidação da idéia de um patrimônio

“não-material”.

- *Discussão de novos meios de preservação e de novos objetos.* _____ 72

- *A preservação de bens idealizados por Magalhães: o caso do artesanato tradicional.* _____ 83
- *A consolidação da idéia de um patrimônio imaterial nos documentos oficiais: a constituição de 1988.* _____ 90

Capítulo IV: De 1997 - Carta de fortaleza ao decreto 3551/2000.

- *A categoria “cultura popular”* _____ 95
- *O âmbito internacional e a efetiva construção de uma política de proteção ao patrimônio Imaterial.* _____ 98
- *Da carta de Fortaleza e do Mercosul ao Decreto 3551/2000.* _____ 102

Conclusão: Entre “tradição” e “popular” – a atual política de preservação patrimonial do Brasil.

Arquivos consultados	_____	120
Relação de Fontes	_____	120
Bibliografia	_____	123

AGRADECIMENTOS

Logo nos primeiros passos que dei dentro do campo da pesquisa histórica fui alertada que fora alguns momentos intensos de conversas, debates, trocas e brigas, este era um campo onde seu trabalho é imensamente solitário. O trabalho intelectual era algo que por vezes nos ilhava um tanto da realidade. Por sorte tive sempre ao lado pessoas que souberam me resgatar do naufrágio ao qual me levou várias vezes este empreendimento.

Primeiramente não posso deixar de agradecer a àqueles que sempre me apoiaram, aprovando ou não minhas decisões e minhas jornadas, e que me ensinaram desde cedo a não desistir dos meus sonhos, a jamais fazer algo sem me dedicar o suficiente para ser bem feito. Essas pessoas são minha família: Meus pais, Ricardo e Jaci, meus irmãos Pedro, Bruno, Neto, Pinho, Priscilla (eterna confidente e amiga), Jorge, Marcelo e Fernando, minha sábia Abuelita Enriqueta, tios e primos. Meus pais são pessoas que sempre fizeram de tudo para me dar uma excelente educação e oportunidades, que eu desejo algum dia poder assegurar a todos os jovens deste país. Desde cedo aprendi com eles que viver não é uma escolha, é a conquista de uma luta travada dia a dia.

Mestre é uma palavra que significa muitas coisas, mas para mim é alguém que além de te ensinar sobre a vida, te ensina sobre você mesmo. Esse tipo de mestre te dá acima de tudo um pedacinho daquela esperança que os faz seguir todos os dias na docência, te dá uma força inimaginável nos momentos de extrema fraqueza, te faz ver em você habilidades que te eram desconhecidas, mais que te ensinar o caminho, te ensina a caminhar e principalmente te faz ver que desistir do futuro e deixar de acreditar na humanidade não é uma opção para quem desejar viver.

No decorrer da minha vida acadêmica tive a oportunidade de conviver com duas pessoas que sempre serão para mim modelos de mestre, modelos de incríveis seres humanos. Este espaço sempre será pequeno para expressar toda minha gratidão e tudo o que devo a meu querido mestre, amigo e professor Tiago de Melo Gomes e com certeza na mesma categoria entra meu eterno orientador Valdei Lopes de Araújo.

Mas há tipos e tipos de mestres, e com essa afirmação abro espaço para agradecer a aqueles professores que de uma forma ou outra, indireta ou diretamente contribuíram para minha formação como historiadora. Assim deixo aqui os agradecimentos para os professores desta universidade:

Dra. Helena Mollo, a quem jamais pude dizer o quanto me ajudou a crescer. Ela conseguiu, apesar de minha teimosia, sempre presente nas nossas conversas, desfazer muitas

de minhas crenças e turbar meus objetivos. E não existe nada mais frutífero e maravilhoso para uma pesquisa, que alguém que a teste o tempo todo. Prof. Ligia Garcia Diniz, quem me deu a capacidade de me comover com a realidade. Prof. Adriano Cerqueira e Fabio Adriano Hering pelas observações, comentários, correções feitas tempo despendido e sobre tudo a dedicação com a qual contribuíram a este trabalho. Ao Prof. Rodrigo Alves, pelas observações de português, a eterna alegria com que se dirigia a mim e por sempre me deixar “bem” depois de nossas conversas. E por ultimo ao Prof. Crisoston Terto Vilas-Boas, por me mostrar, com uma imensa paciência e carinho, que nossos objetos de estudo são determinados pela nossa subjetividade e vivência pessoal do mundo, e que de forma alguma isso nos impede de fazer um bom trabalho. Com isso aprendi que devemos sempre, para ser pesquisadores, seguir a prerrogativa de Paulo Freire : “Um bom ser humano é aquele capaz de se indignar com a realidade que o circunda”.

Agradeço também o diálogo estabelecido com outros mestres, o Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira, professor da Pontifícia Universidade Católica - SP e Rodrigo Modesto Nascimento, doutorando da Unesp – SP, pesquisadores do tema, que gentilmente, de forma sincera e atenciosa me dedicaram tempo para discutir questões, compartilhar inquietações e fontes e ampliar minha visão sobre a problemática do patrimônio no Brasil.

Mas não se aprende no decorrer da graduação somente com os mestres, se aprende às vezes muito mais com aqueles que também são aprendizes. Aos amigos, companheiros e alguns hoje historiadores magníficos, que muito me ensinaram e apoiaram, meu agradecimento : Tiago Felipe, Antonio Netto Jr (“Tchum”, com certeza a pessoa mais gentil que o ICHS já conheceu), Fabiano (Baiano), Leandro, Beatriz, Isabel, Fernando César , Juliano, Débora e Edmar.

Dentro dos companheiros de graduação ainda não posso deixar de agradecer a algumas pessoas que modificaram intensamente meu viver, isso quer dizer, fizeram diferença não somente na minha vida acadêmica, mas a partir desse contato, também em todas as outras áreas da minha vida: Meus amigos, Marquinhos, João do Carmo, Sueli, Michel, Daniel (BH), Roberto (ABC) e Juliana. Tenham certeza que operaram uma transformação no meu modo de ver o mundo. E nesta categoria entram também meus queridos amigos filósofos, que me ensinaram a pensar de forma mais intensa e verdadeira: Prof. Dr. Romero Freitas, Christian e Douglas.

Na árdua jornada da pesquisa contei com a ajuda de um grande amigo e companheiro, alguém que desde o começo compartilhou das minhas dúvidas, escutou minhas crises com os obstáculos que sempre aparecem, e dialogou sobre teoria e metodologia comigo. Uma pessoa

enfim com a qual tive o prazer de celebrar as pequenas e grandes vitórias que esta pesquisa me trouxe: Diego Omar, alguém que merece o mundo, mas que com certeza o mundo não merece. Meu imenso e nada significativo Obrigado.

Mas como nem tudo na vida é academia, e eu me sinto muito feliz de ter podido entender isso logo cedo, há pessoas que foram importantes dentro da minha vida fora da universidade, mas sem as quais certamente não teria alcançado nada dentro dela.

Para começar quero falar de duas pessoas que me proporcionaram nas nossas aventuras na comunidade marianense uma base para formular muitos argumentos na defesa de uma crença em comum: a de que a história tem uma função social, porque antes de tudo somos cidadãos, e que aqueles fora da academia são tão historiadores como os que se dedicam somente a desenvolver seu trabalho intelectual. Há que se agir no mundo, acreditávamos e lutamos para isso. Gisele e Bruno, são estudantes de história que me mostraram que algumas coisas ainda valem a pena dentro da academia.

Aos meus amigos da República Calamidade Pública, pela amizade, muitas vezes incompreendida, que me deram, nunca me esquecerei da forma acolhedora e generosa com que sempre me receberam na casa. Nesta mesma linha fica meu agradecimento aos meninos da República Onze de setembro e Vúlváros, com os quais passei momentos felizes, agradáveis e imensamente gratificantes.

Aqui também fica minha gratidão a minha segunda casa, a República Sé, onde compartilhei bons e maus momentos, aprendi todas as lições de vida que tenho hoje, e na qual conheci pessoas que sempre serão parte das boas lembranças que levo deste lugar, em especial: Jessé, Enio, Gisele, Rodolfo, Maykon, Sueli, Eric, Henrique e Lucy (em conjunto com Catarina).

Devo também agradecimentos a todos os funcionários do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, que sempre me trataram com carinho e respeito, expresso na forma gentil com a qual me chamavam: “Marcinha”. Também aos funcionários da Biblioteca Nacional - RJ, do Arquivo Noronha Santos – IPHAN/RJ, do Departamento do Patrimônio Histórico –SP, e em especial ao Cássio, organizador do arquivo da Casa Setecentista e grande batalhador na luta pela preservação de nossos acervos documentais.

Meu último agradecimento pessoal fica para alguém que de todas as formas, na saúde, na tristeza, na alegria e na doença, contribui para minha vida, seja na parte acadêmica, seja no plano individual. Pablo é alguém a quem devo tanto quanto dei a ele. Obrigado, então, por ter me deixado fazer parte da sua vida, e por ter entrado na minha no momento em que mais precisava. Sem você muita coisa não teria valido a pena.

Meu agradecimento também aos moradores da Comunidade de Santana, nesta cidade, que me deixaram entrar nas suas vidas, acreditaram em mim, e me receberam sempre de portas abertas, um bom café e muito bom humor. Em especial a Regina, quem uma vez me disse que nenhuma folha cai da árvore sem que Deus não tenha para ela um plano.

Preciso sem dúvida agradecer aos colegas de trabalho da Secretaria de Cultura e Turismo: Sandra, Sidnéa, Jackie, Ica, Guilherme, etc. Foram e ainda são fundamentais para a aplicação das idéias dessa monografia na prática. Foi através desse órgão que tive acesso a São Bartolomeu, a sua maravilhosa comunidade, aos doceiros e a seu patrimônio cultural. Eles deram o tom da conclusão dessa pesquisa (e por eles ela vale a pena).

Nesta reta final, que quem passou por uma criação pessoal sabe a angústia que se vive, tive o carinho, a atenção e companheirismo de um ser que hoje me acompanha na maravilhosa experiência de ser mãe. Ao Alan, meu querido parceiro, mil vezes Obrigado.

Para finalizar esse longo, mais fundamental agradecimento, quero aqui registrar que neste momento sinto falta de uma pessoa que tentou profundamente me entender, muitas vezes não o conseguiu, mas me aceitou, e que tenho certeza que onde quer que esteja, está orgulhoso da minha conquista. Essa monografia vai assim dedicada a meu avô Sebastião.

Há pessoas estrela e há pessoas cometa. Os cometas passam. As estrelas permanecem. Há muita "gente cometa". Passam pela nossa vida apenas por instantes. Gente que não se prende a ninguém e ninguém se prende. Gente que passa pela vida sem marcar presença. O importante é ser "estrela" e permanecer, estar presente, estar junto, ser luz e calor. Ser estrela neste mundo passageiro, cheio de pessoas cometas, é um desafio, mas acima de tudo, uma recompensa. É nascer e ter vivido e não apenas existido.

Ao meu Avô Sebastião Alves

Introdução

A explicação do nome desta monografia é a melhor introdução que se pode fazer deste trabalho. Patrimônio Imaterial: Os debates, os critérios, e o histórico de uma política cultural, traz a tona a delimitação de um campo amplo de debate sobre políticas públicas no Brasil da redemocratização.

Primeiro a ser pensado é o porque do adjetivo “política cultural”. O que queremos tematizar afirmando ser uma ação preservativa do patrimônio cultural uma política pública?

Pretendemos mostrar como através da análise da trajetória de algumas categorias e conceitos chaves do discurso do patrimônio cultural nota-se a construção lenta e paulatina de ações que não somente viabilizariam uma nova visão no cenário da preservação patrimonial, como construiriam para nossa época uma nova política cultural. Somos hoje regidos por um ministério de cultura que segue diretrizes elaboradas, debatidas e disputadas dentro do campo das políticas de preservação desde a década de 1970.

Política cultural no nosso trabalho é a soma de ações práticas de fomento no campo da cultura, orientadas por conceitos e categorias demarcadas por uma linha mestre de pensamento.

No nosso caso a linha mestre dessa nova política cultural, que vemos surgir na década de 1970 e seguir até se consolidar na década de 1990, é a necessidade de inserção no acervo patrimonial de bens culturais da nação, elementos e manifestações representantes do universo popular e tradicional, como uma tentativa de resistência à ação homogeneizante da globalização, e no caso brasileiro ainda atrelado à crise política, social e econômica do fim do Regime militar e ao processo de redemocratização.

As diretrizes dessa nova política vão sendo delimitadas no debate que se estabelece na década de 1970 sobre a emergência de novos objetos de preservação decorrente de uma nova orientação das ações do IPHAN, pautadas em uma visão mais antropologizada e em pró de uma redemocratização de seu acervo, uma das maiores demandas da sociedade civil organizada.

O estudo das mudanças, alterações e por fim o alargamento do conceito de patrimônio foi o fio condutor na construção de uma linha temporal e contextual para a política de preservação do Patrimônio Imaterial. Para tal utilizamos a metodologia da história dos conceitos, observando o conceito e seus diferentes significados através do tempo como fonte para o estudo de inúmeras batalhas travadas no campo social e intelectual.

Reinhart Koselleck, considerado o fundador da *begriffsgeschichte* (História dos conceitos), define o conceito como algo que extrapola sua função lingüística. Para este autor, “Los momentos de permanencia, del cambio y de la futuridad contenidos en una situación política concreta quedan comprendidas en la adquisición del lenguaje”.¹

Fazendo a distinção entre palavra e conceito, Koselleck situa este último no âmbito histórico, detentor de uma polissemia atrelada a cada contexto social e político. “ [...] una palabra se convierte en concepto si la totalidad de un contexto de experiencia y significado sociopolítico, en el que se usa y para el que se usa una palabra, pasa a formar parte globalmente de esa única palabra”.²

É seguindo essa compreensão de conceito que no primeiro capítulo trazemos o estudo da noção de nação em dois momentos importantes para a política de preservação federal: as gestões de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-1965) e Aloísio Magalhães (1979-1982).

As ligações entre patrimônio cultural e nação já foram antes tematizadas e abordadas por vários autores, em especial por François Choya em “A alegoria do patrimônio”, José Reginaldo Gonçalves no seu clássico “A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural”, Sergio Miceli em “Estado e Cultura”, entre outros.

Há muito comprovamos que desde a instituição da categoria patrimônio cultural no século XIX pela França, essa nasce associada à necessidade de auto-legitimação do próprio estado nacional.

¹ KOSELLECK, Reinhart. História conceptual y história social. In: _____. Futuro – pasado. Por una semantica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidós, 1993, p. 110.

² IDEM, p. 117.

Essa auto-legitimação do Estado-Nação, ou seja do corpo institucional do estado que se pretende confundir com a própria nação, perpassa pela noção do século XIX de tempo linear, onde o passado constrói o presente que se faz em nome do futuro.³

A noção de futuro “moderna” da década de 1900 tem como elemento central a crença no progresso. A aposta da sociedade nessa crença se dava pela promessa de que o mundo segue um tempo progressivo onde o ponto final será o momento mais alto da civilização ocidental.

Rodrigo Melo de Franco Andrade é representante de um grupo de intelectuais que influenciados pelas vanguardas artísticas européias que contestam o século XIX. Este grupo afirma ser a modernidade o momento da autoconsciência de que o passado não é um livro de exemplos, de que o tempo que se vive é o reino do novo. Na década de 1920, esses intelectuais brasileiros vão pensar e debater sobre as questões que surgem no nosso país com a introdução da categoria “modernidade”, desencadeando na organização de ações que incluíssem o Brasil no leque de nações, não só avançadas, como “modernas”.

Pautados pelas concepções européias de arte e cultura e misturando a essas, categorias tidas como “originalmente brasileiras”, os modernistas vão empreender uma jornada para a construção de uma nação brasileira “autêntica”.

30 anos depois da fundação do maior órgão de preservação no Brasil, O IPHAN, Rodrigo Melo de Franco Andrade termina uma gestão onde o passado que configura o presente e realiza o futuro foi marca na construção de um acervo que celebra uma nação gloriosa, autêntica e de profundos laços históricos.

Na década de 1970, com a reorganização pela qual passou o Brasil em função da crise político-econômica do regime militar vemos surgir a pessoa de Aloísio Magalhães que iniciou antes mesmo de assumir a presidência do IPHAN, em 1979, atividades que exigiram um novo olhar para a preservação do patrimônio.

³ Sobre a associação de Estado e Nação observar ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

Na visão de Magalhães, ainda que sob um regime militar, havia chegado “a hora”.⁴ Suas ações dentro e fora do IPHAN inauguram uma década de debates em prol da ampliação do conceito de patrimônio cultural.

A categoria nação está presente em suas ações e seu discurso tanto quanto em Melo Franco, mas mostra-se uma concepção diferenciada condizente com o cenário político-cultural do país e do mundo.

As noções de civilização e os parâmetros de história e arte foram lentamente substituídos por uma noção antropológica de cultura e novos parâmetros como popular tradicional, e diversidade cultural.

É pensando as décadas de 1960, 1970 e 1980 como antecessoras no processo de formulação e amadurecimento de uma política cultural guiada por conceitos e categorias completamente diferentes daquelas proferidas e utilizadas pelos órgãos oficiais de divulgação, proteção e preservação da cultura nacional.

Por isso no segundo capítulo este trabalho detém-se na análise e na trajetória política e artística de Magalhães, aprofundando-se no estudo de suas categorias e conceitos, que acreditamos ser as principais no centro do debate que acontecerá nas décadas seguintes.

O terceiro e o quarto capítulo detalha a trajetória desse debate, os critérios e as novas categorias em jogo, os novos parâmetros e finalmente a política cultural que se consolida com a aprovação do decreto 3551/2000.

A principal hipótese que aqui apresentamos é que a transformação conceitual da noção de patrimônio (de patrimônio histórico e artístico nacional para patrimônio cultural brasileiro) ocorrida na década de 1980 opera uma renovação na política de preservação, que se ocuparia de viabilizar através de categorias como cultura popular, tradicional e imaterial uma nova gama de bens a serem inseridos no acervo patrimonial.

Livre de partidos e posições políticas a política cultural que hoje se celebra é fruto de uma série de reivindicações da sociedade civil, da apropriação de noções antropológicas e de uma nova orientação mundial no campo da cultura que visa o

⁴ Esse seria o tom do discurso do mesmo na reunião que criou o CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural.

fortalecimento das tradições locais como reação ao avanço da globalização econômica que se dá desde a década de 1960.

Capítulo I

Em busca da nação brasileira

Dois momentos da política pública de preservação

Em 1937, a partir da legislação e criação do decreto-lei 25, o Brasil passava a se incorporar na gama de países que tinham um órgão estatal comprometido com a guarda, difusão e preservação de seu patrimônio cultural.

A concepção de patrimônio então sancionada foi a de um acervo constituído por bens de valor histórico e artístico, além de terem que ser de referencia nacional. Fruto de uma imensa discussão que nasce no seio do Modernismo e da Semana de Arte de 1922, mais do que uma simples denominação, as categorias história, arte e nação estariam desde aquele momento definindo os parâmetros, na política federal de preservação a ser instaurada, na hora da inclusão de um bem no acervo patrimonial.

A ênfase dada a essas categorias advém da observação de que antes da criação do SPHAN há outras tentativas de organização, preservação e difusão do patrimônio . Como bem nos coloca José Carlos Lemos em seu livro “O que é patrimônio histórico?”, antes mesmo da criação de um órgão federal, há inúmeras tentativas, seja pelo poder público, seja pela iniciativa privada, de se criar uma política de preservação. Um exemplo é a Inspetoria de Monumentos dos Estados Unidos do Brasil, criado no ano de 1912, em base ao modelo francês (mantendo inclusive nome análogo) e que encara fundamentalmente o patrimônio no conjunto de seus grandes monumentos artísticos, observando-os como materialização de uma trajetória histórica da nação. É pensado o país através da arte que exprime os trunfos do aparelho estatal, um passado glorioso que possa no presente vir a abrir espaços para se pensar um futuro promissor.

Foi em 1934 que Mário de Andrade, poeta, escritor, político, músico, grande nome do modernismo paulista e conhecedor profundo de diversas manifestações culturais do país, encarregado por Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Cultura (MEC) elaborou o anteprojeto de um futuro órgão federal de preservação. O projeto contou com a colaboração e a revisão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que viria a ser mais tarde o primeiro diretor do SPHAN.

Em entrevista ao **Diário da Noite**, periódico do Rio de Janeiro, em 1936, Melo Franco afirmou que o serviço que Mário de Andrade projetara tinha funções que iam além das incumbidas ao Museu histórico; “Nosso trabalho compreenderá, de acordo

com o projeto, arqueologia, etnografia e arte popular, iniciando-se antes de tudo, o tombamento geral para se saber e avaliar o que existe.”⁵

A afirmação antecede à legalização da criação do SPHAN e antes mesmo da discussão do anteprojeto de Mario de Andrade na câmara, como afirma o próprio Melo Franco ao escritor paulista em carta, na data de 25 de setembro de 1936.

Não há lei nenhuma, por enquanto, instituindo o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional. O que há é apenas uma exposição do Capanema ao presidente da República e a autorização de Getúlio para se iniciar o serviço na conformidade do plano que você traçara. (...) Entretanto, na reforma do Ministério que se acha em terceira discussão na Câmara, ou melhor, no respectivo projeto foi incluída uma disposição criando definitivamente o SPHAN.⁶

Mas desde já, nas correspondências a Mário de Andrade e nas afirmações a jornais, Melo Franco sinalizava que na criação do Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico nacional (SPHAN) a proposta de Mario de Andrade seria considerada somente em alguns pontos. Podemos observar por exemplo como desde 1936, Melo Franco usa o vocábulo SPHAN, observando o critério Histórico como pertencente à noção de patrimônio. O anteprojeto de Andrade previa somente a sigla SPAN (Serviço do Patrimônio Artístico Nacional).

De certo o critério arte não foi abandonado, ao contrário, permaneceu como um dos mais relevantes durante mais de 30 anos no SPHAN, associado ao conceito de nação (categoria já presente em todas as discussões anteriores sobre o patrimônio) ali desenvolvido e oficialmente consagrado em uma política de preservação federal.

Rodrigo de Melo Franco e Andrade assume o SPHAN em 1937 e nele fica até sua morte, 30 anos depois. Sua gestão foi marcada por uma relevante e massiva preservação de monumentos dos séculos XV ao XVIII, católicos e predominantemente os classificados como barrocos. Sua jornada na construção não só do próprio órgão onde atuava, mas também de uma noção primeira de política pública voltada para o artístico, para o monumento, para a expressão cultural, esteve marcada por conceitos e concepções próprias de um momento de grandes mudanças no âmbito intelectual, político e social do país.

⁵ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Entrevista ao Diário da Noite, Rio de Janeiro, 19/05/1936. In: _____. Rodrigo e o Sphan. Pro-memória. MEC/SPHAN/FNPM, 1987.

⁶ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Carta a Mário de Andrade, 25/09/1936. *Op cit.*

Uma das versões que mais tratam de dar sentido à implacável luta à qual se dedicou Melo Franco e sua gestão à frente do SPHAN no tombamento de todo monumento artístico tido como barroco, vê a chegada dos modernistas paulistas a Ouro Preto, em 1924, como nascimento da idéia do barroco mineiro como uma verdadeira cultura nacional.

Os adjetivos: original, verdadeira e autêntica para a arte de Aleijadinho deram, muitos anos depois, fundamentos para se pensar nos modernistas paulistas como produtores de um mito fundador que originaria a sublevação, exaltação e proteção de toda uma cultura colonial expressa sobretudo e de forma mais visível nos monumentos e esculturas.

Mas antes da famosa viagem da “Semana Santa” da caravana paulista a Ouro Preto, várias ações já tinham sido levadas a cabo para a observação desta cidade e da obra de Aleijadinho como reduto de uma expressão artística primaz e originalmente brasileira.⁷ Exemplo disso são as ações de restauração e recuperação de chafarizes, igrejas e casario, feitas por Gustavo Barroso, então funcionário do Ministério do Interior, em 1928 e 1929 com a ajuda e financiamento de Antonio Carlos, presidente do estado de Minas Gerais. Em relato anos depois, Barroso afirma ter sido do Arcebispo de Mariana, Dom Helvécio de Oliveira, o primeiro apelo por reconhecimento de parte das autoridades da situação calamitosa das cidades históricas mineiras.⁸

Quando se tenta focar a importância para o regime de Vargas de um serviço que promovesse sua visão de nação e seu nacionalismo, esquece-se do trabalho de edificação de toda uma política pública que pensa além da nação, uma identidade cultural nacional. Melo Franco, foi como o nome do modernismo no regime, o encarregado de desenvolver as ferramentas para a difusão de uma noção de identidade baseada na perda, no registro, na guarda de algo que se esvai na emergência de um novo tempo.

⁷ O próprio Melo Franco afirma em carta a Andrade, de 1/10/1936, que a legislação do Museu Histórico Nacional, criado no mesmo ano, já levava em conta outras leis e portarias da Câmara Federal, que tem todos objetivos de liberação de verbas para trabalhos de restauro em Ouro Preto.

⁸ BARROSO, Gustavo. A defesa do nosso passado. Anais do Museu Histórico Nacional. Vol. IV. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. 1943, pp. 579-585.

Modernismo e Mário de Andrade: o resgate como uma visão apocalíptica e o registro como única possibilidade.

O anteprojeto de Mário de Andrade visava um inventário com uma classificação minuciosa e completa distinção das expressões culturais, metodologia clássica da etnologia. Pretendia a construção de um serviço de patrimônio artístico nacional, o SPAN, que teria como principal função a organização, a gravação e conservação das expressões artísticas do país. Andrade fundou no anteprojeto a noção de tombamento, que deveria prestar-se a salvar “os objetos de arte da morte ou da fuga”, mas salientou a importância do inventário: ferramenta anterior ao tombamento que viria a ser a descrição pormenorizada da expressão artística, descrição essa, necessária tanto para a possibilitar sua permanência, como para uma possível reprodução desta no futuro. Propunha além do uso das recentes tecnologias, tão modernas quanto avassaladoras as considerava, como a fotografia, a filmagem e a gravação, a inscrição da “obra folclórica” ou da “arte aplicada popular” em livros do tombo, pois estes teriam ali a fiel descrição de uma autêntica expressão brasileira.

Toda essa metodologia exportada da etnologia e adequada ao desejo de se pensar as várias expressões artísticas como patrimônio, traz na verdade a constatação de que Andrade, como todo modernista, encara o folclore como resíduo, a arte popular como mantenedora de características tradicionais, somente porque ainda não foram de todo transformadas pelo mundo capitalista industrial e que revelam algo sobre o que é o povo brasileiro. No próprio anteprojeto e na definição de sua metodologia, Andrade explica:

A fonografia como a filmagem sonora fazem parte absoluta do tombamento, pois são elementos recolhedores. Da mesma forma que a inscrição num dos livros de tombamento de tal escultura, de tal quadro histórico, dum Debret, como dum sambaqui, impede a destruição ou dispersão deles, a fonografia gravando uma canção popular cientificamente ou filme sonoro gravando tal versão baiana do Bumba-meu-boi impedem a perda destas criações, que o progresso, o rádio, o cinema estão matando com violenta rapidez.⁹

⁹ ANDRADE, Mário. Anteprojeto de criação do SPHAN. In: Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma trajetória. Publicações do SPHAN, n° 33. Brasília: SPHAN, 1980.

Ainda Paulo Duarte, seu parceiro na criação do Departamento de Cultura de São Paulo em 1936, afirma sobre a importância da etnografia para se fazer uma descrição científica e fiel das tradições brasileiras;

Faz-se necessário e cada vez mais que conheçamos o Brasil. Que sobre tudo conheçamos nossa gente do Brasil. E então se recorreremos aos livros que colheram as tradições orais, os costumes da nossa gente, desespera a falta de valor científico dessas colheitas. (...) A etnografia brasileira vai mal. Faz se necessário que ela tome imediatamente uma orientação prática baseada em normas severamente científicas. Nós precisamos de moços pesquisadores, que vão à casa do povo recolher com seriedade e de maneira completa o que esse povo guarda e que rapidamente esquece, desnordeado pelo progresso invasor (...).¹⁰

Seu desejo em registrar tudo demonstrado no anteprojeto também traz a tona um desejo folclórico típico dos movimentos modernistas: O de congelar, manter para depois utilizar por outras gerações, dar conhecimento de um mundo já superado. Inventaria-se com o intuito de se resgatar do futuro, mas ao mesmo tempo de o deixar no passado. O anteprojeto termina observando: “Feito esse trabalho, tombadas as obras folclóricas que dependem de realização no tempo, então pensar-se também, ou ainda mais tarde, na reprodução por meios gráficos de tudo isso.”¹¹

A metodologia de uma etnologia, que visa registrar para salvaguardar, é também comprovada quando observamos suas ações dentro do departamento de cultura de São Paulo que tinha suas divisões associadas à noção de inventário e organizava as manifestações em dois pólos: aquelas edificadas e as que deveriam ser resgatadas. Foi com esse intuito que promoveu nos anos de 1927, 1928 e 1929, cursos de etnologia e foi dele o primeiro esforço de trazer o casal Lévi-Strauss para lecionar no Brasil.

Ainda notadamente a expressão por ele utilizada para suas viagens etnográficas pelo país, Missões de pesquisas folclóricas, denota o claro objetivo de gravar, registrar e levantarem prol de resgatar e salvar as expressões artísticas que eram de origem

¹⁰ DUARTE, Paulo. Entrevista ao jornal síntese, 1/10/1936, Belo horizonte apud NOGUEIRA, Antonio Gilberto R. O patrimônio em questão. Projeto História. Sentidos da comemoração. N° 20. São Paulo: PUC-SP, 2000.

¹¹ ANDRADE, Mario. Op cit.

indígena ou interiorana e que se perdiam com o avanço do progresso tecnológico que vivia o país.¹²

Mário pertencia ao grupo modernista paulista, elite intelectual preocupada em conservar elementos que seriam próprios de uma cultura do brasileiro, características tradicionais e primitivas que, no seu conjunto, formariam a “identidade nacional”. Isto pode ser pensado como um retrocesso: buscando o moderno querendo preservar edificações e manifestações artísticas ligadas intrinsecamente a um mundo já em vias de desaparecimento. Mas é quando devemos lembrar, como bem nos coloca Sevcenko, que a influência dos grupos modernistas brasileiros são as vanguardas européias dos fins do século XIX, e que nestas há um desejo de retorno ao primitivo, ao exótico em busca de uma autenticidade de cultura que não é mais possível na Europa transformada de então, é quando vemos a Picasso criar o cubismo, estilo completamente original de pintura, baseado nos modelos tradicionais geométricos da arte tribal africana.

O guia geral do Modernismo define bem a idéia que se busca com a nova arte inaugurada sob o termo de “moderna” em 1890,

Uma arte de um mundo em rápida modernização, um mundo em acelerado desenvolvimento industrial, de tecnologia, urbanização e secularização avançadas, com formas de vida social de massa. É também nitidamente a arte de um mundo do qual desapareceram muitas certezas tradicionais e evaporou-se um certo tipo de confiança vitoriana não só no progresso da humanidade, mas também na própria solidez e visibilidade do real.¹³

Voltar ao passado mítico significava, antes de tudo, ancorar-se em ações positivas para criação de um modelo novo e pertinente para o presente, Como nos afirma o próprio Melo Franco, representante do modernismo mineiro:

Entretanto, é imprescindível esclarecer que esse sentimento profundo de apego aos monumentos, próprio do homem civilizado, não se confunde nem com certos carrancismos retrógrados e quase maníacos, nem com o sentimentalismo e a pieguice de românticos.

Sem nenhum transe romanesco, pode verificar-se, com toda a lucidez e toda a objetividade, que a conservação dos monumentos não vai fatalmente de encontro às

¹² Para um estudo mais aprofundado sobre o Departamento de Cultura de São Paulo e o papel de Mário de Andrade nele, observe-se: RAFFAINI, Patrícia Tavares. Esculpindo a Cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938). São Paulo, Humanitas/História Social-USP, 2001.

¹³ BRADBURY, Malcom & MACFARLANE, James. Modernismo. Guia Geral 1890-1930. São Paulo; Companhia das Letras, 1989, pp.43.

necessidades do desenvolvimento urbano. Nem é, de forma alguma, incompatível com o desejo saudável e legítimo que tem todos os homens esclarecidos de viver a viver a vida moderna e criar a cidade moderna.¹⁴

Assim, Tarsila do Amaral pôde criar o *Abaporu*, quadro com fortes elementos regionais, fazendo alusão a um homem primitivo, mas usando de técnicas subversivas na forma, no traço e nos materiais.

Reinventar tradições, talvez essa fosse a intenção desses intelectuais. Mário de Andrade insere a noção de inventário na metodologia de preservação, inventário que parece mais demonstrar a vontade de criar todo um repertório cultural, coleção de obras primas de um mundo que precisa ser recolhido para uma futura memória coletiva.

Como bem nos coloca Antonio Gilberto Nogueira, não há nos projetos de Mário de Andrade nenhuma preocupação “com as tensões sociais” que envolviam as expressões por ele registradas, nenhuma vontade de manter esse mundo em “extinção” vivo, e sim o reconhecimento de uma necessidade de manter obras que darão no futuro mostra do processo evolutivo da humanidade.

Nogueira nos diz:

Se o projeto é inovador para o período, pois pretendia preservar as tradições populares ameaçadas pelo progresso avalassador da industrialização e da cultura urbana, em outro sentido, não dá conta das tensões sociais que o envolvem, levando a uma diluição dos conflitos iminentes. Além disso, ao se propor inventariar as culturas pré-industriais, parece que a preocupação maior é com as manifestações culturais e não com as práticas culturais.¹⁵

O interessante é observar como uma intelectual, tida como conservadora e “sem disposição para ajudar na criação” do SPHAN por Melo Franco, Heloísa Alberto Torres, já tem sobre o projeto de Andrade para a criação do SPHAN a mesma impressão de Nogueira, copilada acima. Esta, afirma em carta a Melo Franco de 09/05/1936, que:

O projeto, que indica tantas medidas de valor no tocante à história e à arte, parece quase que só ter tomado em consideração este aspecto da vida dos nossos selvícolas,

¹⁴ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Palestra proferida na Escola Nacional de Engenharia, 27/09/1939. In: *Op cit.*

¹⁵ Observar sobre o conceito de patrimônio em Mario de Andrade: Antonio Gilberto Ramos Nogueira. Por um Inventário dos Sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. Editora Hucitec, 2005.

não consultou absolutamente o interesse das ciências antropológicas e é a favor delas que pugno.¹⁶

Rodrigo Melo Franco de Andrade e o SPHAN: a nação personificada no monumento.

A idéia de se pensar o conceito de nação em Melo Franco como fruto de seu contexto político, qual seja, o nacionalismo de Vargas e o Estado Novo, é um tanto reducionista quando observamos a trajetória das questões patrimoniais no país, e quando pensamos o próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade, sua geração e seus princípios.

Mais do que aparentemente estar fortalecendo uma ideologia autoritária, que dizia estar civilizando o país, Melo Franco buscava no seu conceito de nação fazer aquilo que muitos outros intelectuais desejavam desde o século XIX, defini-la. No entanto no seu caso a busca pelo que seria concretamente o Brasil perpassa pela necessidade ulterior de caracterizar a identidade cultural do país.

Isto quer dizer, antes mesmo de pensar os atributos simbólicos do que seria o Brasil, tratava de fortalecer uma identidade cultural, expressa nas manifestações artísticas e históricas do país.

Aqui não pretendemos explorar de fato essa idéia, mas chamar a atenção para a questão de que antes mesmo de construir a nação, havia uma preocupação em delimitar a identidade brasileira, que na realidade faz parte do engajamento de Melo Franco no modernismo, seja a corrente mineira, seja a concepção geral como um todo. Mario de Andrade, por exemplo, havia alertado para esse grande problema do país ao escrever *Macunaíma*, o herói sem caráter. Aquele que não tem raízes para sua cultura, que nem sequer geograficamente está delimitado. A metáfora da nação em construção é observada neste romance quando *Macunaíma* ultrapassa as fronteiras mal delimitadas do Brasil, chega à Venezuela e mesmo à Guiana Inglesa. Como o próprio autor afirma em prefácio da primeira edição, a condição de brasileiro inexistente para seu principal personagem;

¹⁶ TORRES, Heloísa Alberto. Carta a Rodrigo Melo Franco de Andrade. 09/05/1936. In: ANDRADE, Rodrigo M.F. *Op cit.*

O próprio herói do livro que tirei do alemão Koch-Grunberg nem pode falar que é do Brasil. É tão ou mais venezuelano como da gente e desconhece a estupidez dos limites para parar na “terra dos ingleses”, como ele chama a Guiana Inglesa.¹⁷

Ancona Lopez observa ainda sobre a mesma obra e o nacionalismo de Andrade,

A abertura de Macunaíma para a música, para a mitologia, o folclore e a cultura popular, para a experimentação, que constrói a rapsódia. Rapsódia que, em última análise, é o romance moderno. Romance que, em 1928, ultrapassa o nacionalismo de programa, levando a preocupação rapsódica de testemunhar uma identidade no âmbito de América Latina e mesmo do Terceiro Mundo.¹⁸

Pois, para Melo Franco a preocupação da construção da identidade está, assim como para Andrade, antes mesmo de delimitar geograficamente ou simbolicamente o que é o Brasil. Melo Franco afirma sobre do que se trata o patrimônio histórico e artístico nacional e o recente criado Serviço de proteção;

O que constitui o Brasil não é apenas seu território, cuja configuração no mapa do hemisfério sul do continente americano se fixou em nossa memória desde a infância, nem esse território acrescido da população nacional, que o tem ocupado através dos tempos. Para que a nação brasileira seja identificada, terá que considerar-se a obra de civilização realizada neste país.

O que se denomina patrimônio histórico e artístico nacional representa parte muito importante e expressiva do acervo aludido, por ser o espólio dos bens móveis e imóveis aqui produzidos por nossos antepassados. (...) São os documentos de identidade da nação brasileira. A subsistência deles é que comprova, melhor que qualquer outra coisa, nosso direito de propriedade sobre o território que habitamos.¹⁹

Em artigo publicado em 30/10/1936, no **O Jornal**, do Rio de Janeiro, argumentando em favor do projeto de criação do SPHAN, em tramitação na Câmara Federal dos Deputados, Melo Franco observa mais uma vez a necessidade de se pensar o cuidado e resgate do patrimônio histórico e artístico devido a sua importância para a conformação da identidade brasileira;

Nas próprias nações de patrimônio artístico mais opulento se atribui cada dia importância maior às manifestações de arte primitiva e exótica de outros povos. Mas, o que é sobretudo evidente é o valor inestimável que têm, para cada país, os monumentos característicos de sua arte e de sua história. A poesia de uma igreja brasileira do período colonial é para nós mais comovedora do que o Partenon. E qualquer das estátuas

¹⁷ ANDRADE, Mário. Prefácio de Macunaima, 1928. apud LOPEZ, Telê Ancona. Macunaíma: A margem e o texto. São Paulo, Hucitec, 1975.

¹⁸ IBIDEM, pp. 188-189.

¹⁹ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Entrevista a **O Jornal**, 30/10/1936. Rio de Janeiro. *Op cit*,

que o Aleijadinho recortou em pedra-sabão para o Adro do Santuário de Congonhas nos fala mais à imaginação que o Moisés de Miguel Ângelo.²⁰

Duas observações ainda podem ser efetuadas sobre esse texto. A primeira é que as categorias História e Arte mais uma vez colocam-se como predominantes para a caracterização do que é considerado o patrimônio nacional, reforçando-se assim, a afirmação anterior de que o projeto de Mário de Andrade, que tem a Melo Franco como colaborador, é inteiramente voltado para pensar o acervo patrimonial como uma grande coleção de exemplares da cultura brasileira. Mesmo depois de criado o serviço, ainda que não tenha utilizado a metodologia que propôs Andrade, Melo Franco ainda mantém certa afinidade com o mesmo sobre serem as expressões artísticas as que representam de maneira mais eficaz a brasilidade.

E dentro disto é que fazemos a segunda observação. O monumento, a obra de arte é encarada como a personificação da nação. Personificação, porque antes de ser Brasil, os monumentos são os brasileiros que, através de sua trajetória histórica, são os construtores do país. Mas somente se nos apropriamos deles.

José Reginaldo Gonçalves em seu estudo sobre os discursos do patrimônio cultural brasileiro, observa duas assertivas teóricas importantes para entendermos aqui a colocação de ver Melo Franco, já na frente do SPHAN, como perseguidor de uma identidade nacional expressa nos Monumentos.

A primeira assertiva diz a respeito de objetos e coleções construindo identidades, Gonçalves afirma ser essa uma característica da história moderna das nações no ocidente, e ainda , aproximando-se do nosso objeto, que;

Objetos de vários tipos são apropriados e visualmente dispostos em museus e em instituições culturais com a função de representar determinadas categorias culturais: o primitivo, o passado da humanidade, o passado nacional, etc. Os chamados patrimônios culturais podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, através das quais é definida a identidade de coletividades como a nação, ou grupo étnico. (...) Nesse contexto a cultura é pensada com coisa a ser possuída, preservada, restaurada, etc.²¹

²⁰ IBIDEM, p.48.

²¹ GONCALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. Estudos Históricos. Vol 1, no 2. Fundação Getulio Vargas: Rio de Janeiro, 1988, pp.266-267.

Em palestra proferida em 1939, Melo Franco chamava a atenção para a importância de se preservar os monumentos do patrimônio histórico e artístico nacional, deixando claro que são eles que representam de forma mais expressiva o Brasil;

Independente, porém, do valor que se atribua no estrangeiro ao patrimônio histórico e artístico nacional, cumpre a nós zelar pela sua proteção na medida em que nos interessa a preservação da própria integridade do Brasil, do qual os nossos monumentos constituem a expressão mais genuína e impressiva.²²

A relação de Melo Franco com Mário de Andrade parece ter aí uma ruptura. Ainda que encare o patrimônio como as expressões artísticas, sejam elas eruditas, populares ou primitivas, Melo Franco coloca a categoria história sobrepondo-se à de arte e sendo assim as obras primas, as excepcionalidades, como são para ele os monumentos nacionais, são prioritários na hora do tombamento e da preservação.

Em carta a Andrade, orientando-o sobre como deveria ser seu trabalho de Assistente Técnico (delegado) do SPHAN no estado de São Paulo, Melo Franco exprime seu desejo;

Não sei se me terei explicado bem, quando lhe falei pelo telefone interurbano; o que eu queria pedir a Você era elaborar um plano para ser executado até o dia 30 de junho próximo, no sentido de serem inventariadas tão completamente quanto possível as obras de arquitetura com interesse artístico ou histórico existentes em São Paulo.²³

A outra assertiva diz a respeito de encarar os monumentos como elos de ligação da nação através do tempo, constituindo assim a base real e concreta de uma tradição que traz no seio características da identidade cultural brasileira.

Gonçalves a respeito coloca;

Desse modo, muitos dos bens culturais que compõem um patrimônio estão associados ao “passado” ou à história da nação. (...) Estes bens constituem um tipo especial de propriedade; a eles se atribui a capacidade de evocar o passado e, desse modo estabelecer uma ligação entre passado, presente e futuro. Em outras palavras garantem a continuidade da nação no tempo.²⁴

Ainda podemos ter que, especificamente sobre Melo Franco, num estudo sobre suas interpretações acerca do patrimônio, Gonçalves nos elucida sobre as ligações entre tempo, nação, monumento e tradição no mesmo:

²² ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Palestra proferida na Escola Nacional de Engenharia. 27/09/1939. Rio de Janeiro. *Op cit.*, p. 55.

²³ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Carta a Mário de Andrade. 17/05/1939. Rio de Janeiro. *Op cit.*, p.125.

²⁴ GONCALVES, José Reginaldo. *Op cit*, p. 267.

Rodrigo concebe-se a si mesmo [na introdução do primeiro número da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro], assim como a elite intelectual de que faz parte, com responsável de dar continuidade à obra de civilização que vem sendo desenvolvida no Brasil desde os tempos coloniais. Essa obra é pensada como uma tradição que assegura a continuidade da nação brasileira. Ele é um personagem da história que é narrada, descrevendo seu papel como o de um herdeiro de uma tradição que deve ser resgatada, defendida e preservada contra os riscos de esquecimento e perda definitiva. Essa tradição é vista como objeto de conhecimento científico, histórico e, ao mesmo tempo, como fonte de autenticidade pessoal e coletiva. Ela tem de ser descrita e explicada em termos científico, racionais, ao mesmo tempo em que, deve ser resgatada como fonte de identidade brasileira.²⁵

Essa tradição para Melo Franco, como coloca acima Gonçalves, está intimamente ligada com o momento da história do país onde há, para este, indício da construção da nação e mais propriamente da identidade nacional, a fase colonial.

Em 1946, em entrevista ao **Diário de Belo Horizonte**, e perguntado sobre o fato de ser Minas Gerais o estado com maior concentração de monumentos tombados, Melo Franco responde:

Tendo sido Minas, o cenário mais importante da nossa história colonial e de quase todo o passado histórico do país, é natural que esta preponderância, influenciando benéficamente em todos os setores de atividade, tenha constituído do nosso estado uma espécie de relicário dos grandes feitos e das grandes realizações nacionais. As importantes obras de arte e os monumentos deixados pelos antepassados, a vitalidade de outras gerações, lembrando fatos de outros séculos. Daí, porque voltemos hoje nossa atenção e caminho para essas relíquias que nos ficaram de outros tempos.²⁶

Essa colocação pode ser reforçada ao analisarmos que entre 1937 e 1967, anos em que Melo Franco esteve à frente do SPHAN, houveram 756 tombamentos, dos quais mais de 400 eram monumentos ou bens móveis pertencentes à fase barroca tardia mineira e baiana nos séculos XVII e XVIII.

Sendo assim podemos questionar vários estudos que alegam ser Melo Franco ora representante de um estado ditatorial e que usa de várias manifestações artísticas para exaltar um nacionalismo ufanista, ora representante de uma elite modernista (ou mesmo mineira) que vê nas Minas Gerais a obra de civilização de uma época grandiosa da história do país. Melo Franco vai além, pode ser que misturando sim essas

²⁵ GONCALVES, José Reginaldo. A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural brasileiro. UFRJ/IPHAN: Rio de Janeiro, 1996, pp. 43-44.

²⁶ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Entrevista ao Diário de Belo Horizonte. 12/07/1946. Belo Horizonte. *Op cit.*

características, mas buscando sobre tudo, nos monumentos, na preservação, na construção do SPHAN, a concretização da identidade nacional.

Dois textos seu exemplificam bem o que tratamos aqui de propor. O primeiro é uma palestra de 1939 e o segundo é uma entrevista concedida no mesmo ano ao

Correio da Manhã, jornal do Rio de Janeiro:

O interesse e o valor que tem os monumentos resultam dos contatos daquelas populações de origem tão diversas, neste meio nosso, não serão somente relativos. Em verdade, a importância desses monumentos que herdamos dos nossos maiores, não é apenas proporcional à emoção que nos causa sentir que eles recomeçaram aqui, com as mesmas hesitações de suas primeiras obras nos países de origem, o labor penoso da criação artística. As suas realizações têm o valor absoluto dos primeiros produtos a fusão de cultura diversas, num meio propício para que estas se manifestassem e influíssem livremente umas sobre as outras.²⁷

Entendem-se também de notável valor histórico, para os fins estabelecidos no Decreto-Lei 25, todos os bens móveis ou imóveis que se possam considerar particularmente expressivos ou característicos dos aspectos e das etapas principais da formação social do Brasil e da evolução peculiar dos diversos elementos que constituem a população brasileira.²⁸

Ao argumento de que a gestão no SPHAN de Melo Franco só tenha preservado monumentos predominantemente da cultura portuguesa, católica e branca contrapõem-se a constatação de que este parece ver nos monumentos da fase barroca, não só suas categorias principais de classificação, qual seja história e arte, mas destes serem ademais (e aí sim Melo Franco se mostra modernista) obras originais, esforços primaz de uma arte brasileira, entendida a brasilidade como mistura de vários povos, e observado o português como fator aglutinante.²⁹

Na mesma palestra de 1939, Melo Franco defende, o que Gonçalves também enfatiza, de que a nação não tem limites temporais ou espaciais, demonstrando assim mais uma vez que sua visão de Brasil está mais para a de Identidade Brasileira;

No entanto, numa reflexão mais detida, chegar-se à conclusão, de que nossa história no cabe no espaço exíguo dos quatro séculos que vivemos, a contar do ano de 1500, porque se alonga enormemente para trás, ligada à história dos povos que nos

²⁷ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Palestra proferida na Escola Nacional de Engenharia. 27/09/1939. Rio de Janeiro. *Op cit.*, p. 49.

²⁸ Ibidem. Entrevista ao Correio da Manhã. 12/01/1939. Rio de Janeiro. *Op cit.*

²⁹ No seu Guia de Ouro Preto, Manuel Bandeira afirma: “Para nós brasileiros, o que tem força de nos comover são justamente esses sobradões pesados, essas frontarias barrocas, onde alguma coisa de nosso começou a se fixar. A desgraça foi que esse fio de tradição tivesse se partido.” Sobre a questão do português como elemento aglutinador para a formação da identidade brasileira, podemos sempre contar com a interpretação de Sergio Buarque de Holanda em Raízes do Brasil.

constituíram. Ela não tem, por conseguinte, limites medíocres no tempo e no espaço. Ao contrário dilata-se por três continentes, através da vida e da fortuna vária das nações de que precedemos e cujo espólio cultural se fundiu num só monte, para formar o patrimônio histórico e artístico nacional.³⁰

A década de 1970: mudanças estruturais no mundo. O Brasil e a reformulação da política preservacionista

Em maio de 1968 explode na França a revolta estudantil, primeiramente na faculdade de Nanterre e, logo depois, ampliando-se a um movimento social que se expande a toda Paris, dando origem, tanto para o meio acadêmico como para a sociedade, a uma nova visão da realidade.

Dentro desta nova concepção da realidade, que contestava a sociedade massificante e consumista através da contra-cultura, estava implícito o apoio aos movimentos de independência das antigas colônias africanas e asiáticas ainda em curso. Ampliava-se, com as contestações estudantis, a “consciência etnológica que descobre o interesse que outras civilizações apresentam”,³¹ colocando em xeque o eurocentrismo.

O discurso de crítica da modernidade se fará presente neste momento de agitação social, beneficiando-se dessa concepção de realidade que traz em si o favorecimento da Tradição como resistência interna a uma sociedade massificante.

No pós-68 experimentou-se no meio acadêmico a adoção deste novo discurso para interpretação da realidade, na sociedade observava-se a apropriação da Vivência de 68 pelos novos movimentos,³² agora fragmentados em reivindicações parciais, como o das mulheres, dos homossexuais e ecologistas. Para Ciro Flamarion Cardoso:

O pós-modernismo revela-se como resultado da trajetória pessoal de intelectuais que podem ser considerados como da geração de 1968 no decorrer da década de 1970: portadores de esperanças revolucionárias desiludidas, muitos deles passaram ao abandono da crença na possibilidade de uma transformação global, daí o apoio entusiástico a movimentos parciais da luta ou reivindicação.³³

³⁰ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Palestra proferida na Escola Nacional de Engenharia. 27/09/1939. Rio de Janeiro. *Op cit.*, p. 49.

³¹ DOSSE, François. “A antropologia histórica” In _____. A historia em migalhas. Dos annales a nova historia. Ed. Unicamp/ Ensaio: Campinas/São Paulo, 1992.

³² TOURRAINE apud DOSSE, François. “Maio de 1968 e o estruturalismo, ou o mal entendido” In _____. História do estruturalismo. Vol II. Ed. Unicamp/ Ensaio: Campinas/ São Paulo, 1994, p. 168.

Na mudança dentro do mundo acadêmico, essencialmente na área das humanidades, há uma fragmentação da noção de sociedade enquanto objeto de estudo e uma antropologização da história. Como nos explica François Dosse: “Os historiadores vão mergulhar nas delícias da história fria, a das permanências, e a historiografia privilegia por sua vez a figura do Outro em relação à imagem tranqüilizadora do mesmo”.³⁴

Nesse contexto, discutia-se na Unesco a criação de ferramentas legais para proteção dos bens culturais materiais, considerados de importância para a humanidade, que estavam seriamente ameaçados pelos confrontos das guerras: “A Unesco procurou traduzir uma ansiedade dos países recém-descolonizados em fundamentar suas nacionalidades”.³⁵

Dentro desta mesma organização vê-se, já em 1964, na Carta Patrimonial de Veneza, uma crescente preocupação com a preservação das tradições folclóricas, preocupação esta que já teria sido observada em 1952, mas dentro das discussões sobre os direitos autorais, quando alguns países africanos adotaram tais regras de autoria para proteção de certas manifestações culturais, prevendo que tal atitude pudesse protegê-las.

É em 1972, quando da conclusão da Convenção do Patrimônio Mundial – estabelecendo regras específicas de preservação para os bens materiais – que se discutiu com mais clareza a preservação de manifestações folclóricas, como são assim denominadas as manifestações culturais na época. Neste encontro, a Bolívia propôs a criação de elementos legais específicos para esse patrimônio não-material. Essa proposta foi apoiada apenas por alguns países africanos e asiáticos, mas iniciaria para toda a década seguinte um debate sobre uma possível preservação de manifestações folclóricas.

³³ CARDOSO, Ciro F. “História e paradigmas rivais” In _____. Domínios da história. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 17.

³⁴ DOSSE, François. “O Estruturalismo entre cientismo, estética e história” In _____. História do Estruturalismo. Vol. II, Ed. Unicamp/ Ensaio: Campinas/São Paulo, 1994, p. 260.

³⁵ M'BOW apud BO, João Batista Lanari. Proteção do patrimônio na unesco: ações e significados. Brasília: UNESCO, 2003, p.50.

A partir dos anos de 1970, portanto, todas as discussões dentro da Unesco terão em pauta essa questão, impulsionada pelos membros latino-americanos, africanos e asiáticos. Ao mesmo tempo, discutia-se os conceitos de folclore e/ou tradições populares. Para o diplomata brasileiro, membro da comissão da Unesco no Brasil, João Batista Lanari Bo, esta instituição concluiu “[...] que os esforços deveriam se concentrar na questão geral do folclore – tema ainda relativamente novo, amplo e a espera de maior precisão metodológica - para viabilizar metas e propostas em relação ao assunto”.³⁶

A Reformulação da política preservacionista brasileira

No Brasil a década de 1970 caracterizou-se principalmente pela distensão do governo militar, crise do “milagre econômico” e luta pela anistia dos presos políticos do regime. A partir do governo de João Figueiredo, que assumiu o cargo de presidente em 1979, iniciava-se uma “lenta, gradual e segura abertura política para a democracia”.³⁷

A crise do milagre econômico havia gerado no regime uma busca de novas opções de desenvolvimento econômico para o país. Essas novas opções teriam, porém, que compatibilizar com a idéia de processo modernizador, assentada desde a década de 1950 pela então política desenvolvimentista, impulsionada pelo governo de Juscelino Kubitschek.

A política desenvolvimentista da década de 1950 tinha como principal objetivo acabar com a dependência do país em relação à importação de tecnologia e investimentos. Na sociedade, no entanto, havia uma luta contra o imperialismo pretendido principalmente pelos Estados Unidos. Dentro do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, essa luta era uma missão que se deveria cumprir em nome da construção da nação. Mesmo assim, os membros do ISEB privilegiavam a questão econômica, pois, como nos afirma Afonso Carlos Marques dos Santos, Roland Cobisier, diretor do ISEB “[...] faz o discurso da fundação/invenção da nação vinculado-a à autonomia econômica, ou

³⁶ IDEM, p. 81.

³⁷ WEFFORT, Francisco. Porque democracia. São Paulo: Brasiliense, 1986.

melhor, à ideologia do desenvolvimento nacional que era, naquela conjuntura, o discurso do poder, o discurso do Estado.”³⁸

Na década de 1970, vê-se o discurso do desenvolvimento emitido pelo governo desassociado do componente anti-imperialista, ao contrário, atrelava-se a economia nacional cada vez mais ao capital externo. Essa reorientação estava explícita nas Diretrizes de Governo já em 1967:

[o] desenvolvimento econômico impõe o fortalecimento da empresa nacional privada, sem qualquer discriminação à empresa estrangeira [...] em complemento à poupança interna, e dada sua contribuição ao progresso tecnológico e à capacidade de importar, o capital externo será admitido como instrumento de aceleração do desenvolvimento. A execução dessa política deve ser consistente com o fortalecimento da empresa nacional.³⁹

As políticas de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional instituída no país em 1937 com a fundação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) sofreriam, na década de 1970, algumas mudanças estruturais, em vista da crise nacional do discurso desenvolvimentista:

[...] a crise do setor de preservação do patrimônio histórico não era mais do que um reflexo da crise ampla do regime, que, esgotados os fatores de impulsão externa [...] viu-se sem alternativas de curto prazo para acomodar os diversos interesses que em torno dele gravitavam.⁴⁰

O nome que operacionalizou esta mudança no IPHAN e nas políticas preservacionista, observando principalmente a questão desenvolvimentista foi Aloísio Magalhães.

Primeiramente na criação do CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural), logo depois da Fundação Pró-Memória e na direção do IPHAN (antigo SPHAN, que passa a ser Instituto em 1970), Magalhães realizou uma transformação no modo de se ver e se abordar as práticas preservacionistas dando lugar a uma nova concepção de patrimônio que influenciou diretamente a década seguinte.

³⁸ SANTOS, Afonso Marques dos. A invenção do Brasil: um problema nacional ?. Revista de História. N° 118. São Paulo: FFLCH/USP, 1985, p. 8.

³⁹ Diretrizes Nacionais do Governo – 1967 apud LAGO, Luiz Aranha Corrêa. “A retomada do crescimento e as distorções do milagre: 1967-1973”. In ABREU, Marcelo Paiva et alli. A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1992, p.283.

⁴⁰ BITTENCOURT, José. “Invenção do passado: ascensos e descensos da política de preservação do patrimônio cultural”. In MENEZES, Lená Medeiros et alli (org.). Olhares sobre o político. Novos ângulos, novas perspectivas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 192.

Aloísio Magalhães: ruptura e continuidade. O binômio nação/desenvolvimento.

Aloísio de Magalhães não estava fora do contexto brasileiro e, portanto, sabia das necessidades de se ter uma política cultural que beneficiasse o desenvolvimento do país.⁴¹ Para ele, ademais, isso era uma verdade indiscutível, porém, deveria ser feita através de um viés interno e não externo como propunha a política econômica desenvolvimentista reorientada pelos militares, como visto acima.

Magalhães parecia estar mais próximo do discurso desenvolvimentista da década de 1950 ao enfatizar que o Brasil precisava se livrar de sua dependência externa e dar lugar a iniciativas com um olhar mais voltado para os valores nacionais, ele não deixava dúvidas sobre sua posição quando dizia:

Eu não acredito que uma nação, uma coletividade, possa ser passivamente vítima de uma dependência externa, de condicionamento econômico, se ela tiver consciência do seu próprio valor. [...] Não creio que se ela tiver coletivamente avivado, aguçado, idealizado seus próprios valores, não encontre alternativas e saídas. Que podem não resolver, mas que podem diminuir essa dependência.⁴²

Podemos destacar assim uma primeira ruptura com relação à gestão de Melo Franco : a própria concepção do acervo patrimonial. Enquanto para este o acervo é a coleção de monumentos que representam a identidade brasileira, em Magalhães será ferramenta de desenvolvimento. A cultura é encarada como fonte para a formulação de políticas econômicas.

Uma prova desse atrelamento se vê nas iniciativas de Aloísio de Magalhães para o reconhecimento de uma cultura “viva”, patrimônio não-reconhecido, na qual se encontrava uma das muitas chaves para uma opção interna de desenvolvimento.

[...] existe vasta gama de bens – procedentes sobretudo do fazer popular – que por estarem inseridos numa dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação das políticas econômicas e tecnológicas. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade.⁴³

⁴¹ FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. Revista do patrimônio artístico histórico e artístico nacional. n°24. Brasília: IPHAN, 1996, p.153.

⁴² MAGALHÃES, Aloísio de. “Entrevista com Aloísio Magalhães, abril de 1979”. In _____.E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 97.

⁴³ IDEM, p.60.

Outra prova é seu empenho em criar, em 1975, o Centro Nacional de Referência Cultural vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio. Os objetivos do CNRC eram os de identificar, indexar e devolver à realidade brasileira, situações ou fenômenos que lhe fossem característicos e dos quais não se tivesse conhecimento gerado, ou melhor, apropriado.⁴⁴

Segundo Magalhães, o CNRC atuava para resolver uma questão essencial: sedimentar a identidade cultural do país, que era para ele, fonte de um desenvolvimento harmonioso, afirma assim em comunicação ao Conselho Federal de Cultura, em 1977,

(...) a assimilação das culturas de nossa formação original – a indígena, a portuguesa e a africana -, se bem que tenha atingido razoável grau de sedimentação, é continuamente enriquecida por novos ingredientes. Resultam ainda frágeis os indicadores de nossa identidade cultural. Mas, apesar de frágeis, não deixam de ser importantes instrumentos para a formulação de nossa política de desenvolvimento.⁴⁵

No entanto, nessa última citação, vemos surgir em Magalhães uma continuidade: a identidade cultural ainda é, como outrora, encarada como meta e como sendo expressa no patrimônio cultural. Mesmo assim podemos dizer que Melo Franco pensa a identidade nacional voltando-se unicamente para o passado, já em Magalhães vemos a necessidade de preservar encarada como ação necessária para progredir, em entrevista a Revista **Isto É**, em 1982 coloca:

(...) é curiosa: um sujeito com minha formação sentir necessidade de um recuo para poder entender melhor a formulação projetiva. E como o estilingue, que usamos tanto quando crianças: quanto mais se estica a borracha para trás, mais longe vai a pedra.⁴⁶

Em outro momento afirma também;

Relembrar a importância da continuidade do processo cultural a partir das nossas raízes não representa uma aceitação submissa e passiva de valores do passado, mas a certeza de que estão ali os elementos básicos com que contamos para a conservação de nossa identidade cultural.⁴⁷

⁴⁴ IDEM, p. 64-65.

⁴⁵ MAGALHAES. A. E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 54.

⁴⁶ Ibidem. Entrevista a Revista Isto é. 13/01/1982. São Paulo. Boletim do SPHAN/Pro-memória, no 18. Sphan/Pro-memória: Brasília, 1982. Encarte especial.

⁴⁷ Ibidem. E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p.75.

Não afirmamos que Melo Franco não tivesse o futuro nas suas concepções, mas com certeza observava a construção da identidade nacional muito mais pelo seu passado glorioso e constituída por uma mistura de culturas dos povos que formaram historicamente o Brasil, isto é uma visão homogênea da cultura brasileira.

A nação em Magalhães é definida dentro de sua trajetória de desenvolvimento, ela é ainda encarada com incompleta e diversa, por não dizer regional. Na mesma entrevista de 1982 afirma sobre essa questão:

Aliás, uma peculiaridade dos países em desenvolvimento é a riqueza e a inevitabilidade de se lidar com situações contraditórias. (...) Na medida em que uma cultura se homogenize, que perde as suas diversidades, isto é, que perde sua rica forma dialética entre as coisas opostas, a partir daí, doutor, ela vai entrar em declínio. Talvez a nossa maior riqueza seja a nossa diversidade.⁴⁸

O discurso de Magalhães pensa o potencial da cultura para o projeto de desenvolvimento econômico nacional.

As ações do IPHAN, durante a gestão de Magalhães no âmbito da política preservacionista foram todas guiadas pelo ideal de promover o desenvolvimento da região na qual se encontrava um bem cultural. Os tombamentos fugiram do clássico “cal e pedra”, e da visão da gestão de Rodrigo Melo de Franco Andrade de pensar o patrimônio cultural do Brasil como obras de excelência do passado.

Por isso, vêem-se ações, tanto no IPHAN, como nos estudos feitos pelo Pró-memória, do tipo: tombamento da Fábrica de Vinhos de Caju da Paraíba, Revitalização da estrada de ferro Madeira-Mamoré, elevação de Ouro Preto, Olinda e Recife de monumento da nação a cidades históricas, que foram seguidamente tombadas como Patrimônio da Humanidade pela Unesco, o que inaugurou a noção de sítio histórico em detrimento da de cidade- monumento.

Mas pode-se dizer que há na época de Magalhães uma reorientação mundial de pensar o cultural não desassociado do desenvolvimento econômico. Em 1978 durante a Conferência da Unesco, em Bogotá, debate-se e declara-se que “o desenvolvimento deve encontrar inspiração na cultura” O mesmo chega a afirmar, quando da polemica de criação ou não de um ministério da cultura, que:

⁴⁸ Ibidem. Entrevista a Revista Isto é. 13/01/1982. São Paulo. Boletim do SPHAN/Pro-memória, no 18. Shpan/Pro-memória: Brasília, 1982. Encarte especial.

Ouvi recentemente na Unesco, durante uma reunião de que eu participava, uma frase que me deixou extremamente satisfeito. Diziam que a solução para os países em desenvolvimento, em formação, não é criar-se um ministério da cultura, não criar-se mais uma instituição para se ocupar da chamada cultura, é o contrário, é se intentar impregnar o sistema do governo como um todo da existência de uma cultura própria.⁴⁹

No entanto, suas ações são anteriores a esse documento e a seu desempenho nos órgãos oficiais de preservação, o que nos leva a pensar que essas preocupações orientavam-se de forma mais direcionada por questões nacionais que pela reorientação mundial.

Em ambos casos porém, a nação se esvai, se perde. Para José Reginaldo Gonçalves esse é o mote de ligação entre os dois diretores do SPHAN.⁵⁰ Em Melo Franco a nação se perdeu no passado e só é trazida ao presente por meio das obras dessa no passado, é no monumento que ela se mostra a nós, se liga ao nosso presente. Nos resíduos que podem ser elencados em uma tradição, definidora de identidade (esta ainda em construção).

Para Magalhães a nação está presente, mas multifacetada, se vê ameaçada pelo capital estrangeiro e as influencias culturais que este traz. Nação é atrelada ao desenvolvimento pois ela só será soberana mediante a independência de sua matriz econômica, soberania que para ele vem no exercício pleno das características culturais próprias e “autênticas” do povo brasileiro.

É sempre pensando e utilizando o argumento da perda que se justifica a ação de apropriação, seja essa de monumentos, seja de manifestações populares.

⁴⁹ MAGALHAES, Aloísio. A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p.75, p.150.

⁵⁰ Seu trabalho a respeito leva o sugestivo título: **Retórica da Perda. Os discursos do patrimônio cultural Brasileiro.**

Capítulo II

Aloísio Magalhães

Conceitos

“Tendo-se tática, um dia aparece a brecha para o diálogo com os que planejam e soltam o dinheiro. Quando se trata do bem cultural, não há quem queira ser contra ...”

Podemos dizer que Aloísio Magalhães esteve sempre envolvido em iniciativas que tinham como objetivo levar ao público nacional a diversa produção artística e cultural brasileira que ele acreditava existir nas várias regiões do país.

Aloísio Magalhães, nascido em Recife, Pernambuco, no ano de 1927, é considerado um dos primeiros designers brasileiros, além de talentoso pintor. Na década de 1950, começa sua vida acadêmica na faculdade de direito de Recife, consagrado espaço de formação intelectual e humanista. É nessa época que também se desenvolveram as amizades com importantes literatos e futuros artistas, como seu primo João de Cabral de Melo Neto, José Laurênio Melo, Sebastião Uchoa Leite, Orlando Gastão e outros. O espaço além das noites boêmias universitárias era o Jornal do Comércio, do qual fizeram parte além dos anteriormente citados nomes como: Felix de Athayde e Carlos Penna Filho.⁵¹

Sua vocação pelas artes visuais iria se expressar através de diferentes áreas. Uma de suas primeiras incursões seria através da cenografia, participando do Teatro do Estudante Pernambucano nos anos de 1946 a 1951 como cenógrafo e diretor do departamento de Teatro de bonecos.

Intelectuais envolvidos com Magalhães nesta época, e que depois teriam nele o interlocutor na luta por uma fundação nacional para a classe teatral, afirmavam que desde aquela época consolidava-se no homem público a idéia de uma relação estreita entre Estado e cultura, não visando um controle da produção e dos produtores por parte do governo, mas incrementando e fomentando as condições para vida cultural do país.⁵²

Orlando Miranda, que viria a ser diretor do Instituto Nacional de Artes Cênicas – INACEN, afirmou que

[...] foi como homem visual que se fez sentir, sobretudo, a sua atuação cênica. [...] essa ligação culminou simbolicamente com o diálogo aberto entre o homem público e a classe teatral, diálogo do qual resultou a criação do INACEN, como ponto fundamental

⁵¹ Vide “Aloísio Magalhães” In: Página virtual do PVDI. (disponível em www.pvdi.com.br), “Aloísio Magalhães” In: Página virtual da Fundação Joaquim Nabuco. (disponível em www.fundaj.gov.br), Depoimento de Waldemir Miranda. In: Encarte especial "VIVA". Boletim SPHAN/pro-memória. N° 18. Brasília 1982, p.2.

⁵² Vide depoimento de Benedito Nunes e Orlando Miranda. In: Encarte especial "VIVA". Boletim SPHAN/pro-memória. N° 18. Brasília 1982, p. 9-10.

na reformulação entre a iniciativa pública e a coletividade, e dentro desta, particularmente, os criadores do produto artístico cultural.⁵³

Com a experiência adquirida no teatro e toda a criação disponível que este ramo lhe proporcionava, Magalhães parece ter se encontrado com o designer, que seria sua marca principal antes de se tornar o homem público da cultura.⁵⁴

Com uma bolsa de estudos do governo francês, freqüentou o Atelier 17 do gravador Stanley William Hayter e aulas de Museologia da Escola do Louvre, Paris, durante os anos de 1951 a 1953. Magalhães voltou ao Brasil maravilhado com a tipografia e as artes gráficas, campo no qual desenvolveu muitas pesquisas. Esta nova paixão o impulsionou a fazer parte de um importante grupo intelectual na década de 1950, o Gráfico Amador.

Participou assim, desde 1954, na cidade de Recife, deste grupo orientado pelo seu primo João Cabral de Melo Neto, que contava também com nomes já conhecidos por ele, tais como Ariano Suassuna, Sebastião Uchoa Leite, Carlos Penna Filho, José Laurênio de Melo, entre outros.

A associação de designers gráficos em exposição recente sobre o Gráfico Amador, o qualificou como "Vanguarda da tipografia moderna brasileira", além de "capítulo importante na história do designer gráfico brasileiro".⁵⁵

Por esse grupo é sempre lembrado por sua tendência a organizar a produção cultural do grupo, do qual participava como gráfico e não como poeta, como alguém preocupado em "preservar a memória nacional".⁵⁶

O grupo proporcionou a Magalhães o espaço para a apresentação de seus trabalhos gráficos. Através das exposições, em parceria com o Gráfico Amador, Magalhães veio a ser conhecido como designer, rótulo que se consolidou com a abertura de seu escritório em 1960, originalmente denominado "Aloísio Magalhães" e que depois passa a se chamar PVDI (Projetos em Programação Visual e Desenho Industrial), centrado em projetos de programação visual. A esta altura Magalhães já era

⁵³ MIRANDA, Orlando. Encarte especial "VIVA". Boletim SPHAN/próMemória. N° 18. Brasília 1982.

⁵⁴ MELO, José Laurênio de. "Lembrança do amigo". In: E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Pró-Memória, 1985, p. 27.

⁵⁵ ALZUGARAY, Paula. O Gráfico Amador. Revista Isto é. 5/2/2001. Editora Abril: São Paulo, 2001.

⁵⁶ Vide depoimentos de Moisés ANDRADE e José MIDLIM. IN: Encarte especial "VIVA" do Boletim SPHAN/próMemória, n° 18, Brasília 1982, p.6.

Sesquicentenário da Independência, Programa de identidade visual da Petrobrás, Cartema mural para a American Telegraph and Telephone Company / Nova York, entre outros.

Mas não seria na área de design, desenho industrial e planejamento visual que se centrariam os principais feitos de Magalhães. Tanto fez nessa, como em todas as outras áreas onde atuou, como a pintura, a gráfica, etc. Na década de 1970 vai desenhando-se já em Magalhães projetos para estruturar aquele que segundo José Mindlim, conselheiro na Fundação Pró-memória, era "Seu projeto favorito, de preservar a memória nacional (...)".⁵⁸ O homem que para muitos tinha criado o Design no Brasil estava disposto a tomar novos rumos em busca de desejos antigos.

A partir de 1974, Aloísio Magalhães começa a reunir-se com um grupo de representantes de vários ambientes, entre eles: Severo Gomes do Ministério da Indústria e do Comércio (com o qual já mantinha relações desde a criação da Escola Superior de Desenho Industrial) e Wladimir Murtinho, Secretário de Educação do Distrito Federal, com o propósito de iniciar ali amplas discussões sobre a necessidade de se conhecer mais profundamente as manifestações culturais brasileiras, em especial as que não tinham sido alvo de proteção e divulgação. Nelas estaria uma nova chave para desenvolvimento brasileiro.

Sobre as reuniões, alguns anos depois, Magalhães afirmaria que tudo começou com uma instigante pergunta de Severo Gomes: Porque não se reconhece o produto brasileiro? Porque ele não tem uma fisionomia própria?, Ao que Magalhães teria respondido que para ter a tal fisionomia era preciso antes conhecer a realidade na qual se inseria o produto.⁵⁹

Para alguns Magalhães vende sua idéia de um Centro Nacional de Referência Cultural atrelado ao Ministério de Industria e Comércio porque é nele que encontra mais facilmente interlocutores e amigos. Numa época de transição, todo ministério parecia instável. No entanto, pode se observar que Magalhães mantinha relações com qualquer outro ministério, em especial com o MEC, posto que o Ministro era Eduardo Portella,

⁵⁸ Ibidem,p.6.

⁵⁹ MAGALHAES, Aloísio. " Aloísio Magalhaães e o CNRC. O produto brasileiro começa a ter desenhada sua fisionomia". Entrevista a Elias Farjado da Fonseca. IN: O Globo. 5 de janeiro de 1977.

amigo íntimo e que viria a ser interlocutor num futuro para outro projeto que requeria apoio governamental.

Pensar um centro que tinha como metas identificar, indexar e devolver à realidade brasileira, situações ou fenômenos que lhe fossem característicos e dos quais não se tivesse conhecimento gerado, com ênfase nas atividades pré-industriais em extinção, na década de 1970, em plena crise do regime, parecia pedir uma boa justificativa. Magalhães com certeza tinha uma: estes estudos viriam para diminuir a dependência que tinha o país com o exterior, espelhado na crise que passava o Regime, após o fim do chamado “Milagre Econômico”.⁶⁰

Em 1975, convênio com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério do Interior, Caixa Econômica Federal, Universidade de Brasília e Governo do distrito Federal nasce o CNRC, consolidado porém somente em 1976. Caberia por esse convênio ao Centro criar “um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira”.

Os estudos do CNRC eram desenvolvidos em quatro linhas de atuação: 1) mapeamento da atividade artesanal, 2) levantamentos sócio-culturais, 3) história da ciência e tecnologia no Brasil e 4) levantamento de documentação sobre o Brasil. Dos estudos realizados por ele pode-se notar como principais, dois que viriam mais adiante serem casos de preservação: A cultura do Caju no Nordeste Brasileiro e O Artesanato de tecelagem popular no triângulo Mineiro.

Em 1979 é nomeado presidente do IPHAN e ao assumir o órgão já faz sua primeira mudança estrutural, inclui em sua estrutura o CNRC e o Programa da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) de Cidades Históricas (PCH). Cria no mesmo ano a Fundação Pró-memória, “destinada a contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no País”.⁶¹

A fundação contaria com todos os bens culturais anteriormente adquiridos pelo governo federal como patrimônio público e poderia ainda manter em seus quadros

⁶⁰ Vide citação número 38 do Capítulo 1.

⁶¹ Artigo 1º da Lei 6.757, de 17 de dezembro de 1979, que institui a criação da Fundação Nacional Pró-memória.

funcionários do extinto IPHAN, transformado em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e ligado novamente à estrutura do MEC. Ter uma fundação para contribuir com o trabalho do SPHAN significava, antes de qualquer coisa, ter a disposição um órgão com verba do governo federal, mas que poderia dispor de investimento privado, com autonomia administrativa e sendo somente suas ações autorizadas ou não por um conselho consultivo. Sobre a mesma nos fala Magalhães,

A Fundação próMemória é uma caixa de competência. Não vai ter cargos, não vai ter chefes de seção. Não vai ter hierarquia no sentido de cargos, não terá chefe de gabinete. O que nós estamos tentando fazer é uma caixa de competência: um quadro onde o indivíduo entra. E o vai percorrendo horizontalmente, à proporção que seu desempenho é bom. Então, ele vai ganhando mais dinheiro e responsabilidade, passando de um patamar a outro, mais alto, até chegar ao final de uma carreira onde tem, vamos dizer, uma plenitude de controle de conhecimento. Não tem nome. Pode ser arquiteto, economista, sociólogo, antropólogo, mas se chama CT – é do Corpo Técnico. CT 1, nível 1, ou 2, etc. Estou querendo dar uma visão de que o programa é interdisciplinar, o que significa que o trabalho é em várias áreas do saber, combinadas, e que não pode distinguir, na hierarquia, a postura de um arquiteto da do sociólogo, a do economista da do simples artesão. Então a próMemória alimentará o sistema e que a exigência da secretaria se resume a isso: é o órgão normativo.⁶²

A necessidade de uma fundação dentro de um órgão já anteriormente reformado foi amplamente contestada por setores do governo e intelectuais renomados. A polêmica se instaurou devido à crise econômica pela qual passava o regime. Como instituto, um órgão a serviço do patrimônio tinha mais autonomia administrativa, porém requeria do governo um investimento anual para sua manutenção. É pensando a necessidade de reordenar as finanças que o IPHAN é novamente incorporado ao MEC, onde pode utilizar sua infra-estrutura (qual seja física ou servidores), barateando-se assim os custos.

Uma fundação levantava de cara um problema, sua instalação custa, inicialmente, mais ao estado e ainda cria um órgão que não será por ele controlado. A fundação permite autonomia administrativa, sustentada através de recursos públicos e privados (os servidores continuam sendo mantidos pelo governo) e exige na sua instituição de um capital maior advindo de doação. Inclusive em 1981 é decretado o fim da criação de fundações pelo estado no país.

⁶² MAGALHÃES, Aloísio. "Palestra na Casa Romário Martins, Curitiba, 1980". Boletim do SPHAN/pró-Memória, no 18. Sphan/pró-Memória: Brasília, 1982. Encarte especial.

Mais uma vez pode-se comprovar que Magalhães fazia uso do binômio cultura/desenvolvimento para nortear suas ações, por ser uma opção conceitual e metodológica e não por ter na área de Indústria e Comércio mais espaço e mobilidade. É através de Portella, do Ministério de Educação e Cultura que consegue convencer o congresso para a criação da Fundação próMemória, mesmo estando contra os próprios ministros de planejamento e Casa Civil, ainda que antes tivessem apoiado a criação do CNRC. Magalhães afirma sobre isso:

Na época do Portella, eu simplesmente não entrei (na estrutura burocrática do MEC). Se eu entrasse, não conseguiria fazer o que precisava ser feito. Fiz a fundação Nacional próMemória. O ministro Delfim não queria, o ministro Golbery não queria, ninguém queria. Não se criariam mais fundações no Brasil. Era preciso que o congresso estudasse o assunto e, se ele desse licença etc, etc. Tudo Foi feito entre Portella e eu dialogando, sem nunca dar entrada num papel do MEC.⁶³

Na prática a próMemória funcionou como anexo ao SPHAN. Como afirmava Magalhães, a SPHAN era o órgão normativo, enquanto a próMemória era o operacional. Seus estudos eram primordiais e antecipavam qualquer decisão de tombamento, além de em conjunto manterem suas publicações até pelo menos 1990.

Em meados de 1980, Magalhães ganha mais espaço (e cargos) dentro do MEC. Ao assumir o ministério, o general Ludwig incumbiu a ele o cargo de Secretário de Assuntos culturais e o encarrega também de pensar a fusão desta secretaria com a SPHAN. Em 1981, é criada a Secretaria da Cultura com as sub-secretárias de Assuntos culturais e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com as fundações: próMemória, Funarte, Fundação Casa Rui Barbosa, Fundação Joaquim Nabuco e a Embrafilme. A secretaria nasce em meio a uma polêmica, era necessário manter uma secretaria com tantas funções no MEC ou seria melhor a criação de um ministério próprio, a exemplo do que países europeus tinham feito?

Para Magalhães, além de sempre recusar o título de Ministro da Cultura, a realidade das instituições no Brasil, ao seu ver, frágeis, não permitia a criação de um ministério. Na data da criação da secretaria afirmava:

Não se trata, como já foi dito várias vezes, de criar um ministério da cultura, embora não se possa descartar esta idéia para um futuro ainda distante, quando o avanço do processo brasileiro vier a exigir a separação entre educação e cultura. Mas por

⁶³ Ibidem. Entrevista a Revista Isto é. 13/01/1982. São Paulo. Boletim do SPHAN/Pro-memória, no 18. Shpan/Pro-memória: Brasília, 1982. Encarte especial.

enquanto, isto é prematuro e indevido, pois um ministério da cultura seria fatalmente um órgão fraco, tanto do ponto de vista financeiro quanto do conceitual.

Por enquanto, em nosso país, não se pode divorciar cultura e educação, mas, muito ao contrário, é necessário incentivar o estreitamento das relações entre as duas áreas, em virtude do papel primordial que o processo cultural desempenha no educacional, na medida em que uma educação desprovida do seu contexto sócio-cultural não passa de mera técnica sem grande utilidade ou a serviço da progressiva perda de identidade nacional. Não há desenvolvimento harmonioso e nem se faz uma nação forte se, na elaboração da políticas econômicas do país, não são levadas em consideração as variáveis culturais e o papel que aí desempenha o sistema educacional.⁶⁴

Observe-se, que seu argumento segue a lógica de seu pensamento para os bens culturais. Inserir-los no contexto de produção a fim de serem assim indicadores de desenvolvimento. A cultura e a educação brasileira andam juntas, pois são assim ferramentas complementares no conhecimento da identidade nacional, estudar deve ser uma ação norteada em pró de se conhecer, criar e desenvolver instrumentos de independência cultural, necessária a fim de se pensar a outra independência, a econômica.

Como fruto da criação da secretaria é assinado em seminário em setembro de 1981, importante documento para as futuras ações do SPHAN, *Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC*. O documento norteava cinco linhas de atuação da secretaria: 1) estímulo à criação, produção e difusão cultural, 2) preservação dos bens culturais em sua dinâmica, 3) Interação entre a educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país, 4) Captação, guarda, fluxo e uso de informações relativos à cultura no sistema SEC/MEC, 5) formação de recursos humanos na área cultural.

As ações de Magalhães no IPHAN, depois no SPHAN e na próMemória mantinham várias oposições econômicas mais no campo intelectual sua crítica advinha de um debate intelectual que afirmava estar Magalhães fazendo, mesmo que sem a metodologia adequada da etnografia, o que Mário de Andrade já haveria proposto no seu anteprojeto, o registro e a gravação das manifestações populares em extinção. Carlos Lemos, por exemplo, em editorial da Folha de São Paulo, afirmou que a atitude de Magalhães de associar preservação do patrimônio a uma ação que prevê

⁶⁴ MAGALHAES, Aloísio. "As duas vertentes do bem cultural". Cultura. Ano 10, No 36. Brasília: MEC, 1981. pp.2-3.

desenvolvimento se dava unicamente na tentativa de justificar suas idas e vindas a ministérios relacionados, “há anos adquiriu o hábito de freqüentar seu padrinho, o general Golbery, na Casa Civil, arrancar verbas insuspeitas com Delfim neto, no planejamento.”⁶⁵

Outros intelectuais ainda afirmavam serem suas ações utópicas, idealistas e sem retorno. No episódio da instalação de CPI em 1981, para a investigação da situação do patrimônio histórico e artístico nacional, o Deputado Fernando Coelho, do PMDB-PE, indagando a Magalhães sobre as várias acusações de que não teria até aquele momento formulada uma política cultural eficaz e organizada, faz referencia ao depoimento do historiador José Honório Rodrigues, que dizia sobre a Fundação nacional pró-Memória ser “uma iniciativa infeliz, inadequada, despropositada, imatura e que só terá resultados ineficazes”. Ainda o deputado cita editorial do Estado de São Paulo do mesmo ano, onde se alega não ter o governo política cultural coordenada, “O momento é de total confusão. Cada um faz o que quer com as verbas que conseguir”. O editorial da Folha de São Paulo, em 05 de novembro de 1980, também complementa a crítica anterior. Este afirma existir pouca ação no âmbito cultural por parte de um regime que dizia estar se abrindo e reformando, “(...) ficou-se no detalhe, nas viagens internacionais” sem objeto direto “, em projetos brilhantes como o da Fundação Pró-Memória, mas de baixa produtividade, as coisas da cultura ainda pertencendo a um reduto aristocrático e comemorativo de uma visão senhorial da cultura”.⁶⁶

Sobre as acusações de serem suas ações atreladas demais a um regime militar, ditatorial e que mantinha uma política de censura vigente até 1985, respondem algumas das pessoas envolvidas com Magalhães.

Paulo Sérgio Pinheiro, Cientista político, afirma em dois momentos sobre a opção de Magalhães de “Fazer algo já, não esperar um governo mais aberto”, que este “Impaciente, achou que em 1975 já testemunhara descaso e abandono demais para continuar fora das políticas concretas de Estado”, afirmava à Folha de São Paulo⁶⁷, em

⁶⁵ LEMOS, Carlos. Artigo da Folha de São Paulo. S/d. Documento presente na pasta pessoal de Magalhães no Arquivo Noronha Santos (IPHAN-RJ).

⁶⁶ Depoimento prestado em 23 de abril de 1981 à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara de Deputados. Documento na íntegra constante da pasta pessoal de Magalhães no Arquivo Noronha Santos (IPHAN-RJ).

⁶⁷ PINHEIRO, Paulo Sérgio apud FALCAO, Joaquim. A política cultural de Aloísio Magalhães. In: MAGALHAES, Aloísio. E triunfo?. A questão dos bens culturais no Brasil. Nova Fronteira / Fundação

outro momento diz, “Acreditando sempre nas vantagens da conversa, do entendimento. Fez Bem em não esperar que outro regime pudesse acolher entusiasticamente, quem sabe, seus planos renovadores.”⁶⁸

José de Laurênio, amigo desde os tempos de Recife e colaborador na próMemória, diz em depoimento posterior ao falecimento deste que, “num momento de transição política, com sua carga de esperanças e incertezas, esse fazer do diálogo moeda corrente é algo que ficamos devendo ao homem público.”

O próprio Magalhães, no entanto, reconhece seu atrelamento a pessoas do regime e a ajuda que destes obteve no sucesso de suas ações, para ele no entanto essa ação se devia à fragilidade das instituições no Brasil e a falta de tempo para esperar o fortalecimento das mesmas em função de uma ação no campo cultural. Em entrevista a Zuenir Ventura, em 1981, dizia sobre ser “referência de diálogo com o aparato estatal”, que

Na verdade as instituições são fracas. O que vale são as pessoas. Isso é péssimo por um certo aspecto. Porque você não pode, dentro de uma estrutura, dentro de uma organização social, poderosa, complexa, você não pode ficar dependendo das pessoas. São as instituições que devem estar resolvendo. Mas para construir instituições, doutor, você leva muito tempo até que elas sejam instituições.⁶⁹

Mas não se pode afirmar que Magalhães utiliza-se do regime militar sem consciência do tempo de transição no qual estava e sem desejar a democracia. Em depoimento à CPI do Patrimônio responde:

O Brasil muda e quem não acreditar nisso que se cuide. Nossa trajetória na direção de um processo de abertura, de arejamento, de renovação é inexorável, já que tanto o desejamos e que por ele batalhamos. (...) Não vejo, não posso sentir, dentro das responsabilidades sociais, como homens de grande valor da nação brasileira se estejam omitindo, estejam esperando em casa que alguma coisa, um milagre, ocorra. Isto não ocorrerá. Ou trabalhamos nessa direção, cada um no seu galho, na sua competência, na direção de uma afirmação democrática, apoiando-nos mutuamente, conquistando, através do diálogo permanente, o apoio, ou corremos o risco de o país não se desenvolver na harmonia que desejamos.⁷⁰

Em resposta à acusação dos intelectuais da ineficácia e idealista posição de Magalhães ante a necessidade de uma política para um campo tão afetado pelo regime militar, em especial pelo AI-5, como é o cultural, vemos Magalhães rebater a crítica

próMemória: RJ/DF.1985, p.14.

⁶⁸ Idem. Op.citi

⁶⁹ MAGALHAES.Aloísio. Entrevista a Zuenir Ventura. Isto é. Rio de Janeiro, 1981.

⁷⁰ IDEM. Depoimento à CPI da Câmara dos Deputados. *Op citi*

afirmando serem seus interlocutores desinformados e até incompetentes. O Jornal “O globo” noticiava no dia seguinte a respeito de seu depoimento na CPI: “Secretário de Cultura do MEC afirma: o que falta para uma atuação efetiva na preservação do patrimônio histórico e artístico nacional é determinação, coragem e competência”. A frase recortada pelo jornal do seu depoimento é proferida em resposta à acusação que sofre por parte de José Honório Rodrigues, reconhecido historiador e diretor da Biblioteca Nacional à época da incorporação desta a estrutura da próMemória., incorporação que lhe valeu o cargo.

Magalhães se defende em um primeiro momento com uma crítica ao conceito de memória de Rodrigues, mas logo rebate de forma política, atingindo em especial as equipes anteriores das instituições aderidas à Fundação próMemória, sendo uma crítica mordaz para a forma como se conduziam as políticas públicas no país. Sobre isso no depoimento vemos,

Trata-se de um senhor respeitável na sua competência, mas que não foi capaz de resolver os problemas da Biblioteca Nacional, da qual foi diretor durante muitos anos. Não acredito, nem aceito, meus senhores, que se diga neste país que não se fazem as coisas por falta de dinheiro, porque isso não é verdade. Não se fizeram e não se fazem as coisas por falta de coragem, e às vezes, por falta de competência.⁷¹

Se analisarmos de perto, vemos que a crítica que mais sofria sua postura perante as ações no campo cultural, a saber de muita teorização e pouca ação, não era irrelevante. De fato, poucas são as ações que Magalhães conseguiu incorporar. Das metas estipuladas na suas *Diretrizes Operacionais*, parece só ter consolidado a de *formação de recursos humanos na área cultural*.

Nas preservações, voltadas para o fazer popular, para as técnicas pré-industriais, só vemos dois casos: o tombamento da fábrica de Vinho de Caju Tito Silva & Cia e a instalação do Museu ao Ar livre de Orleães, sendo este museu de tecnologia patrimonial destinado a preservar as técnicas de desenvolvimento agrário trazidas pelos imigrantes europeus no século XIX para aquela região. Como exemplo de bens culturais voltados para o desenvolvimento da região, é exemplar somente o caso da revitalização da estrada Madeira-Marmoré.

São ações mais firmes de sua gestão os seminários de estudos patrimoniais que desenvolveu em mais de 11 cidades no país e que geravam para Magalhães a

⁷¹ IBIDEM

mudança mais urgente e necessária no Brasil: a renovação de alguns conceitos. É respondendo essa crítica que afirma;

De um lado acho que foi feito muito pouco. Que não conseguimos ainda chegar a um nível de atendimento das necessidades do espaço brasileiro. Estamos longe disso. (...) Por outro lado, a minha divisão e a minha contradição interna as vezes apontam o contrário. Já foi feita muita coisa. Já se modificaram alguns conceitos que precisavam ser revistos. Já há atitudes em relação às comunidades, disposição de ouvi-las. A co-participação acrescenta muito no desenho e no destino dessa preservação.⁷²

É porém, da transformação operada por Magalhães na forma de encarar a nação e portanto a identidade cultural brasileira, que partimos para pensar as políticas de preservação na década de 1980, onde muitas das ações por ele idealizadas se deram eficazmente.

Para tanto se faz necessário o esclarecimento e a definição de alguns conceitos chaves em sua gestão, e em seu discurso a fim de entender a influencia destes nas definições posteriores.

A noção de bem cultural: novo parâmetro para inserção de bens no acervo patrimonial.

Já anteriormente observamos que o binômio nação-desenvolvimento é referencia das ações de Magalhães. Seu conceito de Bem cultural advém dessa lógica, assim como o de patrimônio redefinido pela nova gama de bens que insere no acervo patrimonial.

O discurso de Magalhães pensa o potencial da cultura para o projeto de desenvolvimento econômico nacional. Mais do que isso, ele observa a cultura popular como fonte de desenvolvimento econômico regional. Observe-se declaração a respeito de suas ações no IPHAN à Revista Interior, do Ministério do Interior, em 1980:

Quando eu assumi o patrimônio lembro-me de ter visto uma capela sendo restaurada numa pequena comunidade do interior do Nordeste, e havia uma placa dizendo o custo da obra: cinco milhões de cruzeiros. Eu fiquei perplexo com a relação entre o valor daquela restauração e a situação da comunidade, o nível da vida das pessoas que viviam em torno daquela capela. Quer dizer não encontrei lógica entre a necessidade de sobrevivência da comunidade e o custo de cinco milhões de cruzeiros da restauração; algo me parecia errado nesta dicotomia. Ora, isto veio de encontro com as idéias que já defendíamos e trabalhávamos no tempo do CNRC, que é justamente entender o homem dentro de seu contexto, o que ele faz, como vive, como sente, como se ajusta ou se

⁷² MAGALHÃES, Aloísio. Boletim Especial próMemória. *Op citi.*

adapta, com enriquece ou empobrece, em função do contexto. O que se tornou obvio é que era preciso sair da faixa em que predomina o restauro do bem imóvel no seu esplendor, quando a comunidade já não tem condições sequer de sobrevivência e, portanto, como poderia entender esse esplendor? Cabe também perguntar por que essa comunidade perdeu as condições de vida econômica e social que levaram-na à construção de um monumento esplendoroso? E até que ponto se poderia, através de um trabalho com a comunidade, retomar certos filões ou certas linhas de conduta que, naturalmente, não levariam por si só a um novo florescimento econômico, mas pelo menos a um melhor equacionamento da relação entre indivíduo e comunidade, seu bem-estar, sua economia e seu trabalho que permanece e pode chegar ao nível de um bem patrimonial? Isso nos leva também a pensar que bem patrimonial não apenas aqueles bens sólidos e pertencentes ao passado, mas são os fazeres cotidianos.⁷³

Se desenvolvimento do local onde se dá uma manifestação cultural que deve ser preservada é central na noção de bem cultural de Magalhães, que vem a definir para este o que será ou não patrimônio, não podemos deixar de observar como a diversidade é também uma categoria chave, isto porque antes do nacional, o desenvolvimento em foco é o do regional, assim ele afirma:

Na verdade, nós, do terceiro mundo, reivindicamos uma conceituação de bem cultural mais abrangente, muito mais ampla. Nós podemos inserir no conceito de bem cultural toda uma gama importantíssima de comportamentos, de fazeres, de formas de percepção de uma realidade que na verdade não está cristalizada, da qual sequer há ainda uma representação clara, mas que justamente pela sua fragilidade, pela sua vitalidade, pela sua importância como indicadores de uma formulação de identidade cultural, são os bens que precisam ser preservados.⁷⁴

Desenvolvimento regional como meta para uma melhor preservação de uma cultura que é vista como ferramenta, via. Mas nem sempre era isso que limitava as ações de Magalhães. Seguindo uma nova configuração mundial, observa-se a revitalização da ferrovia Madeira-Mamoré em 1981, como espaço dado à sociedade na redefinição de seus lugares de memória.

Em 1979, (poucas semanas depois de assumir o IPHAN) recebi um telex da Sociedade Brasileira de Proteção Ferroviária. Trazia um apelo dramático a respeito da licitação de um lote de máquinas e equipamentos pertencentes àquela velha ferrovia amazonense. Pedia para que o IPHAN interviesse, impedindo a venda marcada para a semana seguinte. Pensei imediatamente na importância de um complexo ferroviário dentro da dinâmica cultural do país. Fora através de sua implantação (ao longo da qual morreram quase 4 mil pessoas) que se dera um dos processos descentralizadores mais significativos entre nós, abrindo a floresta. (...) A partir do passado daquela estrada de

⁷³ MAGALHAES, Aloísio. "Entrevista à revista Interior, 1980". In: SPHAN/Prómemória. Boletim do SPHAN/Prómemória. Encarte especial. Número 18. SPHAN: Brasília, 1982.

⁷⁴ IDEM. Saudação aos participantes do V curso Interamericano sobre política e administração cultural. Brasília, 15 de setembro de 1980. IN: Pasta Pessoal de Magalhães no Arquivo Noronha Santos (IPHAN-RJ).

ferro fomo-nos aproximando do presente da região. Verificamos que o grande anseio da comunidade era no sentido que ela voltasse a funcionar, corrigindo um ato tecnocrático e centralizador de desativação. Ao se aplicar o decreto de que todas as ferrovias com menos de 600 quilômetros são economicamente inviáveis, não se levou em conta a peculiaridade de que em muitos casos o fator econômico não é o predominante. E o fator básico na Madeira-Mamoré era o da integração social – portanto, cultural. Ela funcionava como um sistema vascular alimentando também culturalmente aquela área da região amazônica.⁷⁵

Nesta citação podemos também focar o antes afirmado: em Magalhães a necessidade de preservar esta no sentido de ser essa uma ação necessária para progredir. A viabilidade do futuro se dá na configuração do que é o passado e o presente. Por mais diversa que observe a nação, esta está ligada, pela trajetória histórica do seu desenvolvimento, a um passado. O passado não está afastado, perdido, está presente, dado como tendo uma continuidade em nós. O processo histórico contínuo e progressivo é ainda para Magalhães única possibilidade de se pensar o desenvolvimento da nação atrelado obviamente à permanência da própria cultura, observa-se quando diz:

Assim nosso desenvolvimento só será verdadeiramente harmonioso na medida em que o conhecimento dos valores reiterados pelo processo histórico passe a informar o conjunto de decisões tomadas com vista à solução de nossos problemas de hoje. A continuidade da trajetória de uma cultura em processo ininterrupto de transformação como a nossa não pode prescindir do constante aferimento dos valores da anterioridade a fim de identificar os caminhos do tempo projetivo.⁷⁶

O presente porém, não está ligado ao passado de forma linear e ininterrupta, mas também não é o passado reconhecido em pequenos fragmentos do presente, como o fora em Melo Franco, ele é visto como múltiplo e em diferentes escalas temporais, está no presente em diferentes representações, vivo e atuante e não somente como espaço de lembrança, a esse respeito é que afirma: “Não tem sentido a memória apenas para guardar o passado. (...) A tarefa de preservação do patrimônio cultural brasileiro, ao invés de ser uma tarefa de cuidar do passado, é essencialmente uma tarefa de refletir sobre o futuro.”⁷⁷

⁷⁵ MAGALHAES, Aloísio. Boletim Especial do SPHAN/próMemória. Op citi.

⁷⁶ IDEM. Exposição de motivos para criação da próMemória ao MEC. Setembro de 1979. In: _____ . E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1997.

⁷⁷ MAGALHAES apud FALCAO, Joaquim. A política cultural de Aloísio Magalhães. In: MAGALHAES, Aloísio. E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1997, p. 22.

Sobre sua noção de continuidade, Joaquim Falcão em estudo afirma: “o passado forma, e às vezes até deforma o presente. Mas não necessariamente não o conforma. Ao contrário muitas vezes o reforma”.⁷⁸

O que vem a mente a se questionar é o porque da postura de Magalhães de encarar cultura associada a desenvolvimento. Já se pode constatar anteriormente que uma certa reorientação mundial no âmbito institucional, em especial da UNESCO, observava essa necessidade desde a década de 1970. No entanto a questão maior é ver como em Magalhães o desenvolvimento através de aspectos culturais próprios é voltado para o regional, o singular.

Uma nova olhada a seu depoimento na CPI do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1981, nos mostra como essa é uma questão advinda de sua própria história - ele é um intelectual de Pernambuco, estado fora do eixo de desenvolvimento industrial - mas ao mesmo tempo é fruto de uma posição de defesa dos países em desenvolvimento e nações recém criadas (no caso da África e Ásia) ante um fenômeno bem conhecido e que começa a ter força nesse momento: o movimento de globalização.

Magalhães defende,

Restam os países pobres e novos. A esses, e para esses, devemos voltar nossos olhos e nossas reflexões por aí talvez se encontre, Excelência, uma série de parâmetros e de paradigmas que, nesta altura da vida do Ocidente – pois estamos falando do ocidente – adquirem um significado todo especial. É que talvez esteja unicamente nos segmentos de autenticidade dessas nações, nos frágeis e pequenos elementos que constituem o seu patrimônio, como cultura, justamente a probabilidade da salvação diante de um mundo, criado pelo homem ocidental, em que tudo são impasses, em que nada foi resolvido, em que o dinheiro não compra a harmonia, não compra a identificação do homem com o seu meio ambiente, diante de um mundo em que tudo está em xeque, em que nenhuma das formas de valorização econômica, tecnológica e mesmo científica está verdadeiramente à disposição de todos. É uma inverdade, uma balela, a transferência de tecnologia. Isso não existe. O que existe é subordinação, venda de tecnologia, de formas de fazer, que são impostas suavemente a outras nações mas que, na verdade são imensas e novas garras de dependência tecnológica, de necessidade de apoio permanentemente e contínuo. (...) Não existe desenvolvimento econômico que não seja autêntico. Não existe verdadeiramente uma nação, que se forme, que progrida, que se enriqueça, a não ser à base dos componentes de sua verdade, da sua identidade autêntica, dentro de sua trajetória enquanto nação.⁷⁹

⁷⁸ FALCAO, Joaquim. A política cultural de Aloísio Magalhães. In: MAGALHAES, Aloísio. E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1997, p. 22.

⁷⁹ MAGALHAES, Aloísio. Depoimento à CPI. 23/04/1981. *op citi*

Percebe-se no fragmento acima que para Magalhães a idéia de uma regionalização para a superação dos problemas econômicos se faz através também de uma certa relativização desses contextos regionais. O discurso dele se mostra atual com relação à crise pela qual começasse a passar na Europa e no mundo, desde a década de 1960, com relação às categorias totalizantes, a saber de universal, verdade, igualdade, etc.

A década de 1960 se configura no plano internacional como o afloramento de movimentos sociais parciais e regionalizados. É nesta década que se dá a consolidação das independências das antigas colônias africanas e asiáticas, que desde a década de 1940 (com a Europa em guerra) começam um processo de libertação dos antigos impérios europeus, debilitados pelo conflito e logo depois pela reconstrução do continente.

Nesse momento de independências das colônias africanas e asiáticas, a ONU cumpre um papel importante, sua mediação com as antigas metrópoles foi fundamental para o reconhecimento de alguns países africanos e asiáticos como Estados soberanos.

A crítica ao Etnocentrismo já se encontra na época bem formulada e discutida no âmbito institucional. Em 1950, Claude Lévi-Strauss, em sua intervenção numa das conferências da recém criada Unesco (1948), afirmava a propósito do progresso da humanidade que esta “não pode cair num particularismo cego que tenderia a reservar o privilégio da humanidade a uma raça, a uma cultura ou a uma sociedade, mas também nunca esquecer que nenhuma fração da humanidade dispõe de fórmulas aplicáveis ao conjunto [...]”.⁸⁰ Esta crítica veio acompanhada de uma compreensão da necessidade do reconhecimento da diversidade cultural humana, portadora de novas potencialidades.⁸¹

É pensando essa diversidade cultural, termo em moda na época, que Magalhães chega a afirmar: “A cultura brasileira não é eliminatória é somatória”.

Sobre o universal, Magalhães propõem uma concepção que em vez de homogeneizar, diversifica.”Universal, meus senhores, não é igual; universal é o

⁸⁰ LEVI-STRAUSS, Claude. “Raça e história” In _____. Coleção Os Pensadores, Abril: São Paulo, pp.86-7.

⁸¹ IDEM, p.87.

diversificado, é a interligação, é a interface de diversas coisas, da heterogeneidade que compõem o caráter de uma nação”. Ainda, para Magalhães, é precisamente a idéia de que devemos nos igualar, nos universalizar que corroe a “autêntica” cultura de um país.

É na medida, que nós, países pobres e novos, fomos caindo nesse engodo de nos tornamos todos iguais...que igualdade é essa que na verdade só faz diminuir a intensidade das relações, só faz diminuir a potencialidade de riquezas na conhecidas, que estão escondidas debaixo da freqüência com que, reiteradamente, no processo histórico essas comunidades vinham criando?⁸²

Mas não é somente por uma preocupação internacional, ou reorientação mundial que Magalhães se junta a uma noção de cultura como fonte de desenvolvimento de países dependentes e subdesenvolvidos, é antes uma preocupação com a economia e como essa é fator na hora de deliberar por um lugar para a cultura nos países de terceiro mundo. Em um dos seus seminários afirma,

É obvio que nos países ricos e desenvolvidos, a tradição, o apego a esses valores fundamentais é algo secular, que se desenvolve ao longo do tempo e faz com que o nível de percepção e consciência desses valores seja nítido, enquanto que nos países jovens e pobres essa consciência é muito frágil, em muitos casos até inexistente. A miséria, a pobreza, a ignorância, a doença são situações mais prioritárias, muito mais fortes, que põem em xeque a sobrevivência, que impedem que o ser humano vá socialmente além dessas questões, e aí a preservação passa a ser um luxo.⁸³

Parece que a lógica para Magalhães se dá da seguinte forma: não se pode por cultura em prioridade quando o país depende de um desenvolvimento econômico que garanta as condições de vida, ao mesmo tempo esse desenvolvimento não pode se dar sem uma identidade cultural sedimentada e forte, pois coloca em risco a própria nação. Por tanto, assegurar identidade cultural pode se dar através de um desenvolvimento guiado por manifestações culturais locais que são e que eram no passado, rentáveis. Não há dinheiro para cultura, então cultura pode gerar dinheiro e garantir autonomia cultural, que também só é assegurada através de uma independência financeira. O pronunciamento que fez em 1977, pela defesa do CNRC no Conselho Federal de Cultura nos exemplifica de forma clara essa questão;

Considerando o desenvolvimento como a busca de uma síntese harmoniosa produzida pelos componentes diversificados e mesmo paradoxais de nossa cultura, é de supor que a ação político-econômica se processe em dois planos. Ao nível macro, das infra-

⁸² MAGALHAES, Aloísio. Depoimento à CPI. 23/04/1981. *op citi*

⁸³ IDEM. Saudação aos participantes do Seminário sobre a experiência alemão no campo da conservação de núcleos históricos. Documento constante da pasta pessoal de Magalhães no Arquivo Noronha Santos (IPHAN-RJ).

estruturas de apoio, chamaríamos de meta-desenvolvimento. Ao nível micro, de identificação das necessidades ligadas a comportamentos e hábitos, usos e costumes da comunidade, chamaríamos de para-desenvolvimento. (...) Enquanto o metadesenvolvimento atua quase sempre de cima para baixo e do centro para a periferia, o paradesenvolvimento emerge de baixo para cima e faz convergir da periferia para o centro dos indicadores regionais e locais necessários à atuação nacional. O metadesenvolvimento oferece condições para expansão e desempenho dos grandes complexos empresariais. O paradesenvolvimento cuida de incorporar no desenvolvimento do país pequenos índices de atividade criadora, identificar valores dispersos e desconhecidos da imensidão do espaço territorial. Etapa indispensável para que o metadesenvolvimento não se desvincule da realidade nacional, acarretando a perda de identidade cultural e eventualmente afetando mesmo a soberania nacional.⁸⁴

Porém é a lógica mundial, de reorientação para o regional, o singular, o parcial que faz com que o conceito de bem cultural amplo e diverso de Magalhães consiga adeptos e seja adotado nas políticas públicas brasileiras, sem claro, deixar de estar atrelado também a uma necessidade nacional. Não podemos esquecer que numa época de transição política e redemocratização, todo e qualquer intento de conquista da opinião pública é bem recebido.

Ações voltadas para um desenvolvimento ligado a questões internas e não externas não são novas no Brasil da década de 1970. Como se sabe o nacional-desenvolvimentismo da década de 1950 se propunha também como uma saída à dependência econômica do país em relação a países mais ricos e industrializados. Inclusive esse movimento também gera uma busca de identidade, um rótulo, um perfil para o produto brasileiro. Afonso Marques no texto “O Brasil é uma invenção?” é que sintetiza essa idéia:

No plano da relação Estado-produção intelectual, dois momentos históricos de afirmação de autonomia parecem ser os fundamentais, em especial no que se refere à produção historiográfica que tem a nação como categoria chave. O primeiro momento pertence à fase da luta pela autonomia política e a afirmação do Estado Imperial na primeira metade do século XIX, onde uma instituição cumpre o papel fundamental no sentido de realizar a biografia da nação, ao organizar a História do Brasil. Esta instituição foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fundado em 1838. O segundo momento pertence à conjuntura de luta pela autonomia nacional no plano econômico, e da tentativa de superar o subdesenvolvimento e os entraves para o desenvolvimento. Trata-se da era do nacional-desenvolvimentismo nos anos 1950 e início dos anos 60 [ISEB]. Em ambos verifica-se a busca da identidade, sendo que o segundo pretende ser a crítica radical do primeiro.⁸⁵

⁸⁴ Atas do Conselho Federal de Cultura, anos 1979, 1980. Rio de Janeiro: [Conselho Federal de Cultura](#), 1979-1980.

⁸⁵ SANTOS, Afonso Marques dos. A invenção do Brasil: um problema nacional ?. Revista de História. N° 118. São Paulo: FFLCH/USP, 1985.

De certa forma Magalhães reconhece que ao mesmo tempo em que urge uma reação à globalização, uma necessidade de afirmação da identidade cultural em contra de um processo homogeneizador, é o movimento de globalização que gera e incentiva todo um processo de consolidação das nações mais novas e em desenvolvimento enquanto uma esfera autêntica e independente cultural e economicamente falando. Sobre a conciliação entre moderno e tropical, caso particular de países do terceiro mundo, afirma primeiramente ser essa uma necessidade e possibilidade única, visto que;

(...) nossa época se caracteriza por inúmeras mudanças. Talvez o aspecto mais precioso e mais válido dessa mutação seja o fim do pensamento linear, o declínio das ciências separadas e estanques e o advento do pensamento globalizador. Nenhum conhecimento poderá permanecer isolado na medida em que depende e se alimenta de uma forma de compreensão dinâmica e globalizante.⁸⁶

Cultura popular como portadora da diversidade nacional: a incipiente noção de imaterialidade da cultura.

O discurso da política federal de preservação do patrimônio trata de criar uma tradição na preocupação de se pensar as culturas populares no país que remonta a Mário de Andrade e seu anteprojeto de criação do SPHAN (Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).⁸⁷

No entanto, observamos que Mário de Andrade tem como projeto o reconhecimento das diferentes artes e expressões brasileiras e nelas incluídas as artes populares. Não estamos falando então do reconhecimento de uma “cultura popular” em sentido amplo, se pensarmos que o termo cultura inclui muito mais que expressões como a arte, abrange também as práticas sociais.⁸⁸

⁸⁶ MAGALHAES, Aloísio. Problemas de Conciliação do moderno com o ecológico-tropical. Conferência no seminário de tropicologia em Recife. 29/04/1975. IN: Trópico &. Tomo 9. Recife: Ed. Massagana, 1982.

⁸⁷ Observar por exemplo declarações de: FONSECA, Maria Cecília Londres e SANT’ANNA, Márcia. In: IPHAN/MINC. O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Minc/IPHAN, 2003, pp.9-25.

⁸⁸ Cabe observar que o anteprojeto de Mário de Andrade trazia como sugestão a denominação SPAN, Serviço de Proteção ao Patrimônio Artístico Nacional, para o novo órgão.

Com isso não se quer retirar de Mário de Andrade a preocupação evidente que tinha com “o popular”, mas dizer que no âmbito conceitual, cultura não era, como será, por exemplo, em Magalhães, um conceito chave e definidor. Como antes pudemos afirmar, há em Andrade a nítida noção de registrar e salvaguardar, mas não de manter vivo e presente no dia a dia manifestações de um mundo em extinção.⁸⁹

Magalhães mantém logicamente uma intrínseca relação com o anteprojeto de Andrade. Ele mesmo afirma isso quando da sua posse no IPHAN em 1979, mas, é mais uma compreensão de bem cultural paralela do que uma cópia ou “colocação em prática” das idéias de Andrade.⁹⁰

Para tanto, é na década de 1950 que parece reafirma-se no país uma atenção particularmente voltada para o tradicional, o regional e o popular por parte da sociedade. A primeira ação que podemos notar é a Campanha de Valorização do Folclore Nacional, já em 1947, e que depois deu origem à Comissão Nacional do Folclore. Como nos afirma Márcia Sant’Anna, é fora do âmbito institucional que se reforça, num primeiro momento, no Brasil, a premissa mundial de focar o tradicional:

Nos últimos 60 anos, a preocupação com a documentação ligadas à cultura tradicional e popular não esteve, no Brasil, restrita ao IPHAN ou à esfera patrimonial. Várias outras instituições se debruçaram sobre o assunto, entre elas destacando-se o Centro Nacional de Folclore e cultura popular, hoje ligado ao FUNARTE. Esta instituição vem realizando desde então importante trabalho de conservação, promoção e difusão do conhecimento produzido pela cultura popular e sobre ela, desenvolvendo ainda ações de apoio às condições de existência dessas manifestações e mantendo um extraordinário acervo sobre o tema.⁹¹

Institucionalmente, a partir da década de 1970, durante sua gestão no IPHAN, Magalhães tentou incorporar os empreendimentos anteriores que visavam a chamada cultura popular, na estrutura da Fundação próMemória, pois esta, fora concebida como órgão dinamizador e operacional. Esta ação indica por parte de Magalhães uma concepção diferente das anteriores sobre o que é uma manifestação dita “popular”.

Este concebia uma nova forma de encarar os bens procedentes do fazer popular, como ele mesmo denominava. Para ele, tais bens são imbuídos de vitalidade

⁸⁹ Vide Capítulo 1, sub item 1.1.

⁹⁰ MAGALHAES, Aloísio. “Salvar Ouro Preto, Olinda, Panelas de barro e todas as coisas vivas”. Entrevista a Marinho de Azevedo. Jornal do Brasil, maio de 1979.

⁹¹ Sant’Anna, Márcia. Relatório Final das atividades da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial. O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Minc/IPHAN, 2003, p. 15.

e de potencialidade para um setor, o econômico, mesmo porque são também portadores de valores nacionais, se não os únicos portadores desses valores. Por isso mesmo, por pensar sua vitalidade e sua potencialidade econômica é que sempre chama as manifestações deste setor não de cultura popular, mas de Fazer popular, acentuando marcadamente seu caráter dinâmico.

A folha de São Paulo promoveu um debate sobre a concepção de cultura e a viabilidade desta ser ligada à mobilização social, dentro desse debate Magalhães pergunta:

Alguém já inquiriu se dentro dos componentes heterogêneos do fazer do homem brasileiro, esse homem misturado e tudo mais, existe ou não componente razoável do ponto de vista econômico? Eu responderia que sim, porque já toquei nele e estou vendo soluções inconventionais, soluções de tecnologias alternativas curiosíssimas, que não estão sendo levadas em conta.⁹²

Em comunicação em 1977 no Conselho Federal de Cultura afirmava sobre seus conceitos de bem cultural, valor histórico e fazer popular;

Aqui acreditamos que as políticas econômicas e tecnológica do país necessitam reinserir os bens culturais nacionais para concretizarmos um desenvolvimento autônomo.

Ocorre, entretanto, que o conceito de bem cultural no Brasil continua restrito aos bens móveis e imóveis, contendo ou não valor criativo próprio, impregnados de valor histórico (essencialmente voltados para o passado), ou aos bens da criação individual espontânea, obras que constituem nosso acervo artístico (música, literatura, cinema, artes plásticas, arquitetura, teatro), quase sempre de apreciação elitista. Aos primeiros deve-se garantir a proteção que merecem e a possibilidade de difusão que os torne amplamente conhecidos. Deles podem provir as referências para a compreensão de nossa trajetória como cultura e os indicadores para uma projeção no futuro. Quanto aos segundos basta assegurar-lhes a liberdade de expressão e os recursos necessários à sua melhor concretização.

Permeando essas duas categorias, existe vasta gama de bens procedentes sobre tudo do **fazer popular**- que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação das políticas econômica e tecnológica. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade. Além disso, é deles e de sua reiterada presença que surgem expressões de síntese de valor criativo que constitui o objeto de arte.⁹³

⁹² MAGALHAES, Aloísio. "Em debate a concepção de cultura ligada a uma mobilização da sociedade brasileira. A defesa do patrimônio cultural brasileiro". Folha de São Paulo, Seção Debates, Caderno 3. 02/09/1979.

⁹³ Atas do Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro : [Conselho Federal de Cultura](#), 1977-1978.

Esta citação nos elucida sobre muitas concepções em Magalhães. Primeiro, o vemos dividir os bens culturais de acordo com um antigo conceito em duas categorias: os de valor histórico, especificamente os que estão mais atrelados a um passado que supõem configurar o presente e o futuro, os de valor artístico, na maioria de criação individual, o que os torna elitistas. Aqui vemos uma clara cisão: o conceito anterior foca duas categorias na hora de definir um bem cultural, histórico e artístico, que para Magalhães são ao mesmo tempo estáticos (parados num passado) e elitistas (voltados para o individual e para um grupo pequeno).

Em oposição a essas duas categorias ele faz nascer no seu conceito de bem cultural uma nova, o fazer popular e vivo, que destrói os problemas visíveis das categorias anteriores. Estes além de serem dinâmicos e acompanharem o dia-a-dia, são mais abrangentes e, portanto, incluem mais grupos sociais no acervo patrimonial que anteriormente. Talvez por isso, por serem esses mais indicadores da realidade, mais abrangentes socialmente falando é que dá a eles o estatuto de serem portadores de valores que constituem o nacional, um nacional “autêntico”.

No I Seminário Interamericano sobre políticas culturais e desenvolvimento, sediado no Colorado – Estados Unidos em 1978, coloca sua nova posição sobre o bem cultural ao defender o texto “Cultura e Desenvolvimento”, deixando claro que sua concepção se desatrela das categorias de histórico e artístico e assim configura à cultura um caráter menos elitista, mais plural, a exemplo do que já tinha afirmado em 1974 ao defender o CNR, “a cultura não é eliminatória, é somatória”. Em entrevista ao Jornal do Brasil no mesmo ano e falando sobre esse seminário, diz: “O conceito de cultura [usado] foi o antropológico. Cultura como soma de ações, técnicas e eventos que compõem uma sociedade, e não o conceito elitista de cultura como manifestação filtrada por minorias eruditas”.⁹⁴

Essa afirmação nos deixa claro que para Magalhães há uma diferenciação entre uma cultura erudita, elitista, minoritária e uma outra que advém do fazer popular, que é plural, dinâmica, viva. Para ele há uma só esfera de cultura dentro da sociedade, mas essa é um todo composto por várias vertentes,

⁹⁴ MAGALHÃES. Aloísio. “Importar tecnologia sem virar cidadão de segunda classe”. Jornal do Brasil 07/09/1978.

[...]extrapola a dimensão elitista, de “o belo e o velho”, e entra numa faixa mais importante da compreensão como manifestação geral de uma cultura. O gesto, o hábito, a maneira de ser da nossa comunidade se constituem no nosso patrimônio cultural. Evidentemente que as excelências, as sínteses maravilhosas, que são expressas nos objetos de arte, no prédio extraordinário de pedra e cal, são pontos das representações de uma cultura. Mas em verdade esta cultura é um todo, é um amálgama muito mais amplo e rico, cujo extrato dá o perfil e identidade de uma nação.⁹⁵

Sobre essa questão, de uma cultura com um todo, mas se manifestando em diferentes áreas, Magalhães criará sua tese de existir duas vertentes do Bem cultural, tese que coloca em prática quando da fusão da Secretarias de Assuntos Culturais e do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional, dando lugar à Secretaria de Cultura em 1981. Sobre o episódio comenta,

Na verdade, criavam-se assim, as bases institucionais para o estabelecimento de duas vertentes distintas para o trato do bem cultural. De um lado, a vertente do bem patrimonial, preocupado em saber guardar o já cristalizado em nossa cultura, buscando identificar esse patrimônio, recuperá-lo, preservá-lo, revitalizá-lo, referenciá-lo e devolvê-lo à comunidade que pertença. De outro lado, a vertente da produção, circulação e consumo da cultura, voltada para a dinâmica da produção artística nos vários setores, como literatura, teatro, música, cinema, artes plásticas, etc., na qual se está atento para captar o que ocorre na realidade brasileira e estimular onde for necessário, para mais tarde, eventualmente, verificar, o que, do material assim obtido, cristalizou-se e incorporou-se à dimensão patrimonial.

Isto é, no primeiro caso, está se cuidando dos bens culturais que –sem perder seu caráter dinâmico e vivo - já atingiram um grau de estabilidade e permanência maior; ao contrário dos segundos, cuja característica principal é a grande dinâmica, atualidade e mobilidade, o que também não impede de, no futuro virem a ter estabilidade e permanência.⁹⁶

Observa-se que as preocupações maiores de Magalhães são as manifestações dinâmicas e vivas, porque, como anteriormente já salientamos, é delas que surgem os aspectos autênticos que nos identificam, sendo assim indicadores de uma realidade, indicadores que podem ser usados no desenvolvimento do país. Em entrevista ao Jornal do Brasil, em 1981, usando de imagens metafóricas, como era de costume no seu discurso, mostra como a idéia de duas vertentes do patrimônio se dá na constatação de que há elementos da cultura já cristalizados, mas há também aqueles dinâmicos, móveis, porém que tem potencial para se cristalizar como elemento definidor da nossa identidade cultural,

⁹⁵ IDEM. Discurso de Abertura do I encontro sobre Inventários de Proteção do Patrimônio Cultural. Salvador, 26 de agosto de 1980. IN: _____. E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. 1985, p. 64.

⁹⁶ IDEM.

Uma imagem bem melhor é a de um disco único, que teria no centro uma rotatividade maior em função do próprio diâmetro. À medida que a rotação se aproxima a periferia, ela diminui: as coisas se cristalizam, se ajustam, se acomodam. Como no movimento da bateia de um garimpo, seria possível chegar ao diamante, ao permanente. O resto se gastaria com o tempo. E nós estamos tentando fazer com que o sistema cultural obedeça, operacionalmente a esse princípio.⁹⁷

A diversidade, elemento definidor de autenticidade na cultura brasileira, para Magalhães, parece ser o que configura os fazeres populares. Para este, as grandes sínteses dos bens culturais já estão cristalizadas, ainda que não mortas, mas são os bens dinâmicos que geram a criação, a inventividade e, portanto, a diversidade do produto brasileiro, conferindo-lhe autenticidade. Essa diversidade está diretamente atrelada ao popular, porque esse fazer popular ao ser dinâmico, vivo, não tem consciência de seu valor e, portanto, não é cristalizado, é sempre modificado, reinserido na realidade, tornado-a plural. Vemos que ao assumir o IPHAN, traz as concepções por ele trabalhada no CNRC, diferenciando claramente as manifestações vivas e populares, das cristalizadas e elitistas,

(...) a aproximação que o CNRC deu ao conceito de bem cultural atinge uma área que o Patrimônio não estava cuidando. Ou seja: o bem cultural móvel, as atividades do povo, as atividades artesanais, os hábitos culturais da comunidade. O patrimônio atuava de cima para baixo e, de certo modo com uma concepção principalmente elitista. A igreja e o prédio monumental são bens culturais, mas de um nível muito alto. São o resultado mais apurado de uma cultura. O CNRC procurou trabalhar de baixo para cima. Pela própria razão de ser, uma atividade popular não tem consciência de seu valor. Quem faz uma igreja sabe o valor do que faz. Mas quem trabalha couro, por exemplo, nem sempre. Desse contraponto pode surgir uma hipótese – a de que o CNRC começava a tocar nas coisas vivas, enquanto o IPHAN se preocupava principalmente com as mortas. Pelo contrário, é através das coisas vivas que deve verificar que as do passado não devem ser tomadas como mortas.⁹⁸

O fato de serem as manifestações do “fazer popular” as mais ricas em diversidade, por serem dinâmicas e inseridas na realidade, lhes dava ainda mais uma característica importante para entender esse conceito em Magalhães, eram elas portadoras de um potencial para desenvolvimento econômico regional, isto porque já nasciam atreladas a um contexto próprio parcial e definido, sendo assim ferramentas

⁹⁷ IDEM. “O Ministério da cultura é prematuro”. Entrevista concedida a Cora Ronai. Jornal do Brasil, 26/03/1981.

⁹⁸ IDEM. “Salvar Ouro Preto, Olinda, Panelas de Barros e todas as coisas vivas”. Entrevista concedida a Marinho de Azevedo. Jornal do Brasil, maio de 1979.

mais eficazes para a transformação daquela realidade. Vemos essa noção exposta quando afirma em seu depoimento à CPI do Patrimônio, em 1981 que,

É verdade que muitos desses fatores, desses segmentos a que nos referimos, da idéia de patrimonial de tecnologias básicas que são autênticas, não vão resolver o impasse energético, não vão corrigir o balanço de pagamentos, não voa equilibrá-lo, mas, Srs. Deputados, aos poucos criarão riquezas, pequenas riquezas que, por sinal, ao contrário da famosa riqueza tecnológica, que só existe para ser repartida quando o bolo cresce, já nascem distribuídas, disseminam-se na família, no grupo social pequeno das comunidades que as criaram, que as elaboraram. Esse aspecto também precisa ser ressaltado: a balela do bolo grande – que se espera que cresça para então ser distribuído com as comunidades periféricas – estará superada em parte no momento em que fizemos o esforço de conhecer, de analisar, de incentivar, de proteger, de impulsionar esses componentes autênticos do patrimônio cultural da nação brasileira.⁹⁹

Não é só por já ser esse desenvolvimento atrelado ao fazer popular regionalizado e distribuído que ele é importante, é também essa característica que dá lugar a um desenvolvimento harmonioso, condizente com a realidade brasileira, meta de Magalhães. Por isso em sua comunicação ao Conselho Federal de Cultura, referindo-se, ao metadesenvolvimento e ao paradesenvolvimento, planos de atuação para um “desenvolvimento harmonioso”, que anteriormente já citamos, mostra como o paradesenvolvimento, que se dá no âmbito do regional, do parcial, da periferia,

Corrige essa distorção [a da demora da distribuição das riquezas], com a riqueza criada, embora relativamente pequena, tem a vantagem de nascer já distribuída. É justamente para esse plano que nosso desenvolvimento que esta reflexão se dirige.¹⁰⁰

No entanto, essa noção de regional para viabilizar o desenvolvimento nacional, o fazer popular como expressão desse regional, e esse fazer portador de diversidade não são elementos que se dão no pensamento de Magalhães somente pela sua orientação para o binômio cultura/desenvolvimento. Uma olhada na sua biografia pode nos elucidar como esse regionalismo, essa parcialização dos problemas e esse fazer popular regional como potencialidade na construção da nação, econômico e culturalmente falando está presente nele desde seus tempos de Recife, fruto de um ambiente intelectual que discutia essas questões. Dentro da sua noção de regional podemos observar como a experiência no gráfico Amador foi importante para Magalhães, o ambiente vivido nesse grupo era de “ebulição cultural”, como diz Sebastião Uchoa Leite em entrevista ao departamento de Ciência literária da UFRJ, em

⁹⁹ IDEM, Depoimento à CPI. 23/04/1981. *op citi*.

¹⁰⁰ IDEM. Atas do Conselho Federal de Cultura. 08/11/1977. *op citi*

2002. É Leite que nos elucida sobre o ambiente intelectual que se vivia no Gráfico Amador:

Foi um grupo de amigos dessa ocasião que me influenciou muito, um grupo que era constituído por Jorge, João Alexandre, Luiz Costa Lima e Gadiel Perruci, além dos jovenzíssimos, na época, Adão Pinheiro e Marcius Cortez. E várias outras pessoas que se aproximaram também. No Gráfico, no chamado Atelier 415, da rua Amélia, havia outras presenças, sobretudo as de Aloísio Magalhães, que era só pintor na época e depois se fez muito importante, como designer, com grande atuação cultural, em geral, e dos arquitetos Glauco Campello, que chegou a ser presidente do IPHAN. Também Jorge Martins Filho, entre outros. O clima do Recife na época, em 1963, era de grande ebulição cultural, e eu atuava em várias áreas.¹⁰¹

Na mesma entrevista Sebastião Uchoa Leite fala sobre Ariano Suassuna e a influência deste em muitos dos jovens artistas da época, dando-nos prova de sua convivência com ele no Gráfico, ajuda-nos a entender que Magalhães também sofrera influência do intelectual pernambucano;

Desconfio que, na prática, Ariano professa algumas coisas sem ter esse rigor todo, pois tem consciência artística bastante para discernir o que é bom em geral, e não apenas convicções teóricas. Tem um gosto mais amplo do que se pensa, acho. Ele freqüentou muito o Gráfico, e era amigo de vários, particularmente de Laurênio e de Aloísio, e teve um livro editado por lá, chamado Ode.¹⁰²

Num recente texto sobre regionalismo e seu teatro, Suassuna faz algumas considerações sobre região, o que seria nele regional e o movimento regionalista de Recife. Algumas de suas afirmações ao confrontar-se com as de Magalhães surpreendem pela identificação;

Quando, para exemplificar, vejo José Lins do Rêgo dizer que o regionalismo, "no plano artístico, é uma sondagem na alma do povo, nas fontes do folclore", sinto uma sensação imediata de repulsa e me recuso a ser chamado de regionalista. Tal regionalismo fica nas aparências do social, fazendo jus a tôdas as acusações de pitoresco, enquanto que a arte tem de se enriquecer da luz do real pelo sensível, pelos homens, pela vida, pelas coisas que nos cercam, sendo, portanto, algo muito mais profundo. É por isso que procuro um teatro que tenha ligações com o clássico e com o barroco: na minha opinião, esta é a posição que pode atingir melhor o real, no que se refere a mim e a meu povo. Faço da originalidade um conceito bem diferente do de hoje, procurando criar um estilo tradicional e popular, capaz de acolher o maior número possível de histórias, mitos, personagens e acontecimentos, para atingir assim, através do que consigo entrever em minha região, o espírito tradicional e universal. Quero ser, dentro de minhas possibilidades, é claro, um recriador da realidade como tragédia e como comédia, a

¹⁰¹ LEITE, Sebastião Uchoa IN: Cavendish, Sueli. O Império da Imaginação e da Fantasia: entrevista com o poeta Sebastião Uchoa Leite. Continente Multicultural, Recife, v. 20, p. 56-63, 2002.

¹⁰² IBIDEM.

exemplo do que foram Plauto, Breughel, Molière, Bosch, Shakespeare, Goya e nossos grandes pintores coloniais.¹⁰³

Em texto escrito durante as reformas urbanas pelas quais passou o centro urbano de Recife, Magalhães faz uma crítica ao procedimento que era adotado e afirma ser esse tecnocrático e errôneo, pois, advém da adaptação de modelos adversos da realidade recifense. O universal, como já antes colocamos, não tem a conotação de igual em Magalhães, é antes uma concepção de que algo por ser tão diferente, tão próprio, ultrapassa os limites do específico e passa a ser algo único e para ele, portanto, passa a fazer parte do conjunto de coisas que são universais por serem únicas,

Universal é o que emerge do regional, por qualidades que transcendem o uso específico e particular de uma cultura. Assim, universal é diverso por sua própria natureza.¹⁰⁴

Essa noção de universal parece ser a mesma que é endossada por Hermilo Borba Filho e Ariano Suassuna, sobre as intenções do seu grupo ao fundar o Teatro Popular do Nordeste (TPN) em 1960, grupo teatral que parecia retomar outro, o Teatro do Estudante de Pernambuco. Dos dois grupos Magalhães participou colaborando sempre na cenografia. A primeira peça do TPN foi impressa em 1961 pelo Gráfico Amador, era de Ariano Suassuna e titulava-se “A Pena e a Lei” .

Enfim, pela aparição do TPN que hoje começa a existir- um sonho de nossa juventude: o de um conjunto estável que desse a nossa região um teatro seu, fundamentado na tradição de uma dramaturgia nordestina e, por isso mesmo, com aspirações à universalidade.¹⁰⁵

Em entrevista ao Jornal do Brasil, em 1979, depois de sua posse como diretor do IPHAN, Magalhães reafirma: “É um erro pensar que o universo é o igual, emerge do regional com atributos de autenticidade provados pelo uso comum”.

Ainda vemos, através de um conto de José Laurênio de Melo, publicado no Noticiário nº1 do Gráfico Amador, elementos para as concepções de cultura como espaço de desenvolvimento autêntico e soberano de Magalhães. Guilherme Cunha Lima, no seu livro “O Gráfico Amador”, diz a respeito do conto Small Hearts, que;

¹⁰³ SUASSUNA, Ariano. O Movimento Regionalista e o Armorial. Diário de Pernambuco. 3 de setembro de 2003. disponível em http://www.dpnet.com.br/anteriores/2000/09/08/coluna_veiculos.html

¹⁰⁴ MAGALHAES, Aloísio. É possível redesenhar as cidades?, S/D. Documento na pasta pessoal de Magalhães no Arquivo Noronha Santos.

¹⁰⁵ SUASSUNA apud CUNHA, Guilherme. O gráfico amador, p.101.

Pretende, ao mesmo tempo, ironizar a postura condescendente dos ídolos frente a seus cultuadores e zombar da sede de reconhecimento que costuma impelir a intelectualidade da periferia em ir buscar com sofreguidão a aprovação e o afago de sua contraparte metropolitana.¹⁰⁶

Essa negação da metrópole como portadora de significado na construção de uma arte brasileira se faz presente, anos depois, no homem de cultura que viria a ser Magalhães, em discurso dirigido à platéia da Semana de Arte e Ensino de São Paulo, em 1980, diz:

É como se o Brasil fosse um espaço imenso, muito rico, e um tapete velho, roçado, um tapete europeu cheio de bolor e poeira tentasse cobrir e abafar esse espaço. É preciso levantar esse tapete, tentar entender o que se passa por baixo. É dessa realidade que nós devemos nos aproximar, entendendo, tendo sobre ela uma certa noção.¹⁰⁷

De certo, outras formas de verificar a influencia da convivência no Gráfico Amador nas ações posteriores de Magalhães, se dá na sua observação de uma cultura mais ampla, com maiores grupos sociais participando dela. A noção de vários Brasis conformando um só, a idéia de um regional que configura o universal, são características sempre lembradas da “geração de 45” da literatura modernista, da qual, seu primo e companheiro de Gráfico Amador, João Cabral de Melo Neto fez parte.

Sobre a contribuição do Gráfico Amador à tipografia brasileira, e à sociedade como um todo, Lima, afirma:

(...) O esforço despendido na tentativa de produzir algo em que a novidade e a ortodoxia estivessem mescladas de forma inventiva ao rigor gráfico, de modo a atingir um padrão de excelência internacional, foi coroado de êxito. A tipografia do gráfico amador reflete a ansiedade desses tempos. Podemos observar, pelos espécimes, que o Gráfico Amador desejava divulgar a produção literária de seus membros por meio de livros experimentais.¹⁰⁸

Pode se concluir com tudo isso que talvez o maior aprendizado de Magalhães no Gráfico Amador tenha sido o de pensar o moderno sempre atrelado ao tradicional. No entanto, mostrar essa parte de sua biografia se dá no intento de pensar que as posições, os conceitos e a política cultural de Magalhães não se dão somente como

¹⁰⁶ CUNHA, Guilherme. O gráfico Amador, p. 90.

¹⁰⁷ MAGALHAES, Aloísio. Intervenção na Semana de Arte e Ensino. 17/11/1980. In: _____. E triunfo? A questão dos bens culturais, p.44.

¹⁰⁸ CUNHA, Guilherme. O gráfico Amador, p. 174.

resposta a um contexto nacional e internacional, mas também como concepções próprias advindas de sua experiência pessoal.

Podemos dizer que sua gestão esteve voltada para questões internacionais do momento como a questão das identidades culturais nacionais em época de crise do estado-nação, a comprovação antropológica da tradição como componente construtor de identidades e o regional, parcial e específico como saída para configurações de memórias sociais fragmentadas. Mas essa parece ser mais um aprofundamento do pensamento de Magalhães, pensamento enraizado profundamente na realidade nacional e em questões de vivência pessoal, pela geração seguinte.

Capítulo III

A década de 1980 e a consolidação da idéia de um
patrimônio “não-material”

No dia 13 de junho de 1982, durante o Encontro de ministros de cultura, em Veneza na Itália, vem a falecer Aloísio Magalhães. Sua morte súbita toma a todos de surpresa e deixa órfãos vários projetos.

Durante a década de 1980, logo após a morte de Magalhães, no âmbito das políticas culturais, aconteceram renovações e adaptações. Como dizemos anteriormente, Magalhães promove uma renovação conceitual que exercerá influência na geração de intelectuais que o sucedem diretamente.

Para recapitular, as principais modificações de Magalhães, no âmbito conceitual, foram: a ampliação do conceito de bem cultural com a inserção da categoria popular, atrelamento de cultura ao desenvolvimento econômico nacional e o redirecionamento das políticas públicas para os problemas de cunho regional e parcial.

Uma das principais questões dos intelectuais da década de 1980 será a de adaptar ou colocar em prática as idéias de Magalhães, também tiveram o desafio de levar adiante as iniciativas já começadas na sua gestão, assim como se adequar às exigências de uma sociedade brasileira em transformação e as exigências mundiais de repensar os antigos preceitos culturais.

Discussão de novos meios de preservação e de novos objetos.

Magalhães havia inserido no acervo patrimonial nacional bens de diversos grupos sociais e cuja materialidade era discutida e abordada, mas não houve em si uma reflexão profunda dessa questão. Para a época de seu falecimento a Fundação Nacional próMemória mantinha vários núcleos regionais trabalhando em diferentes projetos adequados a cada realidade social.

A proposta que se tinha e que foi levada à prática logo após a morte de Magalhães era a de continuar sua reorientação no IPHAN, através da consolidação de seus projetos. Isto gerou durante toda a década uma discussão conceitual sobre a possibilidade de inserção de novos bens no acervo patrimonial e as metodologias necessárias a esse passo.

Logicamente, os debates iniciados em âmbito internacional em busca da criação de políticas culturais que inserissem o terceiro mundo na questão patrimonial, assim

como as discussões voltadas para a identidade, os conflitos étnicos e a diversidade cultural, já amplamente reivindicada pelas minorias em diferentes pontos do mundo, influenciam as ações e o pensamento do grupo intelectual que assume a liderança dos órgãos preservacionistas.

O documento que nos norteia, de início, nessa década é sem dúvida a Declaração do México de 1985, outorgada pelo ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, durante a Conferencia Mundial sobre as políticas Culturais. Seguindo a orientação já observada em outros encontros, a comunidade internacional participante da Unesco declara através desse documento a necessidade de se pensar num conceito de cultura que abrange as práticas sociais como definidoras da identidade cultural dos povos e nações e afirma seu compromisso com a já aceita diversidade cultural, associando a proteção e divulgação dessa à construção das identidades nacionais. Vemos então nesse documento a afirmação de que,

[...] a conferencia concorda em que, no seu sentido mais amplo a cultura pode ser considerada atualmente como o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, o sistema de valores, as tradições e as crenças . Concorda também que é a cultura que dá ao homem a capacidade de refletir sobre si mesmos. É ela que faz de nós seres especificamente humanos, racionais, críticos e eticamente comprometidos.¹⁰⁹

Um ponto importante a se pensar é que mesmo em 1985 não há ainda, no âmbito internacional, a configuração conceitual de cultura, ela é observada como algo sem a necessária materialidade, quando se afirma que dela fazem parte traços “espirituais”, “afetivos”, “crenças e tradições”. Importante também notar como esse documento afirma algo que será essencial no contexto brasileiro, a idéia de que é a cultura que dá a identidade, em especial uma identidade que pode ser agora configurada no grupo social, no local, e não mais no nacional. Em 1985, a divulgação desse documento é de especial importância para validar algumas ações do IPHAN, que seguiam a orientação de Magalhães e depois desse documento podem se ver respaldados por estarem dentro de uma reorientação mundial.

Sobre o patrimônio cultural, nesse documento vemos a configuração de bens não materiais como elementos pertencentes ao acervo patrimonial. É também nele que

¹⁰⁹ ICOMOS. Declaração do México. IN: IPHAN. Cartas patrimoniais. Brasília: Iphan, 1995.

se dá o uso do termo Patrimônio Cultural de forma a englobar todas as manifestações culturais, as de pedra e cal, as não materiais, como as crenças e as tradições e as de cunho intelectuais, mesmo que sem uma delimitação clara e uma definição conceitual já observamos o acervo como algo voltado para um bem que não é monumental.

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e os monumentos históricos, a cultura, as obras de arte, os arquivos e as bibliotecas.¹¹⁰

Ainda sobre a preservação do patrimônio cultural, esse documento mostra que essa ação se faz no intuito de reforçar as identidades culturais, com especial atenção aos grupos minoritários, revelando assim sua sintonia com as demandas sociais emergentes desde a década de 1960.

A preservação e o apreço do patrimônio cultural, permitem, portanto, aos povos defender sua soberania e independência e, por conseguinte, afirmar e promover a sua identidade cultural.¹¹¹

A esta movimentação mundial que já tinha marcado presença desde 1972, quando da Convenção do Patrimônio Mundial, se soma também uma luta pelos direitos políticos na sociedade brasileira, que na década de 1980 passou por um processo de redemocratização, gerando um aumento de demandas por parte de grupos até então excluídos das políticas públicas.

O direito a uma cidadania plena, é observado por Fonseca, que para então trabalhava na Fundação Prómemória como um dos pontos fundamentais para a ampliação do conceito de patrimônio. Para esta autora, é a reivindicação dos direitos civis na década de 1980 que gera um desatrelamento da concepção de patrimônio da de nação, beneficiando assim um olhar mais parcial, regional e local.

Sem dúvida, a ampliação do conceito de cidadania, o que implica o reconhecimento dos “direitos culturais” de diferentes grupos que compõem uma sociedade, entre eles o direito à memória, ao acesso à cultura e à liberdade de criar, como também o reconhecimento de que produzir e consumir cultura são fatores fundamentais para o desenvolvimento da personalidade e da sociabilidade, veio contribuir para que o enfoque da questão do patrimônio cultural fosse ampliado para além da questão do que é nacional, beneficiando-se do aporte de compor como a Antropologia, a Sociologia, a Estética e a História.¹¹²

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ Ibidem.

¹¹² FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal. Por uma concepção ampla de patrimônio cultural. IN: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 74.

De 1982 a 1984 as ações do IPHAN ficaram voltadas para dar continuidade às obras de restauro começadas por Magalhães, como é o caso do Paço Imperial e aos levantamentos e pesquisas que se desenvolviam nos núcleos regionais da Prómémória. É em 1984 que o Instituto passa a ter, novamente, uma atuação mais presente. Para isto colabora sem dúvida a posse de Marco Vilaça como Secretário de Cultura, antigo parceiro de Magalhães.

Podemos dizer que a ação que evidencia essa fase do IPHAN vem a ser o tombamento e preservação do Terreiro Casa Branca, em Salvador – Bahia, no ano de 1984. A polêmica gerada a partir da preservação deste bem nos mostra como estava em jogo uma visão de patrimônio diferente daquela desenvolvida desde 1937.

O terreiro Casa Branca, segundo seus integrantes, foi fundado no começo do século XIX, inicialmente atrás da Igreja da Barroquinha, no centro de Salvador, posteriormente (na metade do mesmo século) foi transferido para a periferia de Salvador onde se encontra até hoje. Considerado o terreiro mais antigo do país, teria sido fundado por um grupo de sacerdotisas da nação Nagô que o teriam consagrado a Xangô (senhor do raio e do trovão). Isto indica que o terreiro seria a primeira casa onde se celebrava as tradições da mitologia Iorubá.¹¹³

Na década de 1980 a região onde se encontra o terreiro começou a passar por uma revalorização imobiliária, o terreno do terreiro não pertencia à comunidade religiosa e o dono estava querendo reaver o conjunto para vendê-lo. Isto mobilizou a comunidade religiosa deste terreiro para que o espaço fosse considerado patrimônio cultural da nação, pois nele se tinha a prática simbólica coletiva de um grupo social importante, e não poderia ter outro uso que o da prática do sagrado.

A polêmica teve adeptos intelectuais na luta do terreiro para seu reconhecimento como monumento nacional, o que gerou um debate que envolvia antes de tudo uma discussão sobre o conceito que se tinha de patrimônio cultural. José Reginaldo Gonçalves nos ilustra a polêmica:

¹¹³ CAPINAM, Maria Bernadete & RIBEIRO, Orlando. A coroa de xangô no terreiro da Casa Grande. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. Brasília: SPHAN, N° 22. 1987, p. 165. Meus agradecimentos a esclarecimentos dados por Marcia Valadares, moradora de Ouro Preto.

Considerado o primeiro terreiro de candomblé instalado no Brasil, veio a ser reconhecido como elemento crucial na preservação da identidade religiosa de determinados segmentos sociais no Brasil, especialmente negros. Identificado à tradição nagô, o terreiro Casa Branca é considerado por muitos como exemplo de "pureza" desta tradição. Antropólogos foram chamados a dar pareceres sobre a importância histórica e sociocultural do Casa Branca e recomendaram enfaticamente o seu tombamento em virtude de estar associado à memória cultural dos negros e dos brasileiros em geral.¹¹⁴

A preservação do terreiro estava inserido dentro do projeto desenvolvido pela Fundação Nacional Pro-memória de Mapeamento dos sítios e Monumentos religiosos **Negros** da Bahia/Mammba e marca uma ação voltada para a consolidação de uma memória social regionalizada, mais do que isso fragmentada socialmente.¹¹⁵

Além disto, um dos argumentos centrais dos defensores do tombamento do *Casa Branca* girava em torno a uma questão maior: a visão de cultura popular inserida na política de preservação por Aloísio Magalhães. Levar em conta a cultura popular significava, para seus seguidores, envolver grupos sociais até então menosprezados e não tidos como produtores de manifestações culturais importantes na delimitação da identidade nacional.

Devemos atentar, porém, que a preservação do *Casa Branca* se deu muito mais pela ação da comunidade religiosa envolvida. Mais do que a necessidade de manutenção de um local sagrado, a mobilização em torno do terreiro trouxe a tona questões que norteariam as discussões no IPHAN acerca da necessidade de uma nova política pública para o patrimônio.

Observamos que há nessa ação uma apropriação dos lugares de memória pela sociedade, na sua eterna necessidade de identidade, a memória social reivindicada, que se materializa no terreiro é elemento fundamental na configuração do grupo social em questão. Além disto, temos que levar em conta também a mobilização política que o mesmo grupo social já iniciara desde a década de 1940.

¹¹⁴ GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda*. Os discursos do patrimônio. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN. 1996, p. 76.

¹¹⁵ A preservação do terreiro *Casa Branca* se dá oficialmente em 1986, em 1984 se dá sua elevação como monumento nacional, que confere-lhe o status de propriedade da União, não podendo portanto ser vendido.

Michel Argier, antropólogo, estudioso de Candomblés, em trabalho acerca da cultura presente nos terreiros, afirma que nos terreiros:

[...] encontram-se significados trazidos pelas diversas redes sociais atuando no mundo do candomblé, e simultaneamente, interpretando-o. Consensuais ou conflituais, essas redes e essas interpretações orientam as identificações individuais e coletivas formadas no espaço social dos terreiros.¹¹⁶

As redes para este estudioso estariam configuradas quase que inteiramente pelas famílias e os laços que esta produz. No entanto, a partir da década de 1950 isso parece mudar. O autor observa a politização dos terreiros. Membros dos terreiros engajados em movimentos sociais e políticos provocaram uma mudança de eixos, as redes estariam hoje articuladas em torno da consolidação e expansão do candomblé baiano como máxima cultural dos negros.

Assim Argier observa o tombamento do *Casa Branca* neste movimento:

Uma das questões em jogo na organização coletiva e na politização do candomblé baiano é a da sua territorialização, i. é., o tombamento dos locais de culto pelos poderes públicos e seu uso exclusivamente sagrado, sob o controle das sociedades beneficentes. O Casa Branca – foi o primeiro terreiro a lançar este movimento político de consolidação, do mesmo modo em que esteve na origem da criação da federação baiana do culto afro-brasileiro em 1946.¹¹⁷

Esta ação não é a única que mostra o papel dos movimentos sociais na reorientação de políticas públicas na década de 1980. Outro movimento a ser observado é aquele ligado às questões ambientais e ecológicas, que desde a década de 1970 se juntam às reivindicações sociais emergentes dessa época. Não é de todo insignificante observar que juntamente com a discussão da ampliação da concepção de patrimônio e a inserção de novos bens, há toda uma preocupação em discutir o que seria o patrimônio natural, presente em nossa legislação desde o Decreto-Lei 25. Isto acompanha também uma redefinição das ações de preservação para os sítios arqueológicos.

Na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 1984, número 19, edição que marca a volta da Revista e novo formato adotado pelo conselho editor, já temos artigos repensando as políticas públicas voltadas para a preservação dos sítios

¹¹⁶ ARGIER, Michel A cultura dos terreiros. *Revista de Antropologia*. São Paulo: Ed. USP. Vol. 39, nº 2. 1996, p. 225.

¹¹⁷ Ibidem, p. 242.

históricos e arqueológicos, na mesma revista, no número 20 (1984), Ulpiano Bezerra coloca em xeque novamente as políticas de preservação dos sítios arqueológicos, e no número 21 de 1986 há uma série de artigos voltada para a discussão de um estatuto para a preservação do patrimônio natural.¹¹⁸

Na reorientação dada por Magalhães ao IPHAN e às políticas públicas de preservação notamos a pluralidade como alvo de suas ações. Magalhães não somente pensava na cultura como mais regional, como também mais plural.

Seguindo essa linha e antenado às demandas sociais que surgem nesse momento, o grupo intelectual a frente dos órgãos de preservação passa a discutir uma política que não seja somente mais plural, como almejava Magalhães, como também que levantasse a bandeira da redemocratização, maior demanda social dessa década.

Vemos por exemplo Joaquim Falcão Arruda, membro do conselho consultivo do IPHAN, afirmar sobre as novas orientações da política federal de preservação:

O país atravessa fase de transição política e econômica. O futuro é questão em aberto. Uma política federal de preservação patrimonial que seja ao mesmo tempo militante, a favor da democracia, passa necessariamente pela crítica e combate dos exclusivismos; pelo estímulo a uma maior participação social no processo de decisão, implementação e repartição dos benefícios das políticas oficiais de preservação. E, finalmente, pela mobilização social capaz de dar suporte à política proposta e de assegurar sua eficácia operacional.¹¹⁹

Maior foco na sociedade e menos no bem cultural, essa era a linha que muitos vem a defender no IPHAN, mais especificamente intelectuais ligados Magalhães. Estes trabalhavam em função de implantar a noção de referência cultural, alegando ser essa categoria detentora da diversidade almejada e ainda inclusiva o suficiente para dar o tom de democrático às novas ações do IPHAN.

Recapitulando, a noção de referencia cultural, para Magalhães, é definida como uma manifestação cultural que é indicador de uma realidade sócio-cultural regional e

¹¹⁸ Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, número 20, artigos de Benedito Lima Toledo, “Bem Cultural e Identidade Cultural”, Ulpiano Bezerra Menezes, “Identidade Cultura e Patrimônio Arqueológico”, Gilberto Velho, “Antropologia e Patrimônio Cultural”, Joaquim Falcão Arruda, Políticas de preservação e democracia”. No número 21, artigos de Azziz Ab’saber, “O tombamento da serra do mar no estado de São Paulo”, José Pedro Oliveira Costa “ Patrimônio Natural e o estatuto do tombamento”.

¹¹⁹ FALCÃO, Joaquim Arruda. Política Cultural e Democracia: a preservação do PHAN. IN: MICELI, Sergio (org). Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: DIFEL, 1984, p.35.

única. Por isso mesmo a função do CNRC era a de criar “um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira”.

Maria Cecília Londres Fonseca, define o trabalho na década de 1970, do CNRC e logo depois da Fundação Pró-memória, como orientado por essa noção de referência cultural que se traduzia em mostrar “que o interesse não era só valorizar um determinado tipo de bem, mas chamar a atenção para o fato de que o que a sociedade brasileira considera bem cultural é algo mais diversificado e plural [...]”.¹²⁰ Ainda afirma ser essa noção o diferencial das ações do CNRC em contraposição ao IPHAN;

As referências que o CNRC se propunha a apreender eram as da cultura em sua dinâmica (produção, circulação e consumo) e na sua relação com os contextos socioeconômicos. Ou seja, um projeto bastante complexo e ambicioso, e que visava exatamente aqueles bens que o IPHAN considerava fora da sua escala de valores.¹²¹

A autora faz parte do grupo de intelectuais ligados às ações de Magalhães, se deve a ela e a outros, tais como José Laurênio de Melo, o próprio Joaquim Falcão, a permanência na política preservacionista desde a década de 1980 até a atualidade, categorias do pensamento deste autor. Em ensaio recente, Londres, explica de maneira clara o porque da adoção da noção de referência cultural como norteadora das ações do IPHAN, após a gestão de Magalhães:

Essas experiências de trabalho iniciadas no CNRC e incorporadas à Fundação Nacional Pró-memória, criada em 1979, contribuíram para a elaboração do documento Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC, de 1983, fruto do trabalho coletivo de várias instituições que integravam a Secretaria de Cultura do MEC, criada em 1981 e entregue a Aloísio Magalhães. Nesse documento é claramente afirmado o princípio de parceria entre Estado e comunidade na produção e preservação dos bens culturais, o que, no entender de alguns, soava falso em um período de ditadura militar. (...) Na verdade, o discurso da participação revelava claramente o seu caráter contraditório: enunciado pelo Estado, só podia, no entanto, ser concretizado por iniciativa da sociedade.¹²²

Para esse grupo a adoção dessa categoria estaria incluindo na política preservacionista uma visão ideal: a do povo como potencial para construção de uma democracia verdadeira. Abria-se assim espaço para a preservação de bens de outros

¹²⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. “A noção de referência cultural”. In MOTTA Lia & SILVA, Maria Beatriz Resende. (org). Inventários de Identificação. Rio de Janeiro: IPHAN/MINC, 1998, p.33.

¹²¹ Ibidem. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. IN: IPHAN/MINC.O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Minc/IPHAN, 2003, p.89

¹²² Ibidem, p.92.

grupos sociais, bens que seriam preservados através da demanda deles próprios, garantindo-se a participação da comunidade na construção de sua memória.

Marly Rodrigues nos elucida sobre isso ao afirmar que nas décadas de 1970 e 1980, a visão do patrimônio como lugar de memória sugere uma abertura e uma democratização maior, posto que

A perspectiva do patrimônio como parte integrante da memória social também o ressaltaria como um campo de conflito simbólico da sociedade, no qual se registra o jogo da memória/esquecimento, em geral vencida pelos segmentos sociais dominantes, que podem impor a sua memória como a de toda a sociedade. A memória social aflora, assim, como portadora de historicidade; as condições de construí-la são mutáveis e ela reflete as relações políticas, de possibilidades de exercício de direitos, que cada segmento social e também cada indivíduo tem em determinado tempo.¹²³

Desvinculando as ações do IPHAN nas décadas de 1980 e de 1990 como fruto das demandas sociais emergentes, vários enunciados, oficiais e de intelectuais ligados ao campo, tentam mostrar que o conceito de patrimônio amplia-se em função da afirmação dos direitos civis. O direito à memória é evocado, mas uma memória agora plural, diversa, como é a cultura, múltipla, como se mostra a sociedade nestas décadas.

A revista do patrimônio histórico e artístico nacional mais uma vez nos ilustra essa questão. No seu número 21 de 1986, vários temas são propostos e debatidos por diferentes autores, entre eles: patrimônio natural, política brasileira de arquivos, etc. Os artigos que nos chamam a atenção aqui são aqueles que evocam a necessidade de se repensar a memória nacional. Marco Aurélio Garcia, por exemplo, afirma:

A memória nacional é, em realidade, formada de memórias nacionais. Ela recobre as formas pelas quais as distintas classes e segmentos sociais foram, constituindo, nos embates da história, suas identidades.¹²⁴

Isto é a memória não só é fragmentada como é associada à construção de identidades sociais. João Oliveira Costa, apesar de dirigir seu artigo para a questão do patrimônio natural, reflete no início sobre as novas necessidades da política de preservação, acerca da ferramenta legal tombamento, nos diz:

Essa figura [tombamento], entendida, inicialmente como aplicável às construções monumentais, passa a abranger a necessidade de preservação da memória de todas as classes sociais e dos conjuntos urbanos, com todas as suas interações.¹²⁵

¹²³ RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. IN: FUNARI, Pedro Paulo & PINSKY, Jaime. (Org.). Turismo e Patrimônio. São Paulo: Contexto, 2001, p.18.

¹²⁴ GARCIA, Marco Aurélio. "Patrimônio". Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. N°21. Brasília, 1986.

O interessante é notar que não mais se fala em memória nacional e sim em memórias ou memória dos grupos sociais. No número seguinte (22,1987) da revista há um artigo que demonstra essa nova posição, “Da história como memória da nação à história enquanto crítica da memória nacional” de Guilherme Neves.

Antes mesmo, em 1983, Joaquim Falcão Arruda em artigo para o Jornal do Brasil, intitulado “Aloísio Magalhães, sereno revolucionário”, afirmava sobre as questões de memória: “Para Aloísio Magalhães não se dissocia a preservação da memória da ampliação da noção de bem cultural. Ele sabia que quanto mais se amplia a memória, menos se deforma o que ela retém”.

No famoso seminário “Estado e Cultura no Brasil”, organizado por Sérgio Miceli, Mario Brockmann Machado, afirmava sobre a necessidade de se continuar as ações de Magalhães, todavia, mesmo reconhecendo que Magalhães busca ampliar o conceito de patrimônio, ao reivindicar uma mudança na política de preservação a insere dentro de uma operação que deve se dar no campo do alargamento da memória.

O certo, de qualquer forma, é que não se pode mais permitir um retorno ao conceito restritivo de memória nacional. Esse conceito precisa ser ampliado em definitivo, para incorporar a memória dos dominados, a cultura popular, a história dos vencidos e esquecidos, mas não pelo motivo grotesco de se querer enriquecer o acervo daquilo que Roberto Schwarz chamou aqui de o “museu socialista dos horrores do desenvolvimento capitalista”, e sim pelo efeito didático que essa prática acarretaria no plano político e ético, a gerar confrontos e superações.¹²⁶

Mas os meios de preservação, a identificação de que o tombamento já não era a ferramenta mais adequada também surge nessa década.

Muito retomada já por Magalhães e outras ações de preservação (principalmente em São Paulo), o modelo de inventário de Mário de Andrade é amplamente discutido e evocado como metodologia mais apropriada para a preservação dos novos patrimônios que nascem já colocados como de natureza diferente daqueles de pedra e cal.¹²⁷

Paulo Armindo de Azevedo foi coordenador de uma das primeiras experiências de inventário na década de 1980. O inventário de Proteção do Acervo Cultural da

¹²⁵ COSTA, José Pedro de Oliveira. “Patrimônio Natural e estatuto do tombamento: reflexões sobre a estratégia de preservação”. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. N°21. Brasília, 1986, p.24.

¹²⁶ MACHADO, Mario Brockmann. Notas sobre política cultural. IN: MICELI, Sergio (org). Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: DIFEL, 1984, p.35.

¹²⁷ Vide o caso do Terreiro Casa Branca, onde o argumento central para a não preservação do espaço é que nele ocorria práticas que envolviam ampliação, renovação e inovação do espaço, dinâmica que a ferramenta Tombamento não previa na hora da ação legal.

Bahia, financiado pelo Estado, era calcado no modelo e na visão de Mário de Andrade. Para este o inventário que teria sido relegado por anos como ferramenta essencial na tarefa da preservação, agora surgia como opção metodológica em meio a uma revisão da ação preservacionista que se dava “em consequência da abertura política, da revisão da história oficial e da tomada de consciência das minorias...”. O Autor nos coloca em artigo para a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1987:

Cresce, porém, o entendimento de que o inventário, a par de sua função precípua, desempenha um papel próprio na preservação do acervo cultural, podendo ser transformado em um instrumento complementar ao tombamento, possibilitando que a vigilância do Estado e da sociedade seja estendida a todo o universo cultural da nação, através da conscientização popular e da adoção de medidas administrativas.¹²⁸

Observamos que não somente a visão de Andrade predomina, onde o inventário é medida anterior ao tombamento, como essa opção metodológica representa para o autor a viabilidade de uma preservação mais abrangente e eficaz. É nesse mesmo artigo que Azevedo nos ilustra sobre várias outras ações anteriores a Andrade que previam a inventariação dos bens culturais da nação.

Na década de 1980, também os vários projetos de levantamento e mapeamento desenvolvidos pelos núcleos regionais da Fundação próMemória, podem ser tomados como ação que visavam antes do tombamento, o inventário.

O que devemos ter presente é que a idéia da retomada do instrumento de inventário, na década de 1980, assume por um lado, uma recuperação das idéias colocadas por Mário de Andrade, mas por outro, segue as indicações de um trabalho de inventário que se calcava no modelo do CNRC de Magalhães.

A preservação de bens idealizados por Magalhães: o caso do artesanato tradicional.

Como já afirmamos anteriormente, na década de 1980, logo após o falecimento de Magalhães, vemos a tentativa, por parte dos intelectuais a frente do IPHAN, a tentativa de dar continuidade, não só a sua política e pensamento, como as todas as

¹²⁸ AZEVEDO, Paulo Ormino. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional. N°22. Brasília: SPHAN, 1987. p. 82.

ações implementadas e que se centravam nas pesquisas e levantamentos realizados pela Fundação próMemória.

Um bem cultural que ganhou o cenário da política preservacionista nessa época, foi sem dúvidas, o artesanato tradicional.

A questão do artesanato é discutida e tema para Magalhães deste a época do CNRC, onde, dentro do programa “Tecnologias Patrimoniais”, desenvolve um levantamento e documentação da Tecelagem Manual no Triângulo Mineiro.

A partir daí desenvolve várias ações baseadas nas conclusões do programa anterior dentro dos núcleos regionais da Fundação próMemória. A constatação de que esse bem é uma preocupação das gestões que sucedem à Magalhães é a reedição de seu texto “Tecelagem Manual”, na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico de 1986, número 21. O texto resume as principais ações desse programa e as conclusões finais. Inclusive é interessante notar que na mesma revista, em número anterior, 20, há artigo de Xavier Maureau, intitulado “Tecelagem Manual no triângulo mineiro: uma política sistemática de inventário tecnológico”, no qual observa as ações do CNRC nesse projeto como uma tentativa de estabelecer um inventário das formas tradicionais e artesanais de sobrevivência, como uma das etapas de formulação de uma política de incentivo e fomento a essas atividades. Temos que a noção de cultura atrelada ao desenvolvimento regional é a diretriz que permanece na preocupação de uma ação efetiva para a preservação do artesanato tradicional.

Maureau afirma sobre a pesquisa e levantamento do CNRC, que

A descrição minuciosa de todo o processo de fabricação de tecidos, além de propiciar a recuperação desse fazer (de modo a registrá-lo e a possibilitar sua eventual reprodução em outros locais ou por pessoas desejosas de aprender a tecer) foi um caminho seguro para se avaliar o potencial e os impasses atuais dessa atividade na região.¹²⁹

No entanto, vemos na década de 1980, o artesanato sair da esfera dos órgãos oficiais de preservação e passar a ser um objeto de estudo e atuação das instituições privadas e geridas pela sociedade civil organizada, tal como o Instituto Nacional do Folclore, o Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular, Fundação Palmares, etc.

¹²⁹ MAUREAU, Xavier. A tecelagem no triângulo mineiro: uma política sistemática de inventário tecnológico. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. N°20. Brasília: IPHAN/próMemória, 1986. p.60.

Também observamos surgir iniciativas das secretarias de cultura dos Estados e também dos municípios, que nesta década buscam para si, a tarefa de preservação e divulgação de suas culturas, objetivando assim, contribuir para a construção das memórias de grupos sociais excluídos, inserindo essa ação dentro de um programa político que tem como princípio norteador de seu discurso a redemocratização.

Como bem nos coloca, Maria Clara Tomaz Machado, em texto sobre a política do patrimônio cultural em tempos de redemocratização e de demanda de exercício da cidadania, e baseada na fala de Marilena Chauí,

(...) “a democracia participativa” apareceu na década de 80 do século passado como uma das soluções da crise política pela qual o país atravessava. Nessa proposta política, preconizava-se a ampliação de relações sociais a partir de uma maior participação na vida coletiva, cuja consciência do homem contemporâneo o transformaria de espectador em sujeito de sua história.¹³⁰

O foco no sujeito, no produtor, na comunidade, é o que guia as ações que visam o estudo e o levantamento das atividades artesanais do país. Uma dessas ações, que pode aqui ser ilustrada a modo de exemplificar o papel do artesanato nas discussões dessa década, é a pesquisa e mapeamento das atividades artesanais brasileiras, desenvolvida pelo Instituto Nacional do Folclore (INF) da FUNARTE, em conjunto com o Museu do Folclore Edson Carneiro.

Esta pesquisa na década de 1980 tem como precedente a criação do Programa de Artesanato Brasileiro, do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, em 1977, e que para o ano de 1983 encontrava-se em crise e retrocesso dada a descontinuidade administrativa pela qual passavam os órgãos públicos nessa década. O projeto “Artesanato Brasileiro”, gerado a partir dessa pesquisa, instalou o Projeto Piloto de Apoio ao Artesão, que se desenvolveu de 1984 a 1988 instalando dois pólos: Juazeiro do Norte (CE) e Paraty (RJ), onde posteriormente criaram-se centros de Artes e Cultura Popular.

No artigo “Produção de Artesanato Popular e Identidade cultural”, Lélia Gontijo Soares, antropóloga e diretora do INF no ano de 1984, ressalta as principais questões

¹³⁰MACHADO, Maria Clara Tomaz. Sinal de alerta: perigo! A política de patrimônio cultural e acervos documentais em Uberlândia. ArtCultura. Vol. 5, n° 6. Uberlândia: UFU, 2003, p.83.

conceituais e as diversas atividades recenseadas pelo projeto “Artesanato Brasileiro”, em 1983.

As metas do INF e dos projetos por ele desenvolvidos, estão para Gontijo, compromissadas com dois documentos, a Carta do Folclore Brasileiro de 1951, e as Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC. A autora nos afirma sobre o Instituto, que este

Pretende corresponder às exigências metodológicas contemporâneas, entendendo as manifestações culturais geradas por comunidades rurais e urbanas de baixa renda num contexto amplo, que abrange desde as determinações socioeconômicas até o fazer inventivo de indivíduos, numa linha de trabalho eminentemente etnográfica.

Percebemos nessa afirmação que o componente desenvolvimento econômico está presente na delimitação das atividades artesanais que serão estudadas e apresentadas. São aquelas que estão intrinsecamente ligadas ao contexto econômico das comunidades que as produzem.

Gontijo ressalta que essa é uma preocupação já presente na Carta do Folclore, onde é feita a demanda de proteção e amparo às “artes populares, artesanato e indústria doméstica, auxiliando-se as iniciativas que digam respeito ao seu desenvolvimento e à proteção dos artistas populares”.

É também baseada nas Diretrizes operacionais da Secretaria de Cultura do Mec, que Gontijo, diz estar inserindo o estudo do INF sobre o artesanato nos princípios de: descentralização das políticas públicas, reconhecimento da pluralidade cultural, e proteção do produto cultural brasileiro. A pesquisa por ela coordenada, na sua própria fala, visa:

Uma leitura etnográfica do produto artesanal e das relações do artesão com o contexto social e natural, processos de produção do artesanato, tecnologias, tipologias do objeto, seus aspectos simbólicos e funcionais e formas de comercialização. Há uma preocupação de identificar o significado contemporâneo do objeto (...).

O desenvolvimento econômico aliado as questões culturais, e o artesanato com produto cultural são pensados dentro das questões mundiais e dos movimentos que reivindicam um conceito de cultura. Para Gontijo, sua concepção de cultura, segue, não somente, aquela que norteia as diretrizes operacionais da SEC, mas também o princípio da Declaração da Unesco, em Bogotá, no ano de 1978 de que “o

desenvolvimento deve encontrar inspiração na cultura”. Observamos ainda a forte conotação antropológica quando afirma que nos citados documentos, cultura é

Vista como o processo global em que não se separam as condições do meio ambiente daquelas do fazer do homem, em que não se deve privilegiar o produto- habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra – em detrimento das condições históricas, socioeconômicas, étnicas e do espaço ecológico em que tal produto se encontra inserido e principalmente do homem, seu gerador.

Isto é um produto cultural não pode deixar de ser pensado no seu contexto, isto equivale dizer que um produto não pode ser avaliado somente por critérios estéticos ou de produção, mas deve ser pensado como objeto final de uma cadeia onde o material vem do contexto social de seu produtor e a genialidade desse objeto parte da inventividade de seu produtor dentro do mesmo contexto social. Seu valor assim, advém da avaliação dessa cadeia, que é no final um valor que transita entre o funcional e o simbólico.

Para a autora em questão, dentro dessa cadeia de produção de bens artesanais, destacam-se “aqueles fortemente impregnados de valor simbólico e continuamente reiterados – ao lado de outros, manifestações em processo que se constituem evidências da dinâmica cultural”.

O interessante é notar que se antes, a autora diz estar seguindo as orientações contemporâneas de pensar a cultura como fonte de desenvolvimento, ao indicar como mais importantes àqueles que mantêm na essência um valor simbólico, transporta novamente a questão do artesanato para a esfera da cultura material, onde esse fazer é encarado como representação da sociedade onde é realizado. O valor utilitário desse artesanato se desloca para dar lugar ao seu valor cultural de representação.

Para resolver esse impasse a autora recorre mais uma vez as diretrizes operacionais da Secretaria de cultura do Mec e afirma que seu programa de pesquisa do artesanato,

Aplica-se com justeza à discussão da questão do apoio oficial ao artesanato, uma vez que coloca a preocupação de defesa deste produto no contexto da disputa do mercado nacional. O estímulo à criação cultural não deve perder de vista as condições corretas de distribuição e difusão, nem sempre presididas pelo necessário interesse em valorizar a cultura brasileira.

Ou seja a preocupação aqui elencada, é a de que ao se pensar a cultura com fonte de desenvolvimento econômico, esqueça-se que seus produtos fazem parte de uma lógica simbólica que deve ser preservada e respeitada.

A autora nos apresenta essa preocupação através de dados da conclusão do trabalho, sob sua coordenação, de pesquisa do artesanato brasileiro. Seu trabalho foi orientado no sentido de identificar, estudar, documentar, compreender e valorizar as “manifestações artesanais que reiteram e ampliam este repertório simbólico brasileiro”, isto é, aquelas manifestações artesanais que estão ligados a um conhecimento tradicional e mais ligados a uma comunidade detentora desse saber, para a autora fica o conhecimento artesanal “entendido como o conhecimento técnico imerso e enraizado em grupos sociais ou estratos sócio-culturais específicos”.

Valorizar o artesanato como produto de um saber tradicional, não equivale para a autora colocar em desmerecimento o caráter dinâmico que tem essa manifestação. A mesma nos diz,

Não encaramos o “tradicional” como resíduo do passado, e sim como um conjunto de práticas sociais e culturais materialmente presentes e que se reproduzem através do trabalho e do poder de recriação de seus agentes.

Podemos observar que também no método escolhido para proceder à pesquisa do artesanato brasileiro, é colocado como foco principal o caráter simbólico dos produtos artesanais e suas correlações com as tradições das comunidades que o geram. Usando de uma visão etnográfica e descritiva, a autora alerta de que sua metodologia “procura relacionar as manifestações culturais com a sociedade e suas instituições”.

É seguindo então a premissa de inserir o artesanato dentro de uma lógica simbólica, mas correlacionada ao meio no qual o produtor dessa manifestação se relaciona, que suas conclusões se centram na delimitação de quatro “faixas de representação da cultura material do povo”, estas indicam as relações nas quais são produzidas e comercializadas as peças artesanais no Brasil.

A primeira faixa seria a utilitária, onde o objeto artesanal tem sua função utilitária indissociável da noção de beleza. A segunda já observa o artesanato tradicional que é realizado para a comercialização e que sofrem constantemente modificações visando a indústria do turismo. A terceira faixa identifica como a anterior, um artesanato voltado

para o comércio, só que desta vez os produtores são deslocados de seus meios tradicionais e migram para os centros urbanos, colocando seu fazer para consumo das classes médias altas. A última faixa coloca em foco as intensificações da produção artesanal das comunidades tradicionais, por meio de intervenções do estado e outras instituições, com o intuito de melhorar a vida dessas comunidades. A predominância do valor “quantidade” gera o detrimento da qualidade dos produtos artesanais.

A conclusão final de Gontijo alerta para uma questão que passará a ser discutida em todos os órgãos de preservação e fomento de cultural nacionais e internacionais, quando o assunto é o incentivo ao produto artesanal, o turismo como movimento depredador e desconfigurador da identidade cultural dessas manifestações. A autora nos afirma que por ocasião do seminário “Trabalho e ação social”, no Maranhão, conclui-se que,

Estão em curso [no Brasil] diferentes planos para a comercialização do artesanato que são traçados sem uma consulta prévia às comunidades. Planos de aumento da produção e exportação são realizados à revelia das comunidades envolvidas. Macroprojetos de comercialização que privilegiam o mercado externo, gerado através de propaganda, não levam em consideração as questões municipais específicas. São realizadas feiras nacionais onde raramente o artesão está envolvido. Os empréstimos bancários geralmente são oferecidos ao artesão que produza mais, e cujo produto seja mais vendável no mercado.

Não querendo ainda, desassociar seu trabalho da constante cultura como fonte de desenvolvimento, a autora nos alerta

Em nenhum momento tem o INF a intenção de supervalorizar o “cultural” em detrimento do “econômico” ou de qualquer outro fator integrante da vida social. [...] Por outro lado não podemos aceitar uma visão que absolutize os fatores econômicos, minimizando e desconhecendo o conteúdo cultural destas manifestações.¹³¹

Esse discurso de Gontijo e a própria orientação dada a sua pesquisa no INF casa com a política de Magalhães, para quem, se cultura deveria ser, antes de tudo capital de desenvolvimento regional, isto só se dava porque ela era que propiciaria um desenvolvimento harmônico e de acordo com nossas matrizes culturais, era essa, sem dúvidas, a idéia presente na sua expressão “Importar sem virar cidadão de segunda classe.”

¹³¹SOARES, Lélia Gontijo. Produção de Artesanato Popular e Identidade cultural. Revista do patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN: Brasília, 1984.

Mas internacionalmente crescia a preocupação de que a noção de economia aliada a cultura teria acarretado uma teatralização e domesticação da cultura em pró de um mercado que crescia cada dia mais, o turismo.

Vemos por exemplo que já nos anos 1970 o Pnud e Banco Mundial dispunham de linhas de créditos voltadas para preservação de construções históricas e no desenvolvimento do artesanato. Na década de 1980, o slogan criado pelo Reino Unido, “Preservar compensa” também influenciou largamente ações que se direcionavam pela idéia de conservação como fonte de renda. O turismo cultural também surge nesse momento e o grande foco é dado para o patrimônio histórico, nasce assim a “indústria do patrimônio”.¹³²

Internacionalmente, os esforços até a década de 1980 eram realizados com foco na preservação dos direitos autorais dessas manifestações, mas rapidamente comprovou-se a ineficácia dessa visão. O documento da Unesco que pontua corretamente sobre a salvaguarda do artesanato frente à depredação do turismo será a “Recomendação sobre a salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular”, de 1989.

Neste documento, a comercialização das manifestações de cultura popular ou tradicional é considerada inadequada quando: “a) a produção em série de cópias de objetos tradicionais, b) a introdução de materiais não apropriados ou formas inadequadas em objetos artesanais visando o lucro rápido; e c) a apropriação gratuita de padrões originais ou princípios tecnológicos tradicionais por indústrias”.

Observa-se assim que o artesanato com bem cultural a ser preservado, sai da lógica comercial e é reinserido na sua lógica simbólica. Não mais é pensado com fonte de desenvolvimento regional, mas como fonte alternativa que surge como representação da cultura local na qual se insere.

A consolidação da idéia de um patrimônio imaterial nos documentos oficiais: a constituição de 1988.

¹³² Expressão utilizada por Javier Cuéllar no texto “Patrimônio cultural a serviço do desenvolvimento” IN: CUÉLLAR, Javier Pérez de. Nossa Diversidade Criadora. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Unesco/Papirus: Brasília/Campinas, 1997.

Durante toda a década de 1980 há a discussão que envolve um alargamento dos conceitos de patrimônio, cultura e inventário. A inserção de novos objetos ao acervo patrimonial não é mais somente discutida, como efetivamente realizada.

A concepção de que a cultura possui um lado imaterial é acompanhada da constatação de que não possuímos somente aspectos materiais, mas que nos relacionamos com eles através de elementos simbólicos essenciais.

A adoção da visão antropológica de cultura, que observa esta não somente, como produto do homem na sua relação com o meio, mas as próprias relações e práticas com esse meio como parte de sua cultura, também ajudou a entender que manifestações e práticas sociais que fogem do antigo esquema de valor estético e histórico, podem ser tidos como indicadores e referências de nossa cultura. Não é insignificante notar que nesta época aparecem no Conselho Consultivo do IPHAN, vários antropólogos e sociólogos, em detrimento de uma antiga predominância dos arquitetos.

Com a premissa de democratizar o acervo patrimonial da nação, inserindo nele objetos de outros grupos sociais e com outros valores, levou à geração de intelectuais a frente do IPHAN, na década de 1980, a repensar as possibilidades conceituais e metodológicas dessa operação.

Ainda que hoje se tenha vulgarizado que ações afirmativas para com o chamado bem imaterial teriam sido já pensadas em Mário de Andrade, que já analisamos, não é até 1985 que o termo imaterial aparece de fato para designar uma série de produtos culturais que são interessantes por suas características e relações com o simbólico e menos com o material.

A Declaração do México de 1985, outorgada pelo ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, durante a Conferencia Mundial sobre as Políticas Culturais, é o primeiro documento que utiliza a expressão bens não –materiais, colocando assim esses bens em nítida oposição aos materiais, para distinguir outros elementos do patrimônio cultural.

No Brasil desde 1984, com a preservação do Terreiro Casa Branca, passa-se a identificar bens que não tem detém na sua materialidade sua essência como advindos

da cultura popular, ou que são parte de uma esfera viva e dinâmica, em contraposição a algo definitivamente já consolidado, materializado.

Os primeiros textos de que temos notícia do uso do termo “imaterial” para designar outras manifestações culturais do acervo patrimonial são os artigos do antropólogo Gilberto Velho, “A grande cidade brasileira: sobre heterogeneidade e diversidade culturais”, de 1986, no número 21 da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do arquiteto Paulo Ormino Azevedo, “Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro”, no ano de 1987 e número 22 da mesma revista.

No texto de Gilberto Velho, o que se ressalta é a visão antropológica que nesta década privilegia o diverso e o plural, considerando essas categorias como matrizes para uma política cultural democrática. Assim vemos Velho afirmar:

Uma das tarefas mais instigantes de uma política do patrimônio cultural em um período de mudança social é encontrar fórmulas adequadas que não cristalizem as diferenças, mas que legitimem os símbolos materiais e imateriais desta heterogeneidade.¹³³

Elementos imateriais são assim evocados na cultura como sendo essenciais para a construção da heterogeneidade das políticas de preservação, como se houvessem grupos sociais nos quais somente se tem como patrimônio, “símbolos imateriais”. Paulo Ormino, remete o termo imaterial ao governo, nos anos 1980, de Mitterrand, que na sua política cultural contemplava aspectos não-materiais da cultura francesa.

Tramitando no âmbito intelectual e até mesmo do IPHAN, como observamos nos artigos anteriores, a noção de uma imaterialidade da cultura já está presente nesta década, e o debate em torno de sua preservação tem como fruto a ampliação do conceito de patrimônio, baseada na inserção de bens imateriais a seu acervo.

Ainda que de forma vaga, cabe ressaltar que a denominação Patrimônio Cultural Brasileiro, que só tem sua oficialização através do decreto 215 da constituição de 1988, já é utilizada, por exemplo, por Marcos Vilaça, na abertura do número 20 da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Fruto de uma década de reivindicações do exercício da cidadania, a promulgação em 5 de agosto de 1988 da nova constituição brasileira é tida como o

¹³³ VELHO, Gilberto. A grande cidade brasileira: heterogeneidade e diversidade culturais. Revista do patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no 21, 1986.

reconhecimento da sociedade civil organizada como agente e gestor das políticas públicas em um estado democrático.

Apelidada de constituição – cidadã, no âmbito da cultura contribui para o efetivo reconhecimento deste setor na vida política e social do país. Também contribui para a descentralização da defesa e guarda dos acervos do patrimônio cultural do país, definindo o papel da federação, dos estados, dos municípios e da ação popular, que pela primeira vez é reconhecida como guardiã de seu patrimônio.

Outra novidade é a distinção clara entre patrimônio cultural e natural, que passa a ser denominado de ambiental, procurando assim ampliar sua esfera de ação.

Fica notório que essa constituição busca resumir aquilo que foi o centro do debate da década de 1980, a inserção de novos bens culturais e papel do patrimônio cultural na formação das identidades culturais dos vários segmentos da sociedade brasileira. Obviamente o valor diversidade é reconhecido como orientador das novas políticas públicas culturais.

Assim fica então o texto da seção de cultura dessa nova constituição, que nos artigos 215 e 216 dispõem sobre o patrimônio cultural brasileiro,

Artigo 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.
 § 2º. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Artigo 216º - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º. Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º. A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º. Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º. Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Capítulo IV

De 1997 - Carta de fortaleza ao decreto 3551/2000

A categoria “cultura popular”

Em 1989, a 31ª Conferência Geral da Unesco autorizou o texto intitulado: “Recomendações sobre a salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular”, que adotou o termo Cultura Tradicional e Popular, em detrimento do termo folclore, para a designação do patrimônio considerado não-material. Embora sendo o primeiro documento oficial da Unesco a respeito da preservação de um patrimônio Tradicional e Popular, o texto foi somente uma recomendação que deixava os Estados-membros livres para a sua aceitação ou não.

Este primeiro documento oficial é norteador das discussões sobre a preservação de um patrimônio, que no âmbito internacional teria a denominação Intangível, e é importante ressaltar que o mesmo define cultura popular como,

[...] o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes.¹³⁴

Esta primeira definição oficial aparece seguindo o princípio da década de 1960: o favorecimento da permanência, pois, afirma que esta cultura “popular” é necessariamente atrelada à tradição. Ela é também vista como expressa, na maioria das vezes, através de meios não materiais, como a transmissão oral, ou quando materializada, o faz através de formas entendidas no âmbito da técnica pré-industrial, como o artesanato. Ainda podemos notar como manifestações de caráter a-históricas, tais como rituais, mitos, também acabam englobados como provenientes da cultura popular nesta definição.

Ainda que o Brasil já tivesse um documento legal que definisse nosso patrimônio como tendo ele manifestações materiais e imateriais, o peso desta última definição contribui para respaldar a ação do IPHAN, que na última década dedica-se a pensar a “cultura popular”.

Vemos por exemplo nos vários artigos da Revista do PHAN, que sempre que pensada alguma manifestação fora dos padrões da “pedra e cal”, a categoria popular é

¹³⁴ Recomendações sobre a salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular. Documento promulgado pela Unesco. In: CURY, Isabelle. (org). Cartas patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN/MINC, 1995.

nela inserida. O artesanato é popular, os terreiros são tidos como lugares de memória de grupos populares, o Instituto Nacional do Folclore no final da década de 1990 passa-se a denominar Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular e inaugura a Sala do Artista Popular.

A própria constituição de 1988 reserva ao popular um espaço específico. No primeiro parágrafo do artigo 215, encontramos que “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. Tal definição sugere uma visão de cultura popular como um campo autônomo, desvinculado de classe social, gênero, idade, etc. Ela é um estrato da cultura brasileira que por si só forma manifestações e não está associada a grupo social, como as demais indicadas no mesmo parágrafo, indígena e afro-brasileiras.

Lentamente, na década de 1990 vamos observar que “cultura popular e tradicional” e “patrimônio imaterial”, passam a ser colocados como categorias análogas. As primeiras ações que indicam essa orientação estão novamente no campo intelectual, mais especificamente na Revista do PHAN onde novamente constatamos a evolução de certas categorias de pensamento que logo estarão inseridas nas políticas do IPHAN.

Na revista de 1994, número 23, temos artigos de Glauco Campello, na época diretor do IPHAN, Antonio Augusto Arantes, Roberto Marinho de Azevedo e Néstor Canclini, na coluna Política Cultural . Seus artigos são voltados para o debate e observações das culturas populares latinas, no mesmo número também temos discussões sobre o papel da categoria nação na construção das políticas de preservação do patrimônio, sinalizando para uma rediscussão do papel dessa categoria como parâmetro na escolha dos bens que devem ser inseridos no acervo patrimonial.

Na mesma revista no número 24, de 1996, aparecem dois artigos que nos chamam a atenção novamente para a categoria “popular”, o de Maria Cecília Londres Fonseca, “Da modernização à participação: a política de preservação nos anos 70 e 80”, e de Marco Antonio Almeida e Maria Célia Paoli, “Memória, cidadania, cultura popular”.

O primeiro artigo analisando a trajetória da política de preservação do IPHAN observa a luta pela inserção de bens da “cultura popular” no acervo patrimonial nas

décadas de 1970 e 1980 como percussor de uma política de preservação que na década de 1990 se faz em nome da participação, onde vários grupos sociais têm sua memória reconhecida.

Já o segundo observa como as categorias “memória”, “cidadania” e “cultura popular”, surgem nessa nova política cultural da década de 1990, sendo utilizadas todas a fim de embasar conceitualmente uma política de orientação democrática.

Interessante também é observar a fala de Fonseca, em comunicação no seminário Preservação e Desenvolvimento, de 1995, intitulada “Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio”, quando essa autora coloca como sendo o conceito de patrimônio ampliado desde a década de 1970, visando entender que,

O patrimônio cultural brasileiro não devia se restringir aos grandes monumentos, aos testemunhos da história oficial, em que sobretudo as elites se reconhecem, mas devia incluir também manifestações culturais representativas para outros grupos que compõem a sociedade brasileira – os índios, os negros, os imigrantes, as classes populares em geral.¹³⁵

A diversidade da sociedade brasileira é evocada como meta a ser cumprida pelas políticas de preservação, mas no final a autora acaba aglomerando as demandas dos grupos sociais excluídos, como sendo todos das “classes populares”.

A Carta patrimonial de Fortaleza, produzida no Seminário “Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção”, realizado em Fortaleza com a presença de autoridades do IPHAN e da Unesco, observa a Constituição de 1988, onde no artigo 216 se afirma “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial”, mas anexa nessa definição do que é o patrimônio cultural brasileiro a categoria “cultura popular” como norteadora,

O objetivo do Seminário foi recolher subsídios que permitissem a elaboração de diretrizes e a criação de instrumentos legais e administrativos visando a identificar, proteger, promover e fomentar os processos e bens [culturais] (Artigo 216 da Constituição), considerados em toda a sua complexidade, diversidade e dinâmica, particularmente, “as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas”, **com especial atenção àquelas referentes à cultura popular.**¹³⁶

¹³⁵ FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. Comunicação no Seminário Preservação e Desenvolvimento. Centro de Referência Ambiental Joaquim Igídio. Campinas: 1995, p. 83.

¹³⁶ Carta de Fortaleza, redigida durante o Seminário "Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção" em 14 de novembro de 1997. In: CURY, Isabelle. (org). **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro:

O próprio grupo de trabalho do Patrimônio Imaterial do Ministério de cultura, criado após esse encontro, em 1998, em relatório sobre as diversas experiências internacionais de proteção ao patrimônio imaterial afirma sobre as Recomendações de 1989,

Cabe observar que neste documento da UNESCO, em nenhum momento menciona-se ou se faz referência ao “patrimônio imaterial” ou a “bens de natureza imaterial ou intangível”. Ao contrário, o conceito de cultura tradicional e popular delimitado na Recomendação de 1989 toma o lugar dessas expressões, indicando que na proteção deste patrimônio estariam igualmente em jogo aspectos materiais e imateriais.¹³⁷

A idéia de popular e “cultura popular” aparece então norteando as discussões sobre como trazer para o acervo do patrimônio nacional os novos bens culturais de natureza não –material, sobre a desculpa da intangibilidade se constrói a necessidade de uma nova metodologia, uma outra preservação para esses bens.

O âmbito internacional e a efetiva construção de uma política de proteção ao patrimônio Imaterial.

As ações da Unesco após a Recomendação promulgada em 1989 estiveram centradas para a formalização de um plano de salvaguarda efetivo nos países onde na década de 1990 há a constatação do avanço da globalização e degradação das respectivas identidades culturais. Se de certa forma a globalização promove a homogeneização das culturas populares, o que se vê na década de 1990 é uma contínua organização da sociedade civil objetivando a resistência cultural frente a esses fenômenos.

Também se nota que nos países onde a diversidade cultural e étnica mais complexa promoveu-se um intenso trabalho a fim de se criar e assegurar ferramentas de proteção às culturas tradicionais e populares.

IPHAN/MINC, 1995.

¹³⁷ IPHAN/MINC. *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Minc/IPHAN, 2003, pp. 15-18.

Em 1995 a Unesco promove o primeiro “Seminário para avaliação da aplicação das Recomendações sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular”, na República Tcheca, que impulsiona uma série de seminários regionais com o mesmo fim.

O primeiro produto destes seminários foi a confecção do “Manual metodológico para proteção à cultura tradicional e popular contra a exploração comercial inadequada”, realizado durante a II Conferência de Trabalho, na República Checa, em 1997.

O grupo de trabalho do Patrimônio Imaterial, no relatório de 1998, salientava sobre esse documento, que este destacava,

A cultura tradicional e popular tem um valor econômico e de fato sofre as pressões da comercialização, para preservá-la de perdas ou deformações é necessário criar um ambiente legal, adequado e favorável, que garanta melhor proteção às tecnologias tradicionais, aos padrões artesanais e ao direito de autor, de intérpretes e criadores de músicas e danças tradicionais.¹³⁸

É interessante notar aqui, que ainda que o manual tenha sido realizado visando a proteção da cultura popular e tradicional, o que se observa ao enumerar as atividades que merecem proteção é que todas são qualificadas, sem nenhuma objeção, como sendo de campo tradicional.

O segundo fruto dos seminários regionais realizados pela Unesco surge no seminário regional sobre a aplicação da Recomendação sobre a salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular na América Latina e Caribe, no México, em 1997, a preocupação com os espaços populares e o patrimônio oral.

Ainda em 1997, após o seminário, a Divisão de Patrimônio Cultural da Unesco organizou a “Consulta Internacional a especialistas sobre a preservação de espaços culturais populares”, em Marrocos. Pese a ter na sua denominação a categoria “popular”, o que vemos é imperar a idéia de tradição, ao definir o que seriam esses espaços, “lugares, portanto, de produção e reprodução de práticas sociais **arraigadas e enraizadas na tradição** de um determinado povo.”

¹³⁸ IPHAN/MINC.O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Minc/IPHAN, 2003, p. 122.

Já a questão do patrimônio oral é resolvida pela Unesco através da criação do título “Obras Primas do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade”, em conjunto com a criação já em 1996 do programa “Tesouros Humanos Vivos” baseado em experiências orientais do Japão, Coréia e Filipinas, onde o foco da preservação é voltado para os detentores do saber, ainda tomou também de empréstimo a contribuição francesa do programa de “Mestres da Arte”. O objetivo desse programa da Unesco é promover incentivos de permanência das expressões que usam do suporte oral para sua transmissão através de prêmios e apoio financeiro.

Aqui é conveniente trazer a tona as observações a esse novo conceito de patrimônio oral da Unesco, feitas pelo Grupo de trabalho do Patrimônio Imaterial. Suas colocações ressaltam a necessidade da UNESCO em ultrapassar os limites da categoria “popular” ao definir um sistema de proteção a bens culturais que na verdade são assim tomados por estarem vinculados a uma tradição. O grupo coloca,

O conceito de patrimônio oral, assim como o de patrimônio imaterial, coincide com a definição de cultura popular e tradicional contida na Recomendação aprovada em 1989. Trata-se, aparentemente de mais uma tentativa de superar o problema conceitual contido na expressão “patrimônio imaterial” e de, ao mesmo tempo, evitar os reducionismos contidos nas expressões “popular” e “tradicional”. Ou seja o novo conceito tenta redelimitar e renomear um universo previamente definido, mediante a ênfase no seu modo de transmissão.¹³⁹

O que se observa nos documentos anteriores e nos posteriores a esse não elimina a presente contradição da Unesco de, no discurso tentar superar os problemas conceituais e os parâmetros pré-definidos que vem junto com esses problemas. Já comprovamos que a concepção de um patrimônio intangível nasce, dentro dos órgãos internacionais ligados a UNESCO, pela necessidade de se preservar determinados aspectos das culturas populares nacionais, com especial atenção aos países e recentes nações do chamado terceiro mundo (Ásia, África, América Latina), supostamente necessitados de reforçar ou recriar a sua identidade cultural nacional.

A contradição se dá nitidamente ao termos na definição deste órgão para o patrimônio cultural imaterial, na Convenção de Paris, de 2003, a afirmação mais uma vez da premissa, de que este patrimônio está voltado para a preservação de uma saber que não só é pertencente a um saber “popular”, mas que é essencialmente fundado na

¹³⁹ IBIDEM, p. 125

tradição, privilegiando a visão antropológica da década de 1960, onde a continuidade e a tradição são tidas como armas para resistência a um mundo industrial e homogeneizador. A definição de Paris, pontuando inclusive da necessidade da base material para definição do imaterial, diz assim:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os objetos, instrumentos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos, e em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, sua relação com a natureza e sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e a criatividade humana.

O patrimônio cultural “imaterial”, conforme definido acima, se manifesta nos seguintes campos:

- a) **tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio “imaterial”.**
- b) **Expressões artísticas;**
- c) **Celebrações, práticas sociais, rituais e atos festivos;**
- d) **Conhecimentos e práticas, relacionados a natureza e ao universo;**
- e) **Técnicas artesanais tradicionais** ¹⁴⁰

Saindo da bela definição que pretende resumir tudo sobre o patrimônio imaterial em 2003, vemos que a orientação para pensar o patrimônio Intangível como sendo o guardião de tradições de um mundo não capitalista e pré-industrial já está na Unesco desde 1997, e que as políticas de preservação desse patrimônio são saudosistas, objetivando sempre criar uma “retórica da perda” como nos diz em seu trabalho José Reginaldo Gonçalves. Ao contrário do objeto deste autor, a nação, o discurso de manter o que ainda não se perdeu para a Unesco se dá pela necessidade de ter referências de um mundo que ainda não se perdeu, mas não tem mais lugar, principalmente do ponto de vista econômico, na nova era da globalização.

O relatório da Comissão de Cultura e Desenvolvimento mostra claramente essa postura com a seguinte afirmação acerca da situação das políticas de preservação na América Latina e no Mundo:

O patrimônio intangível não teve uma sorte igualmente feliz. Se é verdade que todas as formas de herança cultural são frágeis, os bens imateriais, alojados nas mentes e nos corações das pessoas, são ainda mais. No mundo industrializado, muitas dessas formas desapareceram há décadas, a exemplo das que produziram diretamente monumentos, sítios e obras de arte. O passado tornou-se verdadeiramente um “país estrangeiro”.

¹⁴⁰ Convenção de Paris, 2003. Disponível em www.iphan.gov.br

Elementos intangíveis como nomes lugares ou tradições locais são também parte do patrimônio cultural. As interações entre esses elementos e a natureza – a paisagem cultural coletiva – são de importância particularmente significativa.¹⁴¹

É por isso também que já na década de 1980, conjuntamente com a preocupação de se pensar políticas de preservação para um patrimônio com bens não materiais, aparece também a questão do patrimônio natural como sendo vinculado à pressão que os grupos ambientalistas exercem nesse momento.

Na década de 1990, como bem observa a autora Maria Cecília Londres Fonseca, a questão do patrimônio cultural e natural não viram desassociadas, considerando o primeiro como o saber –fazer que preserva o segundo. Fonseca observa então que preservar modos de fazer tradicional acaba representando opções viáveis de preservação do meio ambiente. Citando o último relatório da cultura divulgado pela Unesco a autora destaca:

Não é coincidência o fato de que, no texto citado, patrimônio natural e cultural praticamente não se diferenciam. Cada vez mais, a preocupação em preservar está associada à consciência da importância da diversidade – seja a biodiversidade, seja a diversidade cultural – para a sobrevivência da humanidade.¹⁴²

Paralelamente a isso vemos também surgir no âmbito das políticas públicas nacionais, uma gradual substituição, de deixar de se pensar o imaterial como o popular, dinâmico e vivo e voltar-se o imaterial para o tradicional.

Da carta de Fortaleza e do Mercosul ao Decreto 3551/2000

O seminário realizado pela 4ª Coordenação Regional do IPHAN, em Fortaleza, no ano de 1997, marca na política pública brasileira o início das atividades de trabalho com o fim de criar um instrumento legal de proteção dos bens imateriais do patrimônio cultural brasileiro.

Anteriormente a esse encontro, acontecem as Primeiras Jornadas do Mercosul sobre Patrimônio Intangível, na Argentina, em junho do mesmo ano, e a análise da

¹⁴¹ CUÈLLAR, Javier Pérez de. Nossa Diversidade Criadora. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Unesco/Papirus: Brasília/Campinas, 1997, p.232.

¹⁴² FONSECA, Maria Cecília Londres. Abreu, Regina e Chagas, Mário. Memória e Patrimônio – ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004, p. 73.

Carta do Mercosul, outorgada nesse encontro pode nos elucidar sobre algumas propostas feitas ao IPHAN no seminário de Fortaleza.

Nas recomendações que este documento faz ao plenário dos órgãos de administração da cultura da América Latina então presente, há duas que nos chama a atenção para uma incipiente noção de registro das manifestações intangíveis como meio eficaz e primeiro de preservação. Assim o documento diz:

Recomendações

1. promover, em caráter urgente, o registro documental e a catalogação das expressões do patrimônio cultural intangível;
2. criar um banco de dados com todas as publicações da região que se refiram ao patrimônio intangível e com informações sobre as manifestações culturais próprias de nossos respectivos países, com a conseqüente publicação de Cadernos sobre as distintas expressões culturais;

A idéia de que essa preservação vem atrelada ao desenvolvimento econômico dos diversos grupos portadores desse patrimônio intangível também não é ausente desse documento, mas é observado deste a ótica do turismo, fugindo assim as recomendações da Unesco de alerta a uma comercialização daninha as culturas populares e tradicionais;

15. fomentar a articulação entre as políticas de preservação patrimonial e turismo, para possibilitar o desenvolvimento social produtivo.

O que nos interessa, porém é que a idéia de Registro como ferramenta de preservação dos bens imateriais já está presente antes da Carta de Fortaleza, nos meios intelectuais ligados as políticas de preservação. Antes mesmo, de 1997, podemos notar ações já voltadas para pensar uma preservação efetiva do patrimônio imaterial.

Um documento que nos alerta também para essa preocupação é o intitulado “A preservação dos processo culturais significativos para a sociedade brasileira”, de 1993, do então Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, que substituiu a Fundação Nacional próMemória e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nele os autores Sydney Sergio Fernandes Solis e Gilson Antunes Silva, não somente fizeram uma proposta de registro como instrumento legal de preservação, como esmiuçaram alguns conceitos, a época ainda pouco definidos.

O documento traz mais uma vez a contradição entre a problemática de reduzir o patrimônio imaterial a categorias como “popular” e “tradicional”. A proposta metodológica brasileira no caso, sinaliza os bens culturais para os quais a proposta de registro está sendo feita com intensa ênfase dada ao componente tradição desses bens.

No que se refere aos fazeres, usos e costumes, objetos de preservação, consideramos as três principais espécies, ou famílias deste tipo de bem cultural: os fazeres e as tecnologias **tradicionalis**; os produtos do artesanato e indústria igualmente **tradicionalis**; os usos e costumes que se referem à **tradição histórica**, regional ou nacional, representativos e constituidores de processos culturais significativos para a identidade da Nação brasileira.¹⁴³

Para a preservação desses processos culturais permanentes, como assim denominam os autores essa gama de bens culturais ligados à tradição, eles propõem atividades preliminares e passos para a instrução de processo de registro. As atividades preliminares consistiriam em Inventários de conhecimento da dinâmica cultural do bem e Pesquisa da situação (contextualização histórica, social e regional) de cada processo cultural.

Já para instrução de processo de registro, os autores alertam para a importância de ser este aberto por vias de “iniciativa societária”, salientando o papel da sociedade civil organizada e indicam uma pesquisa de referenciamento simbólico e pesquisa qualitativa como etapas para chegar ao registro documental e administrativo dos bens em questão.

Os autores deixam claro que o registro por eles proposto não tem a função de diminuir a dinâmica dos bens e afirmam:

Como é sabido, os processos culturais não são passíveis de cristalização e/ou tombamento. Dessa forma, faz-se necessário analisar com cuidado, não apenas o tipo e a natureza do registro administrativo mais conveniente, mas as suas implicações diretas com os requisitos de referencia e promoção de processos culturais dinâmicos.¹⁴⁴

Interessante notar como o discurso desses autores recupera categorias de pensamento da década de 1980, como a categoria “referência cultural”, categoria presente até mesmo em Magalhães. Porém um dado curioso pode ser ressaltado neste

¹⁴³ SOLIS, Sydney S. F. e SILVA, Gilson Antunes. A preservação dos processo culturais significativos para a sociedade brasileira. IN: IPHAN/MINC.O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Minc/IPHAN, 2003, p. 99.

¹⁴⁴ IBIDEM

documento. Os Autores observam os bens de natureza imaterial a partir da sua ótica dinâmica e viva, mas no mesmo texto rompem com essa mesma tradição intelectual ao afirmar que os respectivos bens não podem sofrer cristalização. Magalhães acreditava que o fazer cotidiano precisava de incentivos a fim de se consolidar como patrimônio da cultura brasileira como fizera outrora as manifestações já consagradas, isto é muito bem colocado ao lembrarmos de sua metáfora em entrevista concedida ao Jornal Brasil, sobre o sistema cultural brasileiro,

Uma imagem bem melhor é a de um disco único, que teria no centro uma rotatividade maior em função do próprio diâmetro. À medida que a rotação se aproxima a periferia, ela diminui: as coisas se cristalizam, se ajustam, se acomodam. Como no movimento da batéia de um garimpo, seria possível chegar ao diamante, ao permanente. O resto se gastaria com o tempo. E nós estamos tentando fazer com que o sistema cultural obedeça, operacionalmente a esse princípio.¹⁴⁵

Queremos destacar que o papel que a categoria tradição assume nessas primeiras discussões sobre um instrumento legal de preservação dos bens imateriais está intimamente ligado a necessidade de se criar um instrumento de que promova a não cristalização dos mesmos.

No seminário de Fortaleza vamos então observar a concretização da proposta do **registro** para a preservação do patrimônio imaterial. A carta de Fortaleza define nas suas considerações que “os bens de natureza imaterial devem ser objeto de proteção específica” e argumentando como no documento do Mercosul e ainda propondo quase que o mesmo que o documento do IBPC , salienta, dando início ao processo legal de constituição de um novo instrumento:

4 - Que seja criado um grupo de trabalho no Ministério da Cultura, sob a coordenação do IPHAN, com a participação de suas entidades vinculadas e de eventuais colaboradores externos, com o objetivo de desenvolver os estudos necessários para propor a edição de instrumento legal, dispondo sobre a criação do instituto jurídico denominado registro, voltado especificamente para a preservação dos bens culturais de natureza imaterial; e

5 - Que o grupo de trabalho estabeleça as necessárias interfaces para que sejam estudadas medidas voltadas para a promoção e o fomento dessas manifestações culturais, entendidas como iniciativas complementares indispensáveis à proteção legal

¹⁴⁵ Entrevista de Magalhães ao Jornal do Brasil, 26/03/1981. Pasta pessoal no Arquivo Noronha Santos, RJ.

propiciada pelo instituto do registro. Essas medidas serão formuladas tendo em vista as **especificidades das diferentes manifestações culturais**, e com a participação de outros agentes do poder público e da sociedade.¹⁴⁶

Seguindo essas propostas é criado pelo Ministério de Cultura em 1998, Grupo de trabalho e Comissão do Patrimônio Imaterial “coma finalidade de elaborar proposta visando ao estabelecimento de critérios, normas e formas de acautelamento do patrimônio imaterial brasileiro.” O citado grupo leva, em 1999, proposta da criação do Registro como ferramenta legal de proteção e o Inventário como metodologia para os bens de natureza imaterial, ao então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que acata a proposta e promulga o decreto 3551 em 4 de dezembro de 2000.

A tradição é assim oficializada como fonte dos bens culturais imateriais, uma vez que o decreto 3551/2000, não só ressalta a necessidade do atrelamento desses bens ao conhecimento tradicional, quando diz ter como referência para o registro a “continuidade histórica”, como afirma ser ferramenta legal com o objetivo de promover a permanência desses bens culturais.

Uma nova contradição surge quando, ao analisarmos o decreto, a descrição dos quatro livros criados para o registro dessas manifestações vemos que o caráter dinâmico das manifestações, ainda que sempre ressaltados, ficam restritos. O saber – fazer, e os fazeres, tão outrora reivindicados, e tidos como o objeto principal de se ter um novo instrumento de proteção, agora se exprimem dentro de categorias amplas e vagas. Assim o texto do decreto nos elucida:

1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações

¹⁴⁶ Carta Patrimonial de Fortaleza, 1997. IN: CURY, Isabelle. (org). Cartas patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN/MINC, 1997.

literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

¹⁴⁷

Outro documento além do decreto que nos complementa quanto à preocupação desse registro, que é voltada de forma central para os bens imateriais que são parte de uma tradição já solidificada é a carta-proposta de Francisco Weffort ao Presidente da República, para a promulgação do decreto. O mesmo ressalta ser o registro feito com “referencia à continuidade histórica do bem, tomada aqui como no melhor sentido da tradição, isto é, de práticas culturais que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo par ao grupo um vínculo de presente com seu passado.”¹⁴⁸

Ainda que a dinâmica de resignificação da tradição pareça ser respeitada, na prática o próprio texto do registro já restringe tal ação quando mantém somente o título de “patrimônio cultural brasileiro” à aquelas manifestações que não sofrem mudanças essenciais, sem no entanto especificar o que seriam essas mudanças, como os significados para a comunidade dessa tradição podem ser sempre considerados para um conselho consultivo não alterados na sua essência.

Toda essa preocupação com a tradição pode ser interpretada no âmbito nacional das políticas públicas como sendo fruto de três fenômenos, o primeiro é aquele aqui já elencado, o processo de globalização que põem em perigo as identidades culturais nacionais.

Nas recomendações de 1989 já se fazia a relação da preservação da cultura tradicional e popular como forma de proteção das identidades culturais, considerando essa cultura como fonte das memórias dos vários grupos sociais emergentes à época. O texto das Recomendações observa “A cultura tradicional e popular, enquanto

¹⁴⁷ Decreto 3551/2000. disponível em www.iphan.gov.br

¹⁴⁸ WEFFORT, Francisco. Exposição de Motivos. IN: IPHAN/MINC.O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Minc/IPHAN, 2003, p. 23.

Expressão cultural, deve ser salvaguardada pelo e para o grupo (familiar, profissional, nacional, regional, religioso, étnico etc.), cuja identidade exprime”.

Ainda na Carta do Mercosul, de 1997, vemos a preservação dos bens intangíveis como ação que promove a conservação das identidades nacionais latinas frente a um processo “avassalador” de globalização. O texto nos alerta que a plenária está ciente da “preocupação sobre as conseqüências que eventualmente podem sofrer ditas identidades em um processo de globalização avassalador, que limite seus horizontes a metas econômicas e financeira.”

E na própria fala do ministro Francisco Weffort, na carta-proposta, vemos a globalização como argumento para a preservação dos bens imateriais e da tradição quando diz :

O momento da comemoração dos seus 500 anos parece o mais oportuno para que aceitemos mais esse desafio e cuidemos de um patrimônio não consagrado, mas que diz muito do que somos e do que poderemos vir a ser num mundo globalizado.¹⁴⁹

Outro fenômeno é também o da continua inserção de profissionais da área de antropologia nos órgãos oficiais de preservação. Se em épocas passadas os arquitetos estavam como maioria no conselho consultivo do IPHAN, essa posição ocupam hoje os antropólogos. Nomes como Gilberto Velho, Antonio Augusto Arantes, Ana Gita, estão desde a década de 1980 presentes no debate que gera a preservação do chamado patrimônio imaterial.

É inclusive o antropólogo José Reginaldo Gonçalves, autor do famoso livro “A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural” que nos ilustra essa situação, ao observar que a ampliação do conceito de patrimônio se dá em conjunto com a inserção conceito moderno de cultura. O autor ressalva sobre a denominação bem imaterial:

É curioso, no entanto, o uso dessa noção para classificar bens tão tangíveis quanto lugares, festas, espetáculos e alimentos. De certo modo, essa noção expressa a moderna concepção antropológica de cultura. Segundo ela, a ênfase está nas relações sociais ou mesmo nas relações simbólicas, mas não nos objetos e nas técnicas. A categoria “intangibilidade” talvez esteja relacionada a esse caráter desmaterializado que assumiu a referida noção antropológica moderna de “cultura”. Não por acaso, são

¹⁴⁹ IBIDEM, p. 31.

antropólogos muitos dos que estão à frente daquele projeto de renovação ou ampliação da categoria de patrimônio.¹⁵⁰

O terceiro fenômeno que nos explica a retomada da tradição com foco principal nas políticas de preservação, mesmo que visem outros bens, é aquele que motivou o estudo de Gonçalves, a efetiva constatação da retórica da perda como argumento para apropriação de lugares de memória.

Maria Beatriz Setúbal de Rezende Silva, organizadora da coleção “Inventários de Identificação”, é que escancara essa questão em artigo na Revista do PHAN de 1996 (24). A autora denuncia:

É possível dizer que só faz sentido preservar algum objeto (e os objetos da preservação podem ser materiais ou imateriais) diante da ameaça de sua perda. Isto é, só existe a preocupação de proteger alguma coisa se há o risco de perdê-la. Sem risco, basta deixar que as coisas sejam como são. Mas, então a própria noção do que constitui o patrimônio cultural de um povo deve vir da preocupação que ele deixe de existir. Desaparecer ou permanecer são funções do tempo, só no seu decorrer é que as coisas ficam ou passam. A ação humana ambiciona intervir nesse processo, selecionando o que guardar, e o que deixar de lado ou destruir. Essa tendência de tornar presente o passado e o futuro, garantindo a permanência de objetos e valores de uma cultura parece ser inerentes às sociedades.¹⁵¹

A explanação de Rezende Silva, encontra ressonância no texto de abertura de Maria Helena Alves, do número especial de 1990, da revista do PHAN, onde esta afirma: “Salvaguardar e afirmar nossa identidade e soberania implica, cada vez mais, na capacidade de projetarmos e valorizarmos as nossas expressões culturais no plano internacional onde há uma realidade ameaçadora”. Seu discurso também tem o fenômeno globalização como sendo o efetivo culpado da perda de identidade dos terceiros mundos.¹⁵²

A memória social e acervo do patrimônio imaterial tornaram-se espaço de disputas, como já observara Marly Rodrigues, as escolhas foram feitas e a tradição

¹⁵⁰ GONCALVES, José Reginaldo. Abreu, Regina e Chagas, Mário. Memória e Patrimônio – ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004, p. 27.

¹⁵¹ REZENDE, Maria Beatriz S. Preservação na Gestão de Cidades. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. N° 24, IPHAN: Brasília, 1996.

¹⁵² ALVES, Maria Helena. Introdução. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Especial IPHAN: Brasília, 1990.

como diretriz predominou. Nisso vemos também serem os primeiros a fazer parte desse novo acervo aqueles grupos sociais que tem um patrimônio, dito tradicional, pelos especialistas já consolidado, além de uma luta pela sua memória social já historicamente definida, como são os indígenas e os negros.

O exemplo claro disso são as duas primeiras manifestações registradas como patrimônio imaterial: as panelas de Goiabeiras do Espírito Santo e a arte Kusiwa dos índios Wajãpi no Amapá, as duas provenientes de tradições indígenas.

A observação atenciosa às certidões dessas manifestações já podem, ainda que superficialmente, elucidar-nos sobre essa questão.

A certidão do registro do “Ofício das Panelas de Goiabeiras”, no item de sua descrição já apresenta os elementos que configuram essa manifestação com sendo de origem tradicional indígena, o que lhe confere uma autenticidade indiscutível, que se revela no fato de serem fabricadas as panelas mantendo as “características tradicionais tupiguaranis”. Assim o documento salienta:

Ofício das Panelas de Goiabeiras; Descrição: É a prática artesanal de fabricação de panelas de barro, atividade econômica culturalmente enraizada na localidade de Goiabeiras, bairro de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo. Produto da cerâmica de origem indígena, o processo de produção das panelas de Goiabeiras conserva todas as características essenciais que a identificam com a prática dos grupos nativos das Américas, antes da chegada de europeus e africanos. As panelas continuam sendo modeladas manualmente com o auxílio de ferramentas rudimentares, a partir de argila sempre da mesma procedência. Depois de secas ao sol são polidas, queimadas a céu aberto e impermeabilizadas com tintura de tanino. A técnica cerâmica utilizada é reconhecida como legado cultural Tupiguarani e Una, com maior número de elementos identificados com os da tradição Una.

Ainda para ressaltar o caráter “tradicional” da manifestação, a certidão alerta para a singularidade de ser uma produção eminentemente feminina e feita com matérias-primas do meio no qual está estabelecido.

A atividade, eminentemente feminina, é tradicionalmente repassada pelas artesãs panelas, através de gerações, às suas filhas, netas, sobrinhas e vizinhas, no convívio doméstico e comunitário. Apesar das transformações urbanas ocorridas ao longo do tempo, a localidade de Goiabeiras, conhecida como Goiabeiras Velha, permanece como um reduto de ocupação antiga, os quintais repartidos com as famílias de filhos e netos, onde saber fazer estas panelas de barro é o principal elemento formador da identidade cultural daquele grupo social. O processo de produção das panelas de barro emprega tradicionalmente matérias-primas provenientes do meio natural (...).

Não se discute aqui a autenticidade atribuída a esse bem cultural, nem se discute a tradição de sua produção ou a inalteração de seu processo através de sua trajetória histórica. Mas alertamos para os argumentos e as categorias utilizadas na sua preservação. Inegavelmente há uma necessidade latente de ressaltar duas características:

- a primeira é a suposta inalteração na modelação das painelas. A tradição não pode ser negada se a produção é padronizada, se há 50 anos se fazia assim e hoje se faz assim. A tradição Oral é que pesa nesse momento, um relato com a idade de 80 anos mantém etapa por etapa do processo igual ao relato mais novo, essa oralidade é mais que um documento, é uma prova.

- Correlacionando-se com a primeira é que a segunda característica é muito evocada, a da transmissão desse “saber-fazer” de geração para geração, através do elemento feminino e em grupos familiares. A delimitação precisa de onde se concentra a tradição desse saber fornece a essa política elementos seguros de proteção e acautelamento desse bem.

Não somente precisam de inventário, registro e promoção os novos bens, como mecanismos seguros de manutenção através da consolidação dessas famílias, através da renda gerada da venda dessas painelas tradicionais. Na própria certidão um dado é elencado para mostrar como somente assegurar as condições que sempre foram necessárias para o “fazer” das painelas é o necessário para a manutenção desse “saber”. Vemos a certidão enfatizar “

A simetria, qualidade de acabamento e eficiência das painelas de barro de Goiabeiras devem-se às peculiaridades do barro utilizado e à habilidade e conhecimento técnico de seus fabricantes. Matéria-prima da modelagem, a argila utilizada é bastante arenosa, e é essa composição do barro que condiciona o modo de fazer – sem torno, nem forno – e dota seu produto de uma série de propriedades, influenciando tanto no seu aspecto quanto na rapidez da secagem, na redução da presença de rachaduras, no rápido aquecimento durante a queima e na resistência à temperatura do fogo – cerca de seiscentos graus Centígrados – que não deixa que as painelas estourem na fogueira. Dá ainda à painela a propriedade de conservar o calor depois do cozimento – as moquecas são servidas borbulhando, e assim se mantêm por vários minutos (...).¹⁵³

¹⁵³ As certidões das manifestações “O Ofício das Paineliras de Goiabeiras” e “Arte Kusiwa dos Índios Wãjapi” estão disponíveis em www.iphan.gov.br

Além de assegurar as condições, os argumentos elencam mais uma necessidade no trecho descrito acima, a necessidade de manutenção do espaço onde se celebra o saber –fazer. A tradição é a que faz com que a permanência do bem possa ser garantida, mas se o bem existe a 3000 anos de uma certa forma, conserva essa forma principalmente por causa do local de produção, que logo se transforma num “lugar de memória”. A adoção dessa categoria é imprescindível para o argumento de manutenção da tradição através dos elementos característicos da própria manifestação cultural.

O “lugar de memória” se torna suficiente para manter a tradição, que aliás é também alimentadora da identidade cultural do seu local de produção. Um círculo vicioso se faz presente: se a globalização ameaça a identidade cultural é por ela, através da “retórica da perda”, que se conservam os elementos que mantêm a memória da tradição, que mantêm a identidade cultural.

O ofício das paneleiras de goiabeiras é preservado porque dá identidade à goiabeiras velha, bairro de Vitória, onde se localiza a manifestação. De acordo com a própria certidão, “A localidade de Goiabeiras, conhecida como Goiabeiras Velha, permanece como um reduto de ocupação antiga, os quintais repartidos com as famílias de filhos e netos, onde saber fazer estas panelas de barro é o principal elemento formador da identidade cultural daquele grupo social. (...)”

O grupo social que mora em Goiabeiras tem na produção das panelas o seu elemento unificador e, portanto, identificador, e tem também em Goiabeiras o seu “Lugar de memória”. Isto é, Goiabeiras existe porque é nesse espaço que moram famílias tradicionais, que não o alteraram por dele se utilizarem para manter-se. As famílias não saem do Bairro de Goiabeiras porque é nele que têm acesso seguro e fácil ao barro e ao quinino utilizado para as panelas que as garantem economicamente.

Toda essa centralidade na tradição, vista como presente no patrimônio imaterial, rompe então com uma tradição intelectual da década de 1980 e do próprio Magalhães, que via o tradicional como modelo para continuidade no presente de uma cultura que é viva e dinâmica. Aqui os bens são cotidianos e são ligados à cultura popular, mas somente do ponto de vista do reconhecimento de uma cultura plural e diversa. O

patrimônio imaterial imerso em discussões e debates desde as proto-experiências etnográficas de Mário de Andrade, é hoje ainda espaço de debate e re-conceituação.

As noções de Andrade e Magalhães, as demandas da sociedade civil, o cenário internacional de celebração da diversidade, a redemocratização do Brasil, são alguns dos muitos elementos que geraram a construção, a evolução e continua tentativa de por em ação uma política cultural mais condizente com o contexto sócio-cultural do país.

Conclusão

Entre “tradição” e “popular” – a atual política de preservação patrimonial do Brasil

A trajetória do patrimônio imaterial passa no Brasil pela realocação de conceitos, momentos políticos, visões de mundo.

Vimos um Rodrigo M. de Franco Andrade inaugurando um IPHAN que estava longe das intenções de Mário de Andrade e suas concepções de arte, cultura e patrimônio. Visando métodos etnológicos de pesquisa, Andrade explorou a idéia de um patrimônio que não é palpável e mais, não é passível de uma preservação congelante.

O mundo popular, aos olhos de Mário de Andrade se esvazia no frenético avançar da nascente industrialização da década de 1930. Um estado novo ora nacionalista, ora empreendedor. Uma câmara fotográfica e uma câmara filmadora, instrumentos que Mario pensou fossem os únicos possíveis de salvaguardar a memória do que considerava irrecuperável, a arte popular brasileira.

30 anos depois, décadas de pensar o patrimônio de “cal e pedra”, o Brasil colonial, religioso e português, R.M.F. Andrade se aposenta e logo se estabelece uma outra era no cenário da política preservacionista do país.

Aloísio Magalhães revoluciona ao tentar incluir na cena da cultura brasileira bens advindos do *fazer-popular*? Não é o que pudemos constatar. Tudo indica que uma postura pessoal de pensar um conceito chave, “cultura atrelado ao desenvolvimentismo”, se casa a duas necessidades reais do contexto brasileiro: crise do fim do regime militar e uma crescente valorização da desconhecida, mas insuflada “identidade nacional”, frente as idéias de globalização e massificação cultural, tão contestadas pelas décadas anteriores (1950 e 1960).

1979, Magalhães assume o IPHAN, embute o CNRC, cria a Fundação Pró-memória. Lança os conceitos de “cultura viva e dinâmica”, diz estar pensando em Mario de Andrade.

Comprovadamente há nele toda uma influencia da etnologia salvaguardista de Mário, mas seu desejo por um desenvolvimento econômico autônomo voltado para o regional, o característico, o idiossincrático não o permitem acreditar que o mundo da cultura popular se esvai, se perde, sem solução. A idéia é “cristalizar”.

1982, morte súbita de Magalhães, orfandade de projetos e conceitos. A década que se inicia logo ficou marcada na história nacional como de desafios.

O desafio da abertura econômica, da anistia aos presos políticos, da redemocratização. No campo da cultura o desafio de reformular a idéia de identidade nacional aliando a idéia de democratizar.

Um acervo mais plural, mais amplo, mais real. Metas de uma geração de intelectuais que recebiam como legado os conceitos e as tentativas de Magalhães. Duas opções surgem e são seguidas de forma separada através da década de 1980.

Um grupo de intelectuais decide seguir o conceito de “referência cultural”, aliar a noção de cultura ao desenvolvimento regional, ouvir as demandas da sociedade civil, extremamente organizada para então.

O tom democrático colore esse discurso e pensar no patrimônio cultural de grupos antes excluídos é visto como a solução para a renovação necessária das políticas públicas de preservação. O contexto mundial surge com força e as recomendações, encontros e diretrizes adotadas pela Unesco, são rapidamente espelhados para os países membros.

As noções de diversidade e pluralismo, já defendidas em 1950 por Lévi-Strauss, começam a ganhar o cenário, associadas à idéia de respeito à tradição e ao popular desta.

É então que se dá ruptura, de um lado um grupo de intelectuais que pensam o “popular” e o “povo” como opção de diretriz-chefe, de outro discurso do “tradicional” e “diverso” da Unesco. Os dois, porém mergulhados no desafio da preservação de novos objetos. Novos objetos que precisaram de uma nova abordagem e conseqüentemente uma nova metodologia.

É então, na década de 1980, que algumas características da nossa atual política se consolidam. A necessidade de reformulam o acervo patrimonial traz também reformulação do plantel de profissionais, demanda dos próprios órgãos de preservação.

A renovação de objetos trouxe mais do que simplesmente uma adoção de bens advindos de outros grupos sociais ou bens diferenciados de outras épocas que não somente a colonial.

O caso do “Terreiro *Casa Blanca*” deflagrou a uma necessidade de novos meios de preservação. Os técnicos do IPHAN se negavam a utilizar a ferramenta do Tombamento em manifestações que exigiam uma dinâmica diferenciada.

A discussão de uma nova ferramenta ultrapassa os limites das seções técnicas do IPHAN e logo se instala nos quadros acadêmicos do país. É nesse cenário que surgem os antropólogos, historiadores e arqueólogos. Para a década de 1990, o debate e novas idéias já estavam apresentadas e a noção de bens culturais que não são de “pedra e cal”, que são “imateriais” é oficializada pela nossa própria constituição.

No cenário internacional as cartas patrimoniais e as recomendações também já trazem o conceito de imaterial delimitado e a aceito.

Da década de 1990 até a promulgação do decreto 3551 em 2000, vemos a evolução de conceitos de patrimônio imaterial, a criação de novas ferramentas, a adoção metodológica do “Registro”, de categorias antropológicas e principalmente a consolidação de uma política cultural voltada para a valorização e cuidado do “Tradicional”, e certas horas, do popular presente no tradicional.

A questão que fica nessa monografia é a seguinte: Como se interpreta conceitualmente essa nova opção de um bem que é imaterial, ligado ao popular e tradicional? O tradicional é que carrega nele características eminentemente do popular? Ou o popular é sempre ligado ao tradicional?

“Tradição” e “popular”, conceitos norteadores de muitos de nossos discursos na hora de preservar o imaterial, mas não tão bem definidos ou delimitados. Haverá alguma possibilidade de delimitar a cultura popular? Ou mesmo o tradicional? Nas décadas anteriores os conceitos de popular e tradicional parecem até bem delimitados, de certa forma caracterizados, mas na nossa atual política essa opção não se apresenta.

As ações práticas e os discursos e textos após a promulgação do decreto 3551/2000 nos fazem pensar que oras a política cultural que temos atualmente se centra na “Tradição” e observa ela como fundamental na reconstrução de identidades culturais da nação, ora se centra no “Popular”, onde o de mais “autêntico” e brasileiro residiria.

Vemos por exemplo a iniciativa privada, através de fundações e centros de cultura trabalhar programas que dividem os títulos entre cultura popular e tradição. A esse respeito podemos observar a Fundação Roberto Marinho ter no seu tópico de “valorização de bens culturais” a seguinte afirmação:

Com sua ação de patrimônio amplificada, a Fundação Roberto Marinho vem contribuindo para valorizar as manifestações culturais que formam a identidade do povo brasileiro. A criação do Espaço Memória em verde e Rosa, por exemplo, vem permitindo resgatar, preservar, divulgar sete décadas de história da escola de samba Estação Primeira da Mangueira, no Rio de Janeiro, e é um sinal de reconhecimento do valor da comunidade **como celeiro de cultura popular** e berço de alguns dos poetas mais geniais da música brasileira (...).

Já no memorial do Rio Grande do Sul, a Fundação Roberto Marinho, propõe uma nova concepção de uso e ocupação do espaço criado para preservar o precioso acervo e **as tradições culturais** daquele estado.¹⁵⁴

Que parâmetros norteiam a escolha desses conceitos na hora de sua utilização? Porque ao falar sobre o espaço “verde e rosa” da Mangueira, ele é tido como advindo da cultura popular, e no Rio grande do Sul, o espaço de memória, é tido como guardião das tradições culturais? Ambos, porém são tidos como categorias formadoras de identidade cultural dos grupos sociais envolvidos.

As ações práticas são as que mais no chamam a atenção hoje. Os relatórios da Funarte, a mesma fundação que congrega o CNFCP, Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, tem como único investimento na área de patrimônio, em conjunto com a Secretaria de Patrimônio, Museus e artes plásticas do Minc, a implementação do Inventário da Celebração da Cultura Popular. O interessante é observar que a mesma secretaria do Minc, apóia nos mesmos anos um inventário sobre o patrimônio Imaterial do estado de Pernambuco a ser realizado pelo CNFCP, além de propiciar recursos para os Encontros de 2001 e 2002 de “Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros” e ainda investir na “indumentária de grupos populares de congados e moçambiques de Minas gerais”. Ou seja, dentro do âmbito do Ministério de Cultura, as ações saem sem um preciso direcionamento e na tentativa de colocar em prática a noção de patrimônio imaterial a qualquer custo. O próprio IPHAN, no relatório de gestão de 2002, traz como únicas ações realizadas, em 2000, o registro das Paneleiras de Goiabeiras e da Arte Kusiwa dos índios Wajãpi. Sem nenhuma especificação aparente, os documentos oficiais tratam o patrimônio Imaterial nos anos de 2000 a 2002, como sendo um conglomerado de bens que não são os de “pedra e cal”.¹⁵⁵

¹⁵⁴ Reportagem presente na página eletrônica da Fundação Roberto Marinho, www.frm.org.br/patrimonio

¹⁵⁵ Relatórios da Funarte e da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas disponíveis na página eletrônica do Ministério da Cultura, www.cultura.gov.br. Relatório do IPHAN, disponível de dois em dois anos na página eletrônica do órgão, www.iphan.gov.br

E na verdade é isso que vemos e que concluímos nessa pesquisa, que nos discursos e nas novas promulgações e decretos em andamento, a memória é que a que se procura, antes presente nos monumentos, hoje escondida nas várias manifestações “dinâmicas da sociedade”, porque a memória? Porque ela é, com segurança, portadora de identidade, uma identidade que lida com vários problemas, entre eles, o de ter que ser aliada ao tão difundido conceito de pluralidade e diversidade da Unesco. Não parece contraditório a noção de identidade associada à pluralidade? Não é chave da construção da identidade a unidade?

Não mais, hoje o que vemos é a construção lenta e paulatina das várias identidades culturais através das várias acepções que temos dela, a identidade não é mais una, é ampla e é como o é o espaço de memória, mais um local de lutas e disputas sociais.

Há ainda várias questões em aberto. Concluímos que o patrimônio imaterial foi uma construção que envolveu a criação e aceção de conceitos e categorias com uma trajetória histórica que tem nela um misto de procura de soluções a problemas antigos da sociedade brasileira, disputas políticas, demandas sociais, trajetórias pessoais. Sua trajetória nos surpreende ao percebermos que a política cultural hoje tão difundida pela mídia, tão amplamente discutida remete a décadas tidas como distantes e completamente diferentes da nossa atual.

As questões em aberto ficam para um próximo estudo, que inclusive dê atenção para os vários acontecimentos que se sucederam no campo do patrimônio imaterial nos últimos anos.

Arquivos Consultados

Arquivo Noronha Santos – Departamento de Documentação e Informação/IPHAN – Rio de Janeiro

Arquivo Público Mineiro – Seção Periódicos – Belo Horizonte

Hemeroteca Histórica do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte

Biblioteca Nacional – Seção Periódicos – Rio de Janeiro

Relação de Fontes

- **Decreto-lei nº 25** de 1937.
- **Decreto 3551/2000** de 4 de julho de 2000.
- **Artigos 215/216 da Constituição da República Federativa do Brasil/1988.**
- **Carta patrimonial de Veneza.** Conferencia Geral da Unesco em 1964.
- **Convenção do Patrimônio Mundial.** Conferencia Geral da Unesco em 1972.
- **Recomendações para a salvaguarda da cultura popular e tradicional** da Unesco, 1989.
- **Carta de Fortaleza,** redigida durante o Seminário "Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção" em 14 de novembro de 1997.
- **Documento do Mercosul,** redigido durante as primeiras Jornadas do Mercosul sobre o patrimônio intangível em 13 de junho de 1997.
- **Carta de Brasília.** Documento regional do cone sul sobre autenticidade, documento produzido durante o Encontro Regional do Icomos em Brasília em 1995.
- **Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial.**
- **Relatório de Atividades da Secretária de Museus, patrimônio e artes plásticas** do Ministério da Cultura, anos 2000 e 2001.
- **Relatório de Gestão da Funarte,** órgão do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, anos 2000 e 2001.

- **Relatório de Gestão do IPHAN/Minc**, ano de 2002.
- **A valorização dos bens culturais**, documento da Fundação Roberto Marinho, disponível em www.frm.org.br/patrimonio.
- **Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC**, documento redigido pelo CNRC e FNPM em 1981.
- **Atuação do Centro Nacional de Folclore e Cultura popular: subsídios para implantação junto ao IPHAN de uma política de preservação de bens intangíveis**, documento produzido pelo CNFCP em 1998.
- **Em torno do Folclore, cultura popular e patrimônio cultural**, documento produzido pelo CNFCP em 1997.
- **Bases para um trabalho sobre o artesanato hoje**, documento produzido pelo CNRC em 1980.
- **Tombamento e participação popular**, cartilha informativa do Departamento de Patrimônio Histórico/ CONPRESP, São Paulo, Secretária Municipal da Cultural, 1991.
- **Patrimônio cultural imaterial**, documento disponível no site da Unesco/Brasil. Em www.unesco.org.br/programas/cultura/patrimonio_imaterial.asp
- **The Oral and Graphic Expressions of the Wajapi – Brazil** , documento disponível no site da Unesco em espanhol, seção cultura. Em <http://portal.unesco.org/culture/es>
- UNESCO. **Nossa diversidade criadora: relatório da comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento**. Campinas: Papyrus, 1997.
- **Informe final do Seminário sobre a aplicação da recomendação sobre a salvaguarda da cultura popular e tradicional da América Latina e Caribe**, documento produzido na cidade do México em setembro de 1997.
- **Arte Kusiwa é reconhecida**, artigo noticiado no site do Ministério da Cultura em 2 de dezembro de 2003. Em www.cultura.gov.br
- **Expressão gráfica dos wajãpi: patrimônio cultural da humanidade**. Documento redigido pela Comunicação Social/Minc, novembro de 2003. Em www.cultura.gov.br

- **Lista de processos em tramitação para o Registro de bens culturais**, disponível no site do IPHAN, www.iphan.gov.br.
- **Requisitos para o Registro de bens culturais imateriais**, disponível no site do IPHAN, www.iphan.gov.br.
- **Política Cultural**, artigo publicado no Jornal de Senado em abril de 2005 sobre plano plurianual de financiamento e investimento em Cultura.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo Paiva et alli. **A ordem do progresso**. Cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ABREU, Regina & CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALMEIDA, Marco Antonio & PAOLI, Maria Célia. Memória, cidadania, cultura popular. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**. N° 24. Brasília: IPHAN, 1996.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

ANDRADE, Mario de. **Cartas de trabalho**. Brasília: Mec/Sphan, 1981.

ANDRADE, Rodrigo Melo de Franco de. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: MEC/SPHAN/FNPM, 1987.

ARANTES, Antonio Augusto. **Produzindo o passado: estratégias e construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BARROSO, Gustavo. A defesa do nosso passado. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Vol. IV. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. 1943, pp. 579-585.

BITTENCOURT, José. Invenção do passado: ascensos e descensos da política de preservação do patrimônio cultural. In MENEZES, Lená Medeiros et alli (org.). **Olhares sobre o político. Novos ângulos, novas perspectivas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, pp. 191-210.

BO, João Batista Lanari. **Proteção do patrimônio na unesco. Ações e significados**. Brasília: Unesco, 2003.

BRADBURY, Malcom & MACFARLANE, James. **Modernismo. Guia Geral 1890-1930**. São Paulo; Companhia das Letras, 1989.

BUCAILLE, Richard & PESEZ, Jean Marie. Cultura Material. **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 16 homo-domesticação/cultura material. Lisboa: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1989.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**. N° 23. Brasília: IPHAN, 1994.

_____. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. Reconstruir políticas de inclusão na América latina. In: UNESCO Brasil. **Políticas culturais para o desenvolvimento. Uma base de dados para a cultura**. Brasília: Unesco Brasil, 2003.

CEDEC/IPHAN. **Parâmetros metodológicos para o resgate do patrimônio imaterial no estado de São Paulo**. São Paulo: CEDEC/IPHAN, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 1995.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Difel: Lisboa, 1990.

_____. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, vol.8, n° 16. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, pp.179-192.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Política Cultural**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

_____. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHOYA, François. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia. (org). **A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

CUÉLLAR, Javier Pérez de. (org). **Nossa diversidade criadora. Relatório da comissão mundial de cultura e desenvolvimento da Unesco**. Campinas/ Brasília: Papyrus/ Unesco Brasil, 1997.

CURY, Isabelle. (org). **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN/MINC, 1995.

DA MATA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.

DIAMOND, Larry. **Political culture and democracy in developing countries**. USA/London: Lynne Rienner Publishers Inc., 1994.

DOMINGUES, Heloisa Marta Bertol. Os intelectuais e poder na construção da memória nacional. **Tempo brasileiro**. n° 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986, pp. 5-14.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**. Vol II. Ed. Unicamp/ Ensaio: Campinas/ São Paulo, 1994.

_____. **A historia em migalhas. Dos annales a nova historia**. Ed. Unicamp/ Ensaio: Campinas/São Paulo, 1992.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In MICELI, Sergio.(org). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984, pp. 21-35.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/ IPHAN, 1997.

_____. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**. n°24. Brasília: IPHAN, 1996, pp.153-163.

_____. A noção de referência cultural. In MOTTA Lia & SILVA, Maria Beatriz Resende. (org). **Inventários de Identificação**. Rio de Janeiro: IPHAN/MINC, 1998, p.33.

_____. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. Comunicação no **Seminário Preservação e Desenvolvimento**. Centro de Referência Ambiental Joaquim Igídio. Campinas: 1995.

FENELON, Dea Ribeiro. São Paulo: Patrimônio histórico-cultural e referências culturais. **Projeto história**. N° 18. São Paulo: Puc-SP, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.

GEISEL, Anália Lucy & LODY Raul. **Artesanato Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação próMemória/Instituto Nacional do Folclore, 1983.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/IPHAN, 1996.

_____. O Jogo da autenticidade. In IBPC/DEPROM. **Ideólogos do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: IBPC/ DEPROM, 1991.

_____. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**. N°2. São Paulo: Ed.USP, 1988.

HALL, Stuart. "Identidade Cultural e diáspora" in: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n 24, IPHAN: Rio de Janeiro, 1996.

_____. **A questão da identidade cultural**. Col. Textos didáticos, n° 18. Campinas: IFCH/Unicamp, 2003.

HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBSBAWN, Eric. Não basta a história da identidade. In _____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. O sentido do passado. In _____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IBPC/DEPROM. **Ideólogos do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: IBPC/Deprom, 1991.

IPHAN/MINC. **O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial**. Brasília: Minc/IPHAN, 2003.

JULIÃO, Letícia. Pesquisa histórica no museu. **Caderno de diretrizes museológicas**. Vol. 1. Belo Horizonte: SEC/Superintendência de Museus/IPHEA, 2002.

LÉVI-STRAUSS, Claude. "Raça e história" In _____. Coleção Os Pensadores, Abril: São Paulo, pp.86-7.

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LOPEZ, Telê Ancona. **Macunaíma: A margem e o texto**. São Paulo: Editora Hucitec, 1975.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Sinal de alerta: perigo! A política de patrimônio cultural e acervos documentais em Uberlândia. **ArtCultura**. Vol. 5, nº 6. Uberlândia: UFU, 2003, pp.79-93.

MAGALHÃES, Aloísio de. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MAUREAU, Xavier. A tecelagem no triangulo mineiro: uma política sistemática de inventário tecnológico. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N°20. Brasília: IPHAN/próMemória, 1986.

MENEZES, Ulpiano B. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**. Vol. 3. São Paulo: Museu Paulista, 1995.

_____. Turismo, espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1999.

MICELI, Sergio. (org).**Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

_____. **Política cultural comparada**. São Paulo: Difel, 1985.

_____. Sphan: refrigério da cultura oficial. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**.N° 22. Brasília: SPHAN, 1987, pp.44-47.

MONNET, Jérôme. O álibi do patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**. N°24. Brasília: IPHAN, 1996.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

MOTTA Lia & SILVA, Maria Beatriz Resende. (org). **Inventários de Identificação**. Rio de Janeiro: IPHAN/MINC, 1998.

Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma trajetória. Publicações do SPHAN, nº 33. Brasília: SPHAN, 1980.

NEVES, Guilherme Pereira das. Da história como memória da nação à história enquanto crítica da memória nacional. **Revista do patrimônio histórico e artístico Nacional**. Nº 22. Brasília: SPHAN, 1987, pp.22-25.

NOLASCO, Margarita & STARNHAGEM, Rodolfo. **Política cultural para un país multiétnico**. México.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, p. 12. 1993.

_____. La nation-mémoire. In _____. **Les lieux de mémoire**. Vol II - La nation. Paris: Gallimard, s/d.

_____. **Science et conscience du patrimoine**. Acts des entretiens du patrimoine. Paris: Éditions du patrimoine, 1997.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto R. O patrimônio em questão. **Projeto História**. Sentidos da comemoração. Nº 20. São Paulo: PUC-SP, 2000.

_____. **Por um Inventário dos Sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

OLIVEIRA, Ana Gita. A relação possível entre a questão indígena e o patrimônio cultural. **Subsídio Inesc. nº 31**. Brasília: Inesc, 1997.

_____. A Experiência do Inventário Nacional de Referências culturais na Cidade de Goiás. **Tempo Brasileiro**. N° 147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e identidade cultural**. Brasiliense: São Paulo, 1994.

PÉCAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. **Esculpindo a Cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)**. São Paulo, Humanitas/História Social-USP, 2001.

SANTOS, Afonso Marques dos. A invenção do Brasil: um problema nacional ?. **Revista de História**. N° 118. São Paulo: FFLCH/USP, 1985.

_____. Memória, história, nação: propondo questões. **Tempo Brasileiro**. N° 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986, pp.5-14.

_____. Memória-cidadã: história e patrimônio cultural. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: MINC, 1997.

SANTOS, Angelo Oswaldo de Araújo. A desmaterialização do patrimônio. **Tempo Brasileiro**. N° 147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. Companhia das Letras: São Paulo, 1992.

SOARES, Lélia Gontijo. Produção de artesanato popular e identidade cultural. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**. N°19. Brasília: Sphan, 1984.

SOLIS, Sydney Sérgio F. **Patrimônio imaterial: o difícil aprendizado da preservação**. Rio de Janeiro, 1998.

SOUZA, Sergio Alves. Isto, o povo. Observações sobre um tema político-historiográfico. **Revista Pós-História**. Assis: Unesp, 1994, pp. 151-166.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UNESCO. **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília: Unesco Brasil, 2003.

VALDÉS, Eduardo Deves. El concepto de identidade en las ciencias humanas y en la política. **Textos de História – Revista dos pós-graduandos da UNB**. Vol.4, nº1. Brasília: UNB, 1996.

VELHO, Gilberto. A grande cidade brasileira: heterogeneidade e diversidade. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**. nº 21. Brasília: SPHAN, 1986, pp.49-50.

WEFFORT, Francisco. **Porque Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **O ofício das paneleiras – Goiabeiras/ES**. Brasília: Minc, 1996.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.